

Famílias de perseguidos políticos e comitê de anistia acusam:

REGIME MILITAR MATOU E "SUMIU" 251 PRESOS

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO 2 — Nº 46 — DE 11 A 17 DE JANEIRO

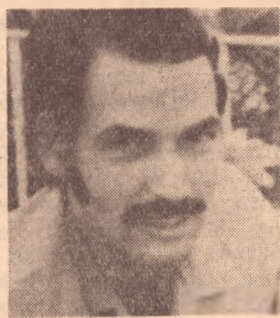
Na tarde de terça-feira, familiares de ex-presos políticos mortos ou desaparecidos, junto com o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, divulgaram o mais completo dossiê de crimes da repressão nos últimos quinze anos. Eles relacionaram depois de exaustivas pesquisas os nomes de 169 casos de mortes, comprovadas, 56 desaparecimentos e 26 outros só na região da guerrilha do Araguaia. Há nada menos que quatro anos e cinco meses, o ministro Golberi prometeu a um grupo de famílias dar esclarecimentos públicos sobre as ocorrências. Até hoje nada. Agora, começa uma campanha em escala nacional dos movimentos pela Anistia para denunciar os casos, apurar responsabilidades e investigar o paradeiro dos desaparecidos. Pág. 5, 6, 7. Anistia também na pág. 8.



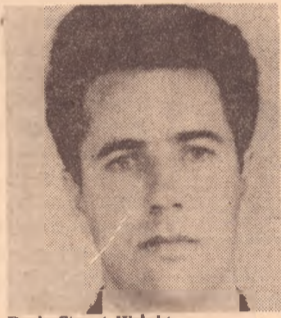
Ana Kucinski



Jana Morone Barroso



Rui Frazão



Paulo Stuart Wright



José Raman



José Montenegro de Lima



Virgílio Gomes da Silva



Rubens Paiva



Marcos Antonio Dias Batista



Heleni Teles Guariba



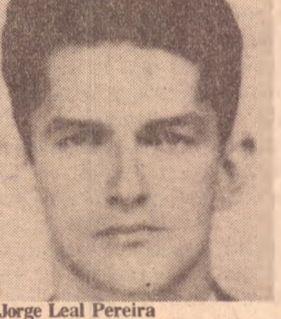
Orlando Bonfim



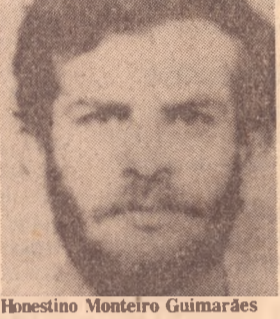
Wilson Silva

PROCURADOS

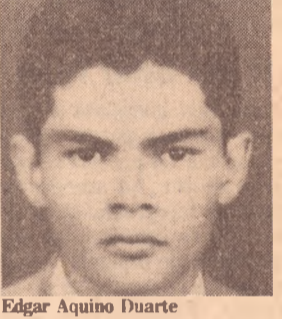
Eles foram presos, sequestrados e torturados. Eram pais de família. Encontram-se desaparecidos e talvez mortos. Qualquer informação procure o Comitê Brasileiro pela Anistia mais próximo (CBA).



Jorge Leal Pereira



Honestino Monteiro Guimarães



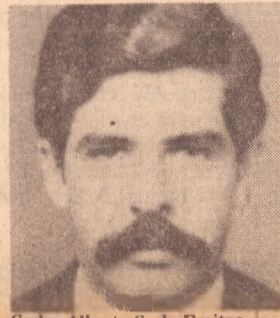
Edgar Aquino Duarte



Isis Dias de Oliveira



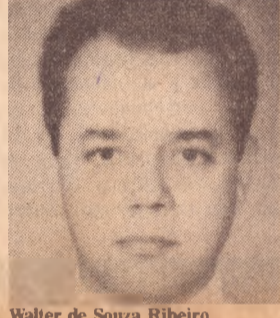
Paulo de T. Celestino da Silva



Carlos Alberto S. de Freitas



Luís Ignácio Maranhão Filho



Walter de Souza Ribeiro



Fernando A. de Santa Cruz



David Capistrano



Hiram de Lima Pereira



Stuart Angel Jones

Artigos nesta edição:

1 Chico de Oliveira propõe boicote às contas de luz da Light

Pág. 2

2 Eduardo Suplicy sugere dez questões para CPI da Light

Pág. 3

3 José de Souza Martins relata o caso do líder messiânico Galdino

Pág. 8

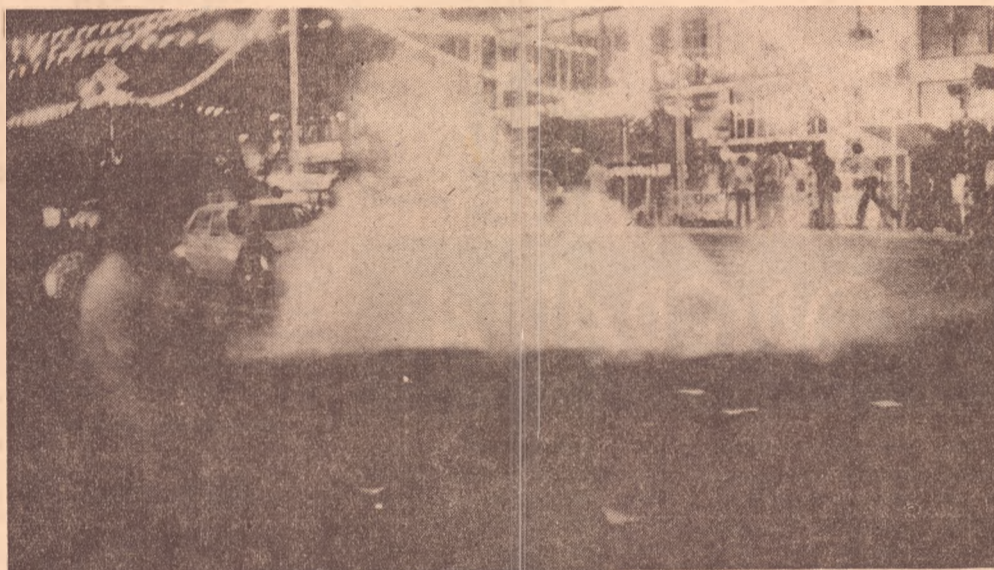
4 Joviniano Neto: estratégia de popularização da anistia em 79.

Pág. 8

5 Perseu Abramo: o avanço do obscurantismo em 15 anos na USP.

Pág. 12

Delegado mineiro adverte: "O AI-5 ainda não acabou!"



A repressão em Minas na última sexta-feira

Bombas de gás e espancamentos contra a população foi a resposta que a polícia de Belo Horizonte deu à reivindicação dos movimentos de anistia, que saíram à rua em campanha de arrecadação de finanças. A disposição do governo era mostrar que os primeiros dias sem o AI-5 não abalaram o País.

Pág. 12

Telefonema comprova: Ivete Vargas transa com o Poder.



Em entrevista, Ivete diz que «não quer brocha sem escada»

Exclusivo: nosso repórter surpreendeu, na sala de espera, um acordo de Ivete Vargas, uma das rearticuladoras do novo trabalhismo, com Rafael Baldacci, ex-Secretário de Viação e Obras do governador Paulo Egydio e um dos ministeriais de Figueiredo para a pasta do Trabalho

Pág. 11



MENSAGEM DE BRIZOLA

Aos trabalhistas, o ex-governador gaúcho envia estímulos do exílio para a reorganização do PTB.

O texto ditado por telefone está na pág. 10, junto com a cobertura de um encontro de trabalhistas que acaba de se realizar em Esteio, Rio Grande.

CAMBALACHO DA LIGHT:

O regime militar está nu

Francisco de Oliveira

É preciso urgentemente a constituição de um movimento popular contra a compra da Light e pela sua encampação, cujas armas não sejam apenas as palavras das Comissões Parlamentares de Inquérito mas propostas concretas como não pagar as contas de luz.

Tem medo o polvo (canadense) do povo?

A compra da Light pela Eletrobrás é da categoria daquelas da fábula do rei nu. O regime autoritário brasileiro tem andado nu em muitos momentos de seu «curto» período de quinze anos: ponte Rio-Niterói, Transamazônica, contratos de «risco» para o petróleo, o acordo nuclear, agora contratos de «risco» para exploração florestal na Amazônia, a desaparecida repressão com sua seqüela de mortes, torturas, mutilações, banimentos, cassações, e o nu total, transparente, em que não apenas as formas externas do corpo foram visíveis, mas as entranhas, as vísceras, fígado, baço, coração, pulmões, rins: a lavagem eleitoral de 15 de novembro.

A compra da Light é um desses momentos. Que constrange os transeuntes, os passantes, — nos casos, o povo brasileiro — pois, à maneira de um Marlon Brando em O último tango em Paris, o corpo é velho disforme, em contraste com a juventude da Nação. De todos os ângulos, se pode ver a nudez: a transação em si mesma, a compra, quando com um pouco mais de tempo, o ativo da Light seria de propriedade pública, do Estado. Pelo menos, pelo término da concessão; os valores da compra, que incluem uma dívida externa da ordem de 1 bilhão de dólares, por um ativo já desvalorizado e um passivo que nunca se transformou em investimentos na melhoria do sistema que a Light opera; a inocuidade da compra, pois a mera transferência do ativo não acrescenta nada ao conjunto da riqueza nacional, enquanto a assunção do passivo representará um lemento a mais de sangria da riqueza nacional para o exterior. Cerca de 2,5% da dívida externa que anda pela casa dos 40 bilhões de dólares.

O rei num mau momento

Tudo isso completa o retrato do regime nu, em um dos seus piores momentos. E, como fábula do rei nu, foi preciso sempre vestir de etéreo a loucura do rei: foi preciso apelar para as necessidades de integração entre Niterói e seu entorno com o Rio de Janeiro; foi preciso apelar para a necessidade de integrar a Amazônia e «minorar» as dramáticas condições de vida da população do Nordeste, transferindo-os para a estrada da integração, que na verdade converteu-se para muitos em estrada da morte, da malária, da griagem, da violência do engano; foi preciso apelar para a crise do petróleo e suas consequências sobre o balanço de pagamentos, destruindo o que o povo havia criado, por suas lutas, o monopólio estatal do petróleo, para receber em troca disso, uns míngados investimentos marginais das «sete irmãs» que nem dão para consertar os rombos



do balanço de pagamentos, e muito menos para converter o País de importador a auto-suficiente; foi preciso apelar para a crise energética novamente e mais que isso para os sonhos de grande potência nuclear, para a realização de um acordo com a Alemanha, em bases tão precárias que já agora ameaça ser revisto pelo governo Figueiredo: é preciso agora apelar de novo para o pagamento da dívida externa, e entrar na loucura sem paradeiro da transformação da Amazônia em um imenso deserto; foi preciso apelar, inventar, uma doutrina da segurança nacional, pra em nome dela, matar, torturar mutilar, banir, cassar, vestir nos condenados a túnica de Tiradentes, enquanto o regime se vestia da túnica inconsútil e opaca do terror; foi preciso a Lei Falcão dos falcões, o «pacote de abril» da abrilada, para tentar deter o veredicto popular para tentar costurar a túnica ex-inconsútil da falência do regime e agora transparente dos sacrifícios de Vlado, Manoel Fiel Filho, Rubens Paiva, Alexandre Vanucci, Carlos Marighella, e tantos outros.

A compra da Light agora é apresentada como «nacionalista». Pois representa o último bastião do imperialismo na produção e distribuição de

energia elétrica sendo passado para o controle nacional; pois representa uma futura economia de divisas, pois os lucros serão agora internalizados, ao invés de serem remetidos para o Exterior; pois representa a homogeneização do sistema produtor e distribuidor de energia elétrica, agora postos sob comando único, o da Eletrobrás. Representa um «bom negócio», segundo o ministro Ueki, especialista em «bons negócios»...

Desprezo pela opinião pública

O espantoso no caso da Light, para além de suas dimensões econômicas e do desperdício que representa a compra de um ativo que terá que ser completamente renovado se quiser dotar o eixo Rio-São Paulo de efetiva capacidade de distribuição (ao lado do roubo que a Light sempre praticou sobre os usuários e as prefeituras e os Estados incluídos na sua região de distribuição: a extensão de linhas e a colocação de postes e luminárias pelos «interessados», que depois passaram para o patrimônio da Light, é o completo descaço, desprezo, pela opinião da Nação, de suas classes sociais. No caso parcial do arbítrio, um ato de supremo arbítrio pois se

as liberdades formais são um reclamo popular e constituem um oxigênio que lhes aumentará a capacidade política de continuar e ampliar a derrota política do regime, a fundação de uma infra estrutura econômica sólida é o requisito essencial para substituir as liberdades formais, para que estas não se convertam em torneios e jogos do florilégio verbal. No crepúsculo das noites de Natal e Ano Novo, momentos da reconciliação humana, o roubo escancarado da decisão popular sobre uma questão de vital importância para a economia popular.

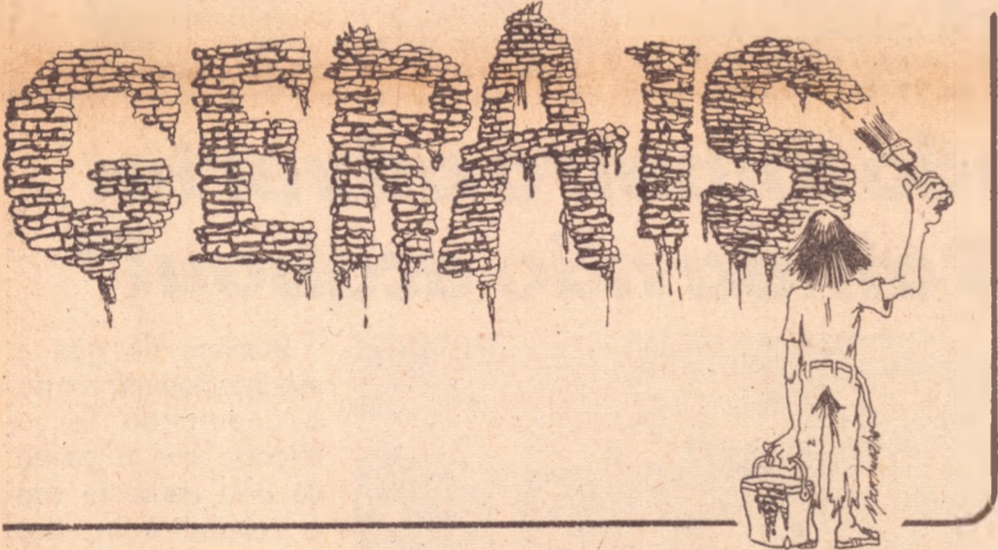
E a compra da Light nos pegou de calças curtas. Pegou mesmo? A grande imprensa já sabia da transação há pelo menos seis meses: o Relatório Reservado, uma publicação do Rio de circulação restrita deu o «serviço completo, com indicação das cifras prováveis — inferiores até às que foram agora anunciadas e outros detalhes da trama sinistra. Inclusive a presença nela dessa figura execrável, hoje elevado pelo Jornal do Brasil à categoria de cérebro insuperável, engabelador: hábil, elegante e contumaz de governantes e governados, o senhor Antônio Gallotti, que Santa Catarina da alma dele se apiede: e do patrocínio do Ministro Shigeaki Ueki, que ao invés do banho de petróleo que prometeu tomar na Praça dos Três (?) Poderes, devia ser submetido ao banho da vergonha nacional. Sabe-se também que a própria Eletrobrás resistiu muito, havendo no seu corpo técnico uma salutar disposição de não permitir a concretização do cambalacho. Mas a grande imprensa «amoitou» a informação que, com certeza, conhecia de sobra, revelando-se «surpreendida» quando a transação veio à tona há umas três semanas atrás. E quando comentou o assunto, desviou, quase sempre, a questão para suas costumeiras diatribes contra a estatização.

Será que o Congresso Nacional não sabia? Ou estão muito preocupados ou apenas preocupados com a verbosidade parlamentar? E as Comissões Técnicas, principalmente as de Minas e Energia, do Senado e da Câmara, que fizeram? Quando Lysáneas Maciel, foi presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara de Deputados, conseguiu empurrar poderosas associações como a dos distribuidores de gás engarfado no canto da parede, e isto certamente contou mais sua cassação que seu discurso antifinal contra o regime. Agora, certamente, constituir-se-ão Comissões Parlamentares de Inquérito, de duvidosa eficácia, já trabalhando contra um fato consumado.

Movimento contra o cambalacho

E o povo, a população, os movimentos populares, as associações profissionais, os sindicatos, a própria Igreja (a energia é um dom de Deus)? Desinformados pela grande imprensa, desinformados pelos seus representantes parlamentares, engolfados na grande festa liberal das eleições, nada puderam ainda fazer. Mas é preciso que destes parta a iniciativa. É preciso urgentemente a constituição de um Movimento Popular contra a compra da Light e pela encampação da Light nos termos do próprio contrato de concessão. Pelo menos, para que não nos acusem de «radicais», quando o momento não é de «radicalizar», já nos advertiu o próprio Secretário-Geral do MDB. É preciso competência, neste caso, é a popular. Pois se é possível saber a quanto monta o investimento da Light e precisar as quantias a serem pagas, também é possível delimitar, circunscrever o que já é de propriedade nacional de pleno direito, nos termos dos contratos de concessão. Quem pode o mais, pode o menos. Quem conhece o total, pode conhecer as parcelas.

Pois é preciso não desconhecer que a nova força da oposição, que a própria agonia do regime arbitrário, são frutos da movimentação popular, da maneira como soube organizar-se para resistir, para pressionar, para impor os limites decrescentes da repressão e do arbítrio. É preciso que ao lado dos movimentos contra o custo de vida, dos comitês pela anistia e de tantos outros que têm sido as formas extra-parlamentares de luta contra o regime e que interagindo com as formas parlamentares de representação popular, impulsionam a Nação para a plenitude democrática, se alinhe um agora contra a compra e pela encampação da Light. Para dar conteúdo substantivo à representação formal, para que a democratização não seja apenas um invólucro sem substância. E o movimento popular o pode: desde a constituição formal de um movimento deste tipo, cujas armas sejam não apenas a palavra, as reuniões, as propostas, mas se transformem em coisas concretas: não pagar as contas da Light, por exemplo, pode ser um bom começo. Pois é preciso fazer da relação econômica de exploração, nossa força: o capital não pode viver sem o trabalho, não é certo? Pois a Light não pode viver sem receber nossas contas de luz. Fiat lux para o caso da luz (Light).



A VOZ OPERÁRIA

Diariamente os Prontos Socorros infantis da periferia de São Paulo, recebem crianças que chegam em estado desesperador, resultado da má utilização de xaropes contra a tosse. Esse medicamento, vendido sem receita médica, é adquirido facilmente em qualquer farmácia e, em sua bula, os fabricantes não alertam os pais sobre os perigos e as consequências da droga.

Um grande vendedor do produto é o famoso animador radiofônico «Zé Bêtio» que é, o brasileiro que tem o privilégio de ser ouvido diariamente pela esmagadora maioria da classe operária paulista. Seu programa é o despertar diário dos trabalhadores paulistanos que todas as manhãs escutam conselhos como: «...O trabalho é bom e dignifica o homem...» ou então a sugestão para que a dona de casa acorde o marido e filhos por «... está na hora, gente...», sugerindo...» joga um balde de água fria neles...»

Com uma fala coloquial e envolvente ele vai entrando em casa e além de conselhe-

ro para os problemas do cotidiano é também uma espécie de «médico radiofônico». Depois de relatar os «sintomas» gerais de uma doença onde qualquer um se identifica, o animador receita «remédios» para o reumatismo, varizes, alcoolismo, falta de memória, impotência sexual, resfriado, tosse e tudo mais.

Zé Bêtio é um excelente vendedor, que o diga o laboratório Dorsay um estabelecimento que teve um crescimento gigantesco vendendo drogas através do programa do animador e que não o largou mais. De um laboratório minúsculo e dirigido pelo próprio pequeno proprietário, tornou-se uma grande empresa, que já contrata outro vendedor famoso, o Pelé, vendedor símbolo da classe média, para a qual Zé Bêtio não é um ídolo por ser cafonice e representante dos pobres.

Desconhecendo todo o problema da subnutrição que gera a predisposição para doenças que têm a tosse como um sintoma de defesa do organismo, a mão proletária passa a resolver o proble-

ma de uma maneira simples. Sem filas no Inamps, gastos com transportes, abandono de serviço a ser executado em casa, proteção das demais crianças pequenas etc. ela dá para a criança o remédio «... que acaba num instante com a tosse...» e acaba com isso, destruindo suas defesas, por agir diretamente no sistema nervoso central.

Isso tem gerado a intoxicação e às vezes, a morte de crianças e, nem por isso, a secretaria da saúde se move para impedir essa ação nefasta do receitador. E o bom vendedor continua no ar vendendo drogas em geral mas... ninguém é perfeito; um produto seu sofreu encaixe. O candidato a deputado em 1974 Arlindo Bêtio, seu irmão, que concorreu pela Arena foi derrotado e em 78, o irmão receitador se preservou e não propôs publicamente, nenhum outro produto político fabricado pela Arena. Ele agora só continua a dar o seu conselho matinal, mesmo em dias de greve... «Vamos gente... levanta... tá na hora».

Otacílio Guimarães

... "A Social Democracia descobriu o Brasil". Helio Bombardi, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

PRO LADO QUE O VENTO VAI

Dinarte Mariz, Eurico Rezende e outras figurinhas mais chegadas a um AI-5 do que a uma democracia, já andam falando em anistia e outras coisas que eles abominavam. É sinal de que as coisas estão mudando para um rumo contrário ao que esperavam construir o que os alemães não conseguiram: uma ditadura de mil anos.

OS OITOS VILÕES

Realmente, há sérios motivos para que o governo não permita que oito brasileiros voltem para cá. Deles, três — Brizola, Arraes e Julião — representam uma época tida pelo próprio governo como de caos, mas da qual o povo já sente saudade e pode ter essa saudade aguçada pela presença dos antigos líderes. Dois outros — Prestes e Bezerra — representam o próprio mal. Tudo que acontece de estranho (ou não agradável ao governo) fica nas costas do Partido Comunista e do «ouro de Moscou». Se voltarem, quem vão culpar pelos fracassos do governo?

Outro que não poderá voltar é Paulo Schilling, inimigo pessoal de gente muito importante aí. Márcio Moreira Alves também tem que ficar de fora: ele foi utilizado como desculpa para a criação do AI-5 e fica mal

que o povo veja que ele não é o bicho-papão. Finalmente, por motivos muito mais sérios, não pode dar as caras aqui o pedagogo (na prática mesmo) Paulo Freire: seu método de alfabetização funciona. E além disso desenvolve uma consciência crítica.

Como vêem, é tudo explícito. R.V.N.

QUEM É QUE PAGA?

Maluf, antes de tomar posse, já está fazendo escola. Seguindo seu exemplo, Eurico Rezende diz que também construirá uma nova capital para o Espírito Santo. Pelo jeito, se a moda pegar, no fim da próxima geração de governos nomeados, teremos umas vinte novas capitais com os sugestivos nomes de Francelinópolis, Chagópolis, Euricópolis, Bragópolis e outros «ópolis» que serão a marca registrada e a lembrança de tempos em que o povo vai mal, mas os governantes vão muito bem, com dinheiro sobrando para as mais esdrúxulas vaidades. R.V.N.

SAI DE BAIXO

Juntando-se o que havia de pior no governo Médici com o que há de pior no governo Geisel, e dando de quebra umas outras ruindades, o que teremos? Nada mais nada menos que o governo Figueiredo que, dizem as más línguas, será composto por esses elementos que se especializaram em traumatizar a vida brasileira. Assim, se não houver engano dos jornais, teremos o

especialista em obras faraônicas inúteis Mário Andreazza no Ministério do Interior (que se cuidem os índios), o especialista em índices de crescimento Delfim Netto na Agricultura (no que respiram aliviados os trabalhadores urbanos) e, como se isso não bastasse, continua o militar Golberi na Casa Civil, Mário Simonsen passará para o Planejamento de nosso subdesenvolvimento e, sempre obedecendo a direção

dos ventos, Petrônio Portella ficará com a Justiça.

A esses expoentes, se juntarão personalidades menos expressivas mas não menos mercedoras de participarem dessa festa, como o ex-governador do Ceará, César Cals, nas Minas e Energia. Só vai faltar mesmo juntar o Roberto Campos e Gama e Silva para termos a seleção salve-se quem puder. Tamam fritos. R.V.N.

Shigeaki Ueki pronunciando o nome da empresa que agora virou "brasileira": "...ORAITÉ."

R.V.N.

O QUE VOCÊ VAI SER QUANDO CRESCER?

A gente lê, e de vez em quando escuta discursos por aí, nos ensinando que os militares são recrutados na classe média e levam uma vida simples e tal, como a maioria da população brasileira. Todo mundo tem um tio ou um tio de amigo ou mesmo um vizinho por perto, que é do Exército. Parece até que se se quiser subir na vida é melhor não pôr a farda. Mas há exceções né?? Muitos militares foram ser

diretores de grandes empresas internacionais ou então consultores de grupos financeiros e lucraram a cara, conseguindo ganhar um bom dinheiro. Suas mulheres já não precisam mais preparar botões em farda ou bordar galões.

Entre os bem sucedidos está o General Geisel, que vai morar numa casa nova lá em Petrópolis, com bom clima e boa vizinhança e que,

para tanto, gastou aproximadamente 7 milhões de cruzeiros. Sorte também tem o General Figueiredo que pode cuidar muito bem dos seus cavalos de raça, que comem raçãoes especiais e coisa e tal e que lhe dão, cada um, um gasto mensal de 80 mil cruzeiros, o que vale dizer o mesmo que ganham 40 trabalhadores médios no Brasil, por mês.

Otacílio Guimarães

Assine EM TEMPO: Form with fields for Name, Address, City, State, Phone, and subscription rates (Annual: Cr\$ 600,00; Semestral: Cr\$ 350,00).

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emilianio José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Angliada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brihi (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini, DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente), Secretário de Redação: Luiz Nadai. Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Editor-Geral: Jorge Baptista. EDITORIAIS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munchos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alili, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lúcio Almeida (sub-editores), Aluisio José Montei-

Light: vai consumir-se o escândalo do século.

Sexta-feira, a Light será do governo brasileiro de papel passado. A venda da empresa continua dando pano pra manga. Até os chaguitas estão indignados.

Deputado autêntico do MDB carioca entra com ação popular na Justiça Federal. Deputado paulista propõe mobilizar as bases.

Por Tom Duarte

«Estão botando a mão no meu bolso», costuma dizer um conhecido personagem humorístico da televisão brasileira. Que pena que o Planeta dos Homens esteja de férias. Certamente teriam se banquetado com esse saboroso prato canadense que os mestres cuças Shigeaki Ueki e Antônio «Calote», digo Galotti, prepararam a quatro mãos para o povo brasileiro deglutir neste último fim de ano. Certamente, que bem trabalhado, daria motivo a inúmeras e impagáveis «gags» que um bom humorista poderia construir.

Mas a situação não está para rir. Está mais para o ranger de dentes e de raiva do que para outra coisa. Pois, preste atenção caro leitor: no dia 12 um dia depois deste semanário chegar as bancas, estarão metendo a mão no seu, no meu, no nosso bolso. São US \$ 210 milhões de dólares que o governo brasileiro vai passar às mãos impacientes da Brascan, (e os 39 milhões do doutor calote, hein?) como primeira parcela dos US \$ 380 milhões

que vai pagar em tutu vivo pela compra do acervo da Light (o resto vem em 90 dias).

Continua escuro

Falou-se em dinheiro vivo, a vista praticamente. Porque, no total a coisa vai muito mais além. A cada dia que passa as estimativas referentes ao montante que envolve a operação vão se ampliando. Já se fala em quase US \$ 1,5 bilhão se incluirmos a dívida externa (mais de US \$ 800 milhões), os encargos sociais (INPS, Fundo de Garantia, etc). Por outro lado, há quem afirme que a Light custará muito mais caro: em 1976, a CESP teria rejeitado proposta de compra, por considerar que, em 10 anos, em progresso aritmética, a preço total chegaria aos dois bilhões de dólares.

E por trás de tudo isso, os desencontros entre Ueki e Simonsen: enquanto o primeiro teimava em afirmar que o Governo não teria que assumir a dívida externa da Light, Simonsen, realisticamente (final não é ele

que autoriza o aval para esses empréstimos?) garantia que quem compra a empresa deve assumir tudo o que ela deve.

Como se vê, continua tudo escuro. O governo não explicou quais os prazos reais de vencimento da concessão (Ueki e o coronel Ludwig dizem que são «inúmeros»), quanto dos investimentos feitos pelo Brascan já foi amortizado nestes 79 anos de funcionamento da empresa (amortização que já está incluída nas tarifas pagas pelo consumidor), se foi feita ou não uma auditoria contábil e patrimonial (por exemplo, se o patrimônio não está supervalorizado, se ele realmente pertence à Light ou ao «holding», o real estado dos equipamentos, etc).

Furado

O governo quis demonstrar que uma das razões para a compra era a necessidade de se evitar problemas na distribuição de energia no eixo Rio-São Paulo, que estariam seriamente comprometidos pela incapacidade da

Light em efetuar novos investimentos. Isso é que impediria que se esperasse vencer a concessão, em 1990. Ora, se o governo quisesse, era só olhar o que ele mesmo vem fazendo, na Doça de Santos: como a concessão da família Guinle vence em 1984, revertendo de graça para a Nação, o governo mesmo tendo necessidade de prosseguir equipando-a não partiu para esse tipo de transação. Simplesmente, a Portobrás vai fazendo os investimentos necessários, enquanto espera, tranquilamente 1984 chegar. Por que não aplicar a mesma política para a Light?

Evidentemente, os Guinle, família em decadência, não tem a força política de Antônio Calote.

Não deixar a peteca cair

Outra afirmação, no mínimo precipitada, é a de que, se o governo confiscasse a Light, os investimentos estrangeiros se retraíram. Não parece ter sido isso o que ocorreu no Peru, por exemplo, durante o governo Alvarado. O dinheiro dificilmente deixaria de continuar vindo: há tanto de sobre no mercado internacional e as razões do governo brasileiro tão legítimas que imperialismo nenhum ia deixar de continuar ganhando aqui seus altos juros.

É por essas e por outras e pelas muitas questões que o professor e deputado Eduardo Suplicy apresenta para serem respondidas, que, mais do que nunca, é preciso não deixar a peteca cair. A proposta de ação popular foi assumida pelo deputado Marcelo Cerqueira (MDB) na Justiça Federal, ao pedir a sustação do pagamento dos primeiros 210 milhões de dólares. Um senador, o chaguita (veja a que ponto chegou o escândalo, até um chaguita se indignou) Hugo Ramos adotará posição idêntica nesta semana.

Além disso, para que não se fique apenas no âmbito da Justiça parece ser mais do que procedente a proposta do deputado estadual Fernando Moraes: que os candidatos populares mobilizem seus comitês para uma ampla discussão com as bases populares sobre o escândalo. E que se prepare um vigoroso ato público de protesto contra a negociata reunindo os mais diversos setores, dos sindicatos às entidades estudantis, passando pelas personalidades e políticos que repudiam abertamente tão danosa transação.

No nosso bolso ninguém mete a mão impunemente.

Trabalhadores, quem se preocupa?

Seus funcionários ficaram a ver navios. Ninguém quer dizer se aceita os 70% de aumento salarial que eles estão pedindo.

— Ninguém se preocupa com o trabalhador. Enquanto todo mundo fica questionando a compra da Light, sobre a legitimidade da operação, ninguém, nenhum político seja da Arena ou do MDB se mostrou interessado em saber comoficaria a situação dos mais de 30 mil funcionários da empresa, empregados em suas filiais do Rio, Santos e São Paulo critica o secretário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo, Rubens Fandino.

Para Fandino, a venda da Light trouxe a insegurança, ao funcionários da empresa, que, segundo suas palavras, «por enquanto não sabem quem são os seus patrões». Essa situação é particularmente sentida em função da suspensão das negociações referentes ao acordo salarial em que apresentaram sua proposta à Light, exigindo 70% de aumento sobre os vencimentos atuais e mais 31 itens, nos quais se destaca a exigência de reajustes semestrais de acordo com a elevação do custo de vida. Ao comparecerem a uma reunião, no dia 4 de janeiro, para ouvir a resposta da Light, os dirigentes sindicais foram informados de que a atual direção da empresa se negava a prosseguir nas negociações, «pois não era, mais proprietária da empresa e nem podia assumir compromissos em nome da ELETROBRÁS».

— Estranhamos que tanto a Light quanto a ELETROBRÁS não tenham procurado contactar o órgão sindical, fazendo com que tivéssemos acesso às negociações, diz Fandino. Entendemos que os trabalhadores tinham todo o direito de participar desse processo, pois afinal de contas somos nós que construímos a empresa».

Enquanto aguardam os resultados de um encontro com o presidente da ELETROBRÁS Arnaldo Barbalho, para esclarecer a situação, os trabalhadores decidiram permanecer em Assembléia Permanente, exigindo uma pronta resposta às reivindicações apresentadas aos patrões. Segundo Fandino, «os rumos da luta salarial ainda estão por ser determinados, dependendo da resposta dos responsáveis pela Light. O que for decidido pela Assembléia Permanente será acompanhado pela diretoria». (T.D.)

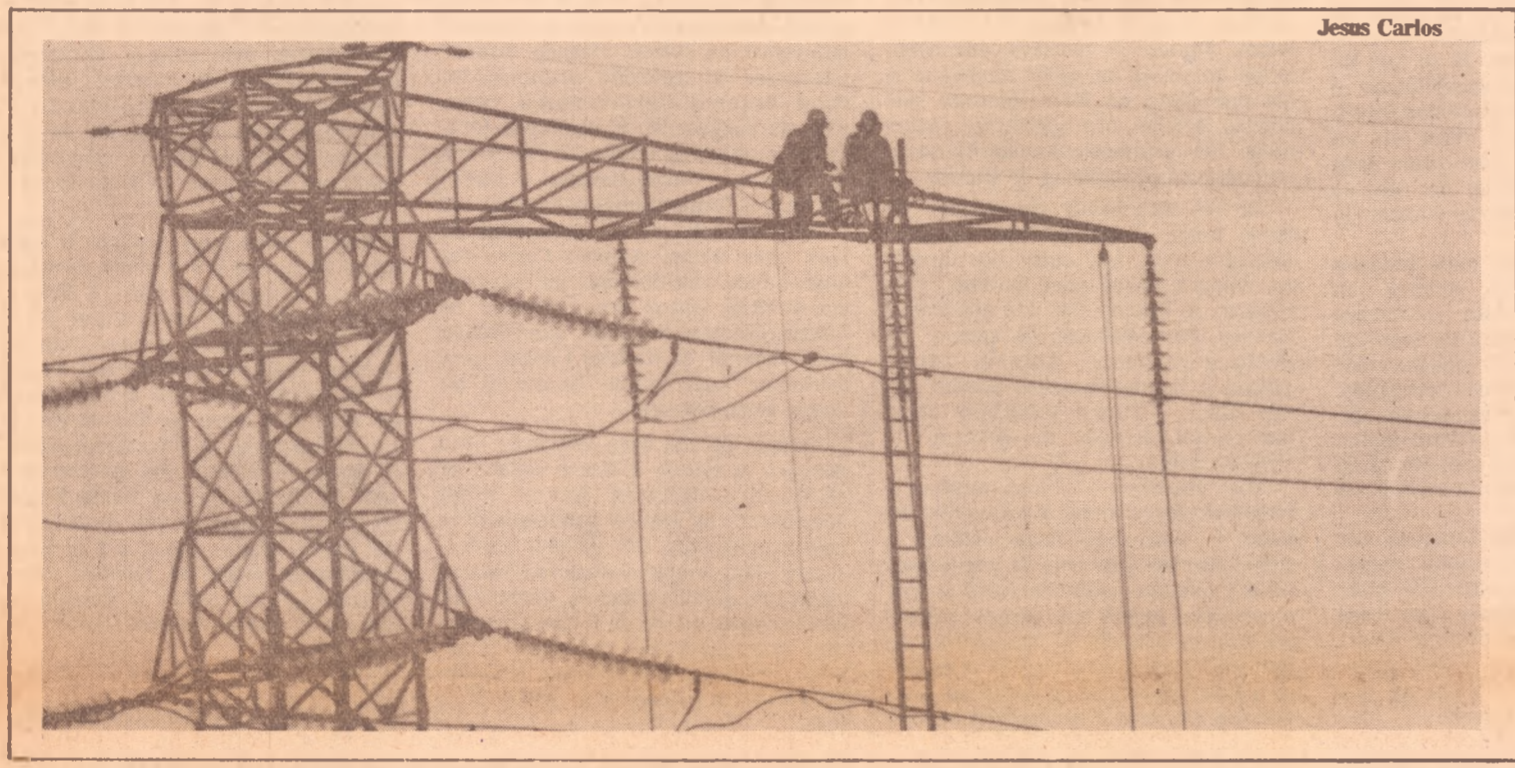
Dez questões para a CPI

Eduardo M. Suplicy

Diante da irresponsabilidade dos ministros das Minas e Energia, da Fazenda e do Planejamento em apresentarem uma exposição de motivos incompleta e cheia de vieses para tentar justificar a compra da Light pela Eletrobrás, por um preço que para a Nação parece absurdamente caro, e da irresponsabilidade do presidente da República em aceitar essa exposição sem discutí-la com os representantes do povo no Congresso Nacional, não cabe alternativa para o partido da oposição senão a apresentação de ação popular para tentar sustar a operação, como bem fez o deputado Marcelo Cerqueira (MDB-RJ), e a convocação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os porquês de o governo ter realizado um negócio tão vultuoso envolvendo o interesse nacional de forma absurdamente sigilosa.

O que podemos pensar são em algumas perguntas que deverão ser formuladas aos responsáveis pela operação quando de seu comparecimento à Comissão Parlamentar de Inquérito:

- Por que a exposição de motivos dos ministros Mário Henrique Simonsen, Shigeaki Ueki e Elcio Costa Couto (interino), deixou de especificar os prazos exatos em que terminariam as concessões dadas à Light?
- Por que a exposição omitiu o valor da dívida externa em dólares, devida pela Light?
- Por que não se realizou uma profunda análise de auditoria contábil para verificar se já não havia sido paga à Light o valor da amortização dos investimentos realizados, através da quota de amortização que vem sendo cobrada dos usuários de energia nas suas contagens?
- Em que medida a valorização do patrimônio da Light não teria ocorrido como fruto dos investimentos realizados pelo próprio Governo com recursos públicos, e sobre os quais seria justo cobrar uma espécie de imposto de contribuição de melhoria ou sobre ganhos de capital, e que deveriam ser considerados nessa operação?
- Se a exposição de motivos indica que a Light não tem podido investir na proporção exigida, fazendo com que a qualidade do serviço caia progressivamente, não deveria a empresa então simplesmente perder o seu direito de concessão por não estar cumprindo adequadamente seus contratos, passando-se assim o controle de seu patrimônio para o poder público?
- Com que recursos pretende o Governo pagar à Brascan no Canadá a soma de 380 milhões de dólares, e ainda a dívida de mais de 700 milhões de dólares e como irá financiar os 300 milhões de dólares que foram considerados necessários investir para ampliar os serviços da Light neste ano?
- Em que medida se pretende que o consumidor venha a absorver esses encargos, através de um aumento das tarifas?
- Terá qualquer pessoa de alguma forma ligada ao Governo, à Eletrobrás ou mesmo à Light recebido alguma comissão pela concretização desse vultuoso negócio feito com o patrimônio público? Terá o vice-presidente e representante da Brascan Limited no Brasil de fato recebido uma extraordinária comissão da ordem de 39 milhões de dólares ou outra moeda (como parece ter ocorrido do próprio Antonio Gallotti o jornalista Sebastião Nery) por ter levado a bom termo essa negociação — pela qual todos brasileiros terão que sacrificar-se um pouco mais para pagar?
- Conforme expôs em editorial «O Estado de São Paulo», por que o governo optou por pagar à vista pela Light quando, em condições até mais difíceis, o Governo Castelo Branco resolveu pagar à Amforp, em 1966 em prazo que se estendia por 20 anos, e ainda deixando contentes os estrangeiros?
- Quanto mais se investigar o negócio, analisando-se toda a história da Light desde o seu início no Brasil, não será surpresa se os mais conservadores técnicos de contabilidade acabem chegando à conclusão que o Governo brasileiro poderia até receber algo para ficar com a Light.



Jesus Carlos

Adeus, velho imperialismo.

Por Marcio de Almeida (*)

A compra da Light pelo Governo Federal representa o fim de uma era, no Brasil. Na segunda metade do século passado, os capitais estrangeiros penetraram em nossa economia, aproveitando-se das oportunidades aqui existentes e condicionando o nosso desenvolvimento. Numa primeira fase, o capital estrangeiro que veio para cá era inglês, vinculando-se, particularmente, às atividades exportadoras.

Nessa época foram montadas as ferrovias, bancos, companhias de navegação, casas de exportação e importação, além da concessão de empréstimos ao governo brasileiro. Esse tipo de investimento consolidava a divisão internacional do trabalho liderada pela Inglaterra, pois fornecia a infra-estrutura necessária para que o Brasil e outros países periféricos exportassem produtos agrícolas ou matérias-primas e importassem bens manufaturados da Inglaterra.

No início, ocorre uma diversificação nos investimentos, motivadas por um lado, pela competição entre as potências capitalistas (Inglaterra, Alemanha, EEUU), o que levou Lenin a chamar essa fase de «etapa superior do capitalismo», ou seja, o imperialismo. Por outro lado, as transformações ocorridas na economia e na sociedade brasileira (expansão industrial, crescimento urbano e relativa diversificação das atividades primárias) induziram à ampliação do leque dos investimentos estrangeiros que passaram a abranger os chamados serviços básicos urbanos, como a energia elétrica e transportes.

Chegam os Trustes

É nesse contexto que surgem, não apenas a Light, mas outras companhias estrangeiras, monopolizando serviços de bondes, gás, iluminação elétrica e energia. Deve-se, portanto, relativizar o conceito de que as concessionárias estrangeiras foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento nas grandes capitais brasileiras. Tais empresas, a exemplo da Light, montaram as primeiras termoeletricas e hidrelétricas, no começo do século, quando já existia, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, um relativo parque industrial urbano, frente à economia agroexportadora da época.

O que fazem as novas concessionárias é apenas passar da energia térmica (caldeiras a vapor) ou mecânica (tração animal nos bondes) para a energia elétrica. Para se ter uma idéia mais precisa, observe-se que, em 1907, dos 4.687 HP instalados em máquinas industriais, apenas 5% eram acionadas por energia elétrica, índice que salta para 47,2% em 1920.

A Light, que havia sido organizada em 1899, sob denominação de «The Light and Power Company», era controlada pela «holding» canadense Brazilian Traction Light and Power Ltd. Instalou, em 1901, sua primeira hidrelétrica, a usina de Paranaíba, no rio Tietê. Tendendo em vista o razoável mercado energético localizado em São Paulo e adjacências, bem como no Rio de Janeiro, ela iniciou um vigoroso processo de expansão, aumentando sua capacidade instalada com a construção de novas usinas e absorção das pequenas empresas já existentes, em direção ao norte de São Paulo (Jundiá, Ity e Porto Feliz), sudoeste (Sorocaba) e Santos. Essa expansão praticamente se completa em 1927/28.

Ao mesmo tempo, a «holding» canadense adquire a concessão para outros serviços públicos, além da energia elétrica, tais como gás, telefones, bondes. Em função disso, cresce bastante o que viria a ser apelidado, pelo jargão popular como «polvo canadense» e se transformando no principal grupo estrangeiro instalado no país.

Mas a Light não estava só. Outro truste americano, a «American Power and Traction» (Amforp), adquire pequenas empresas nacionais, passando a controlar o fornecimento de energia em outras regiões importantes no interior de São Paulo e em cidades de outros Estados, como Recife, Salvador, Natal, Vitória, Porto Alegre e Pelotas (RS). Juntas, Light e Amforp monopolizavam 3/4 do setor energético nacional, reproduzindo aqui o que já ocorria a nível de América Latina,

mercado cativo para as duas empresas segundo a divisão de áreas de influência determinada pelo cartel mundial «International Electrical Association» (IEA). A elas cabia a importação de equipamentos através de financiamentos obtidos no exterior. Como se observa, os interesses envolvidos eram fantásticos. Não é à toa que João Mangabeira afirmou que as sucessões políticas, no Brasil, passavam pelos escritórios da Light. Os lucros das concessionárias eram tão elevados que, em 1933, o empresário Eduardo Guinle escreve um artigo que se tornou célebre, «A Light e seus negócios da China».

Nele, Guinle pedia a regulamentação da indústria energética, argumentando que o preço da energia vendida pela companhia era abusivo, pois os contratos foram feitos no início do século, na infância dessa grande indústria, quando não havia bases para a fixação das linhas gerais da sua exploração comercial. Calculava que, já nesta época, o capital inicial da Light havia sido muitas e muitas vezes amortizado e as novas ampliações foram executadas integralmente com a renda do negócio. Isto é, sem novos investimentos das matrizes estrangeiras.

Reação

A primeira reação governamental ocorreu em 1934, quando o governo provisório decretou o chamado «Código de Águas», regulamentando a indústria de energia elétrica, fixando uma política explícita de águas públicas e privadas. O código de águas estava endereçado aos dois grandes trustes e modificava, de certa maneira, o contexto em que se dava a instalação de empresas energéticas. Previa a revisão dos contratos, a possibilidade de confisco, a definição de novos métodos de tarifação, etc.

Mas a Light continuou dona da situação até o final dos anos 40. Sua reputação técnica estava baseada num único empreendimento arrojado na Serra do Mar, a Usina de Cubatão, a partir da qual efetuou o suprimento energético necessário ao intenso crescimento industrial e urbano das décadas de 30 e 40. É interessante notar que até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a empresa gerava e oferecia energia acima da demanda, utilizando até da propaganda para incentivar o consumo.

No entanto, a partir do final da década de 1940 (e até 1965) o sistema Light entra em crise, não atende satisfatoriamente o seu mercado. Os racionamentos são frequentes. Isso ocorre em função da falta de continuidade nos investimentos na área de geração. A toda poderosa companhia alega que as tarifas permitidas pelo poder público eram insuficientes para remunerar esses investimentos: o bode expiatório não podia deixar de ser o código de águas.

A partir de então, a Light passa a ser referência obrigatória na discussão entre as correntes nacionalistas e conservadoras da política brasileira. Paralelamente, a partir da década de 50, um processo mais profundo desenrola-se na economia brasileira, refletindo as alterações ocorridas na economia mundial, com o deslocamento do papel hegemônico da Grã-Bretanha para os Estados Unidos. A antiga divisão internacional do trabalho é abalada. Os Estados Unidos prescindiam, pelo menos em larga escala, da expansão primária exploradora da periferia, o que vai propiciar, principalmente após o término do conflito, a emergência, em alguns países periféricos de processos nacionais de industrialização.

Esses processos, cujo resultado mais exemplar é a industrialização brasileira a partir do final dos anos 50, estiveram centrados na atuação decisiva do Estado e no novo capital estrangeiro, voltado para setores produtivos da indústria manufatureira, em novos setores comerciais ou de infraestrutura.

A intervenção do Estado, a partir do segundo governo Vargas, foi decisiva. Investiu maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base (energia elétrica, petróleo e siderur-

gia). A solução Vargas para a crise do setor energético foi audaciosa. Em 1954, ele envia ao Congresso Nacional um amplo plano nacional de eletrificação envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. Propõe, também, formas específicas de financiamento para o setor com a criação do imposto único sobre energia elétrica e o fundo federal de eletrificação. Na mesma ocasião apresentou, também, o projeto de criação da Eletrobrás, aprovado somente 8 anos depois.

Esse plano assentou as bases para a convivência do Estado e capital privado, no caso do capital estrangeiro, na indústria elétrica: ao Estado, seja nas esferas federal ou estadual, caberia os grandes investimentos pesados em centrais hidrelétricas, ficando a iniciativa privada com a distribuição, setor onde os investimentos de capital fixo são relativamente bem menores. Nesses moldes, conviviram, até recentemente a Eletrobrás, Furnas, Cesp e a Light.

Novos caminhos

O capital estrangeiro, que se insere na economia brasileira a partir dos anos 50, fruto da concorrência entre os oligopólios americanos e europeu, dirige-se basicamente para o setor de bens de consumo duráveis e para alguns segmentos mais modernos dos não duráveis, além do setor de bens de capital fixo (máquinas e equipamentos). Dentro desse novo padrão, as multinacionais que já operavam concessões de serviços públicos adotaram como estratégia a retirada de seus investimentos através da venda negociada aos governos, passando a aplicar os recursos daí obtidos nas áreas mais dinâmicas da economia. Esse roteiro foi seguido com sucesso pelo grupo Brascan (nome atual da holding canadense) pela Bond and Share (Holding da Amforp) e pela ITT, não só no Brasil, como no México, Chile, Uruguai e Argentina.

A Light sobreviveu até recentemente, pois, além do setor de distribuição ser o «filiat mignon» em termos lucrativos, a companhia sempre conseguiu superar os entraves políticos à sua atuação. Nos anos 50, face à alegada insuficiência das tarifas, ela conseguiu impor taxas adicionais à tarifa básica, para compensar os custos decorrentes de aumentos salariais e do preço da energia comprada, etc. Em agosto de 1964, ela foi premiada com a correção monetária do ativo imobilizado, o que lhe permitiu uma formidável atualização das tarifas. Finalmente durante o período do «milagre», as altas taxas de crescimento da economia compatibilizaram os interesses entre o Estado, o capital estrangeiro e o nacional.

Entretanto, a partir de 1974, com o esgotamento do modelo e os problemas decorrentes da inflação e do desequilíbrio do balanço de pagamentos fizeram com que a política tarifária não pudesse continuar tão generosa. A empresa volta-se, então para a busca de um comprador. Após o caricatural episódio do grupo privado EMBRAPAR, que tentou comprar a Light, ela consegue ser vendida para o Governo Federal, num final de mandato e num momento em que o Congresso estava em recessão.

Tais circunstâncias mostram que o nacionalismo não está morto. Mas apenas deve se adequar aos novos tempos. As nacionalizações das outras concessionárias foram acompanhadas de debates populares: no Rio Grande do Sul o ex-governador Leonel Brizola, ao tombar o patrimônio da AMFOP, que controlava a Companhia Rio Grandense de Energia Elétrica, efetuou um amplo levantamento físico e contábil da empresa, para apurar aquilo que realmente deveria ser ressarcido.

O lance atual, feito de maneira secreta, cujas justificativas «a posteriori» não convenceram à Nação, mostra que a luta nacionalista passa, hoje, pela luta democrática, a qual inclui um maior controle do Estado pelos setores populares.

Marcio de Almeida é engenheiro formado pela Universidade de São Paulo, com mestrado em economia na Universidade Estadual de Campinas. Ex-funcionário da Light, prepara, atualmente, sua tese de mestrado «A CESP e a Intervenção do Estado no Setor Energético».

Antonio Carlos Magalhães:

O homem forte de Figueiredo

As peripécias do futuro governador da Bahia para manter-se bem com os que estão por cima, equilibrando-se no fio do poder. Uma carreira política marcada pela bajulação, autopromoção, pressões contra a imprensa, irregularidades administrativas, emprego da violência, e muita habilidade, que lhe valeu inclusive trânsito fácil junto aos adesistas do MDB. Enfim, um homem que utiliza com eficácia o princípio: «quando eu quero agradar sou que nem prostituta».

Nas últimas eleições a Bahia viu, de repente, vários candidatos à reeleição para Assembleia do Estado e Câmara Federal pela Arena desfiarem um rosário imenso de elogios e apoio ao futuro governador Antonio Carlos Magalhães. Outros, iniciantes na vida parlamentar, preferiram a porta aberta pelo ex-governador baiano, na certeza confirmada da vitória.

O resultado foi o que se viu: a Bahia foi o grande apoio moral para o governo derrotado em todos os grandes centros brasileiros. No centro deste resultado, sem dúvida alguma, um dos homens fortes do governo Figueiredo, Antonio Carlos Magalhães colocou-se como o responsável e para isto não poupou o uso de métodos ameaçadores e promessas de dias ruins para aqueles que não ousassem seguir suas normas.

Esta faceta do caráter do futuro governador da Bahia, no entanto, não surpreendeu a quantos têm acompanhado a sua vida política, desde 1930, quando tomou para seu padrinho o então interventor no Estado, general Juracy Magalhães. Uma trajetória baseada no princípio de sempre estar bem com os que detêm o poder.

Ex-deputado pela UDN, ex-prefeito de Salvador, ex-governador do Estado, ex-presidente da Eletrobrás, dono de jornal, Antonio Carlos agora quer se presidente da República, já se fala na Bahia. Afirmar esta possibilidade é jogar alto no quadro político que vive o país, mas dizer que o «Vice-rei» da Bahia (de acordo com novo título dado pela imprensa) poderá usar de todos os métodos nas suas tentativas é mais do que certo.

Basta lembrar a sua maleabilidade em trocar de parceiro, sempre que vislumbra a fraqueza deste em termos de poder, e sua total falta de senso do ridículo ao se lançar nas jogadas mais surpreendentes para angariar simpatias. Por exemplo: o gesto inesperado de, num comício onde participavam milhares de pessoas, anunciar a presença do futuro presidente como o «João do povo».

Intimidades que são tomadas por quem de cozinha em cozinha, conseguiu novamente ser indicado para governar o Estado, mesmo com todos os protestos dentro da própria Arena baiana e apesar (incrível!) de todos os atos irregulares e violências que marcaram sua gestão anterior.

Mas Antonio Carlos sabe como trapacear no jogo, sabe como ninguém autopromover-se, transformar-se em uma arenista «popular», mesmo que para isso tenha de dinheiro público sejam gastos. Como na sua gestão anterior quando estima-se que foram gastos entre 15 e 18 milhões de cruzeiros apenas em promoções no rádio, televisão, revistas e jornais.

Um perfil de Antonio Carlos e sua trajetória pelas cozinhas do poder podem muito bem mostrar que tipo de jogador ele é. O primeiro amigo no poder foi Juracy Magalhães, integrante dos quadros da UDN. Antonio Carlos aproximou-se do velho cacique baiano através do seu pai, o médico Magalhães Neto. Como repórter político do extinto Diário da Bahia, o futuro governador aproveitava para dar provas de sua admiração pelo general pedindo apertes aos deputados na Assembleia Legislativa e desferindo ataques violentos contra Antonio Balbino, líder do PSD, então rival de Juracy.

Mas, já alguns anos depois, exercendo o seu primeiro mandato de deputado estadual pela UDN, Antonio Carlos passou das críticas aos elogios a Antonio Balbino, pondo em prática outro dos seus princípios: «quando eu quero agradar sou que nem prostituta». Na verdade, com a derrota da UDN na Bahia, Juracy já pensava em outra forma de voltar ao poder aliando-se à ala dissidente do PSD liderada por Antonio Balbino, que queria ser governador. Foi justamente Antonio Carlos o articulador da campanha de Balbino.

Já em 58, o futuro governador da Bahia galga o mandato de deputado federal e teve que optar por Juracy na disputa deste com Balbino pelo Governo do Estado, mas não abandonou Balbino. Por delegação do general, já eleito governador, Antonio Carlos passou a bajular Juscelino Kubisticki, do PSD, para conseguir apoio para administração do governo da UDN na Bahia.

Mas Juscelino logo recebeu a «recompensa». Em 64, o «vice-rei» da Bahia vai para a televisão justificar o golpe, taxando o governo de irresponsável e corrupto, exibindo, para provar o que dizia, papéis em branco assinados pelo ex-presidente. No governo de Castello Branco largou Juracy e juntou-se a Luis Viana, pois já sabia de antemão que ele seria o governador baiano,

o que assegurou a Antonio Carlos a prefeitura de Salvador.

Alguns frutos até hoje são colhidos por Antonio Carlos, o seu livre trânsito junto ao MDB local é um exemplo disso, uma vez que o adesismo tem sua figura principal no deputado Ney Ferreira, genro de Antonio Balbino. Este, por sinal, é um dos acionistas do jornal de Antonio Carlos e parece continuar aliado, apesar do rompimento de Ney Ferreira com o futuro governador.

Violento, assim é que Antonio Carlos se apresenta aos inimigos. Foi assim com Juracy Magalhães e seu filho Juthahy (senador biônico). Era o primeiro governo de Antonio Carlos e a briga ferveu.

O motivo da irritação do sr. Juracy foi provocado por haver S. Senhora tratado comigo assuntos de interesse da Petroquímica União.

O fato se verificou na residência do sr. Sérgio Pedreira, em Salvador, sendo presenciado entre outros pelos senhores Luis Viana Filho, Manuel Tanajura, Angelo Ferreira, Luis Viana Neto e Juthahy. Antes, no Rio, o sr. Juracy já havia tratado do mesmo assunto sem obter êxito, mas insistiu novamente nesta capital com também no Rio promover um jantar com o sr. Carlos Antich, presidente da Sanbra, empresa que opera na Bahia, visando discutir interesses da referida organização, dizia Antonio Carlos numa carta resposta ao general. E apontava Juracy como ligado às empresas Ericson, a Petroquímica União, Sanbra, Cisper, Calsberg e Grupo Monteiro Aranha.

Na campanha de 74, já inimigo de Luis Viana Filho, Antonio Carlos fez uma aliança com Balbino, que consistia em o MDB lançar um candidato ao Senado, Cleber Sampaio, que recebeu farto material de Antonio Carlos, para denunciar Luis Viana, candidato da Arena, como corrupto.

Quando da sua nova indicação para governar a Bahia, a Arena baiana se alvorçou: Roberto Santos, atual governador, foi contra publicamente e hoje é perseguido por Antonio Carlos. Juracy, Luis Viana, Juthahy e Lomanto Júnior, no último momento, preferiram bandear para o lado do futuro governador, para assegurar as migalhas de suas lideranças ameaçadas. Dignidade, dignidade. Política, à parte. E a regra.

E a Bahia tem um novo governo pela frente. O «vice-rei» já prometeu, «os que não estão comigo nada terão». Por outro lado, apresenta-se mais cauteloso com a oposição que conseguiu obter uma bancada na sua maioria de autênticos) e propõe até conversas — imaginam com quem? — nada menos do que com Francisco Pinto. Novos tempos ou oportunismo novo?

Mas de certo, embora ninguém se atreva a lembrar de público hoje, ainda está vivo na memória o primeiro governo de Antonio Carlos: atacou a imprensa violentamente, particularmente o Jornal da Bahia, que quase morre debaixo da avalanche do bloqueio econômico. Fez uma série de contratos irregulares, 90 dias antes das eleições, locupletou parentes distribuindo toda a sua árvore genealógica nos cargos importantes do governo, tudo isso documentado pela imprensa na época. Que documentou também as agressões físicas, as ameaças, o arbítrio e o mau gênio do «vice-rei».

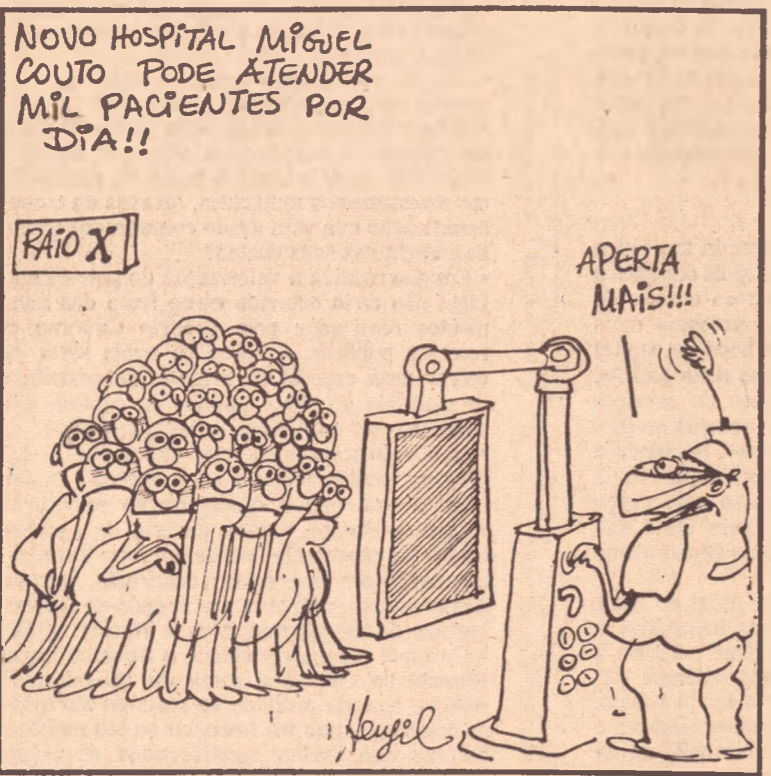
Cosas do tipo Centro Administrativo da Bahia, que, segundo denúncias de vários setores no Estado, serviu apenas para acariar a megalomania do governador e encher o bolso das empreiteiras suas amigas. Ou o caso dos 10 milhões de dólares, tomados emprestados, por autorização do Congresso, para a construção de uma estrada. A estrada não foi construída e o dinheiro virou neve debaixo do sol.

Podem estes fatos explicar o patrimônio declarado por Antonio Carlos ao deixar o governo em 1975? A lista dá inveja: dois apartamentos em Salvador, dois no Rio de Janeiro, um em Brasília, uma casa residencial na ilha de Madre de Deus, um lote de terras em Brasília e outro na ilha de Itaparica, 425 mil ações da Petrobrás, 193 mil do Banco do Brasil, 200 da Manesita, 1.400 da CPRM, mil da Bahia Frutos, 287 da TV Itapony, 16 mil do Patrimônio Carlos Marony, nove mil do Banco Econômico, além da Gráfica Santa Helena que vai editar o Correio da Bahia, o jornal de Antonio Carlos.

(Sucursal da Bahia)

Heufel

Vê a saúde do povão.



Rumos do MDB em debate

Moderados, conciliação e constituinte

Um jogo de cartas marcadas: os moderados do nosso partido não botam as cartas na mesa porque o four de ases é a constituinte.

A proposta de conciliação nacional feita pelo general Figueiredo pelo menos teve o mérito de mexer com a oposição parlamentar. Alguns se mexeram agoniados nas poltronas, ansiosos para abocanhar as migalhas que por ventura o regime deixe cair da sua mesa de arbítrio. O temor de se comprometer e de se queimar diante do eleitorado, entretanto, fez com que se mantivessem sentados nas cómodas poltronas da oposição parlamentar. Outros se levantaram das poltronas e sentenciaram: «Conciliação somente com a Constituinte».

Este tipo de declaração por si só já demonstra que o MDB está realmente a fim de conciliar, pois, a rigor, conciliação só será possível com o fim da existência de explorados e exploradores, classes antagônicas e inconciliáveis pelo simples fato de existirem. O MDB, portanto, pretende, a longo prazo, conciliar o capital com o trabalho.

Até aí nenhuma novidade, pois todo mundo sabe que o MDB não está disposto a acabar com a exploração dos trabalhadores brasileiros nem pretendemos exigir isto de um filho do regime militar. As declarações da direção emedebista e os resultados do Seminário de Estudos sobre a Ação Parlamentar do MDB, realizado em São Paulo recentemente, nos indica, entretanto, que, de imediato, o partido da oposição não aceita cargos nem «reformas insatisfatórias impostas pelo governo». Os resultados do Seminário de São Sebastião foram bem recebidos, inclusive por autênticos oposicionistas. Porém, uma leitura mais calma das linhas de atuação assumidas em São Sebastião e a prática da direção partidária, nos mostram outra coisa.

Entre as conclusões do Seminário, ao não se admitir «reformas institucionais impostas pelo governo», fica aberto o espaço para se admitir reformas «satisfatórias» ou mesmo «insatisfatórias» desde que não seja imposta pelo governo». Ou seja, admite-se reformas insatisfatórias se forem propostas por parlamentares do MDB ou mesmo por «dissidentes» da Arena e contanto que sejam submetidas ao Congresso - insatisfatório.

Outro item adiante procura mostrar empenho na derrubada de uma série de leis arbitrárias. Muito bem. Mas ficam dúvidas com relação à Lei de Greve. O texto é contra a Lei Antigreve «que impede as justas reivindicações dos trabalhadores», se resguardando para depois ser contra alguma greve que possa ser considerada «injusta»?

Porém, há outro aspecto que causa mais preocupações. No item «» se defende a anistia e a Constituinte. Porém (Ai, porém!) não diz se a anistia deve vir antes ou depois da Constituinte. Pior ainda, o pacote de São Sebastião, não exige nenhum pré-requisito para a constituinte: nem anistia, nem total liberdade de expressão, manifestação e organização. Aliás, aqui chegamos ao ponto mais interessante: nenhum dos itens do documento traz uma única palavra em defesa da liberdade partidária, nem antes, nem durante, nem depois da constituinte. O que nos obriga a uma pergunta que pode parecer imbecil: será que o MDB, chegando a participar de uma constituinte limitada, continuará defendendo o bipartidarismo? E tem mais. Nada foi dito a respeito de como nosso partido de oposição encaminhará a campanha da constituinte. Nem mesmo se fará alguma campanha.

Todas estas podem parecer picuinhas e exagero de interpretação de entrelinhas. Mas acontece que não podem mais ficar publico documentos que não trazem nada de concreto e cheios de ambiguidades que dão margem a futuras interpretações de acordo com o arbítrio de cada um que escreveu e aprovou. Aliás, esta é uma das maiores críticas que os próprios moderados costumam fazer às declarações e aos pacotes governistas, à Lei de Insegurança Nacional.

Com estas medidas a direção emedebista se nega a sentar na mesa para conciliar, mas já não consegue negar que gosta mesmo é de sentar na mesa para jogar baralho, na base do jogo falado e de compadres. Figueiredo avisa que vai apostar na conciliação nacional; Ulisses se levanta da poltrona e mostra os quatro ases; Figueiredo retira a aposta («era só pra ver a reação», diz ele); Ulisses guarda os quatro ases, torna a se sentar na poltrona e Tancredi Neves se acalma.

Os moderados do nosso partido não jogam as cartas na mesa porque o four de ases é a constituinte, e para botar a constituinte na mesa é preciso botar o povo na rua e, aí, o povo pode querer subir na mesa e mudar as regras do jogo.

A direção do MDB, portanto, prefere empatar o jogo, prefere conciliar a médio prazo, após reformas mais «satisfatórias». Enquanto isso, ameaça Figueiredo com a constituinte, blefa para o povo e torna a se sentar na poltrona.

Moderados e fisiológicos mostram assim as três faces da conciliação nacional:

- longo prazo, pretende conciliar o capital com o trabalho e manter a exploração do povo;
- a curto prazo, não aceita conciliar com Figueiredo, não aceita cargos nem reformas «insatisfatórias impostas pelo governo»;
- fica decretado o adiamento da conciliação nacional para o médio prazo e lançada a tática da conciliação lenta, segura e gradual.

Porém, a segurança deste projeto conciliador lento e gradual dependerá fundamentalmente de como os parlamentares realmente autênticos na luta contra a ditadura contribuirão para que a constituinte seja assumida pelos trabalhadores e pelo povo oprimido, à medida que somente assim ela se tornará realidade.

Em primeiro lugar precisamos compreender que a construção da constituinte passa pelo fortalecimento das lutas populares, econômicas e políticas contra a ditadura. Será neste processo de luta pelos seus interesses concretos que as massas chegarão à compreensão de que é preciso derrubar a ditadura e de que ninguém fará isto em seu lugar, ao contrário, é necessário acumular força para construir a constituinte livremente eleita. Esta força não será acumulada unicamente lutando diretamente pela Constituinte, com atos públicos, dias nacionais de luta, panfletagens e discursos da tribuna parlamentar. Tudo isto tem peso de importância, porém será na luta diária que se ganhará força para encampá-la.

Portanto, para os parlamentares que desejam realmente ver instalada a Constituinte é de fundamental importância, antes de mais nada, o apoio a todas as lutas levadas pelos trabalhadores e o povo, a todas as greves que sejam decididas democraticamente pelos trabalhadores e estudantes, à UNE como os estudantes definirão em maio, a encampação das bandeiras do movimento do custo de vida e da anistia, conforme assumidas pelo Congresso dos comitês de anistia. Enfim, usar de todos os meios para defender e divulgar todas as bandeiras e formas de luta usadas pelo povo, mesmo que estas sejam ilegais dentro da atual legalidade ditatorial.

Em segundo lugar, defender intransigentemente todas as bandeiras que estão entre os pré-requisitos para uma constituinte, utilizando-se assim a tribuna do Congresso, Assembleias Legislativas estaduais e Câmaras de vereadores para propagandear as lutas democráticas.

Em terceiro lugar, é preciso construir um movimento pelo boicote ao atual parlamento, denunciando-o como uma coisa ilegítima para qualquer reforma constitucional, parte ela da ditadura ou de dissidentes arenistas, sejam elas «satisfatórias» ou «insatisfatórias». Os autênticos devem levantar a bandeira de negação do atual parlamento manietado. Devemos nos negar a aprovar qualquer projeto de alteração constitucional, apresentando sempre uma única e mesma proposta de emenda: a constituinte eleita.

Os autênticos devem ser contrários à elaboração de qualquer pacote de reformas pelo MDB, pois o partido de oposição já tem um compromisso para ser cobrado, que é o de lutar de fato e não somente de palavras, pela constituinte e de não conciliar. Nestes termos, a elaboração de pacotes emedebistas de reformas institucionais pelo atual parlamento deve ser considerada conciliação de fato, na medida em que contribui para continuar levando às massas populares a falsa esperança de que se possa ter uma constituinte democrática sem constituinte.

Em caso de transformação do atual Congresso em constituinte, o posicionamento do MDB deve ser o de abandoná-lo e exercer o mandato na rua, deixando a Arena tomando conta do edifício do Congresso, de maneira a deslegitimar uma constituinte elaborada autoritariamente e sem a participação popular.

Para construir o boicote ao parlamento sob a ditadura será fundamental ainda que as entidades representativas das camadas populares comecem a se posicionar neste sentido, pressionando o MDB para que este não elabore pacotes reformistas à moda da ditadura e denunciando e questionando todos os deputados e senadores que aceitarem o jogo da distensão lenta. A prática reformista, sem constituinte, ou seja, a prática da conciliação lenta e gradual, deve ser combatida pois nos mesmo termos da distensão lenta e gradual, pois não passam de duas faces da mesma moeda demagógica: está todo mundo enrolando.

É questão fundamental para hoje, portanto, mostrar aos trabalhadores, explorados e oprimidos, a todos que estão por baixo, qual é a política da direção emedebista. Mostrar que de fato o buraco é mais acima, não somente na cúpula ditatorial palaciana mas também na cabeça do MDB, que é autoritária pois concilia com os ditadores e se corrompe ao vender as cartas da Constituinte e ao apostar na distensão.

(JORGE FONSECA, do movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia).

Golberi e o governo na parede

ANISTIA

Interpelado há quatro anos e cinco meses por familiares de 26 presos políticos desaparecidos, o general prometeu dar resposta e até hoje não deu o ar de sua graça. Agora, junto com o Comitê Brasileiro pela Anistia, os familiares voltam à carga, numa campanha nacional para apurar as responsabilidades pelos assassinatos e desaparecimentos de nada menos que 251 opositores do governo, desde 1964, fundamentados no mais completo dossiê de casos concretos, já divulgado até agora. Terça-feira, a imprensa foi convocada em São Paulo para o início da campanha.

Por Flaminio Fantini

Violência política do regime, o caminho poderá ser o indicado pelo caso Herzog — o acionamento judicial do Estado, alternativa também que não é nada simples, haja visto toda a via crucis que Clarice Herzog e seus advogados tiveram que percorrer.

Finalmente, há o caso dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia, no qual cogita-se de uma ação de interpeção do ministro da Guerra para que, ao menos, se reconheça pública e oficialmente que existiu aquele episódio de luta armada.

Mais imediatamente convocou-se um culto ecumênico para a Catedral da Sé, às 19 h, na sexta-feira, dia 12: «ao se iniciar um novo ano, vemos renascer as esperanças de que a honra e a memória de nossos entes queridos possam ser restauradas, quando a verdade e a justiça triunfarem sobre a negra mentira de um passado sombrio. Esta é a nossa luta», diz o boletim de convite, que traz ainda um trecho do pensador católico Tristão de Athayde, intitulado «Os esperantes», sobre o assunto.

Golberi com a palavra

Essas iniciativas são o primeiro passo no cumprimento de uma das resoluções do recente Congresso Nacional pela Anistia, tema tratado por uma comissão especial.

Politicamente tem o significado de unir numa mesma interpeção nacional todos os familiares das vítimas fatais da repressão dos órgãos de segurança, por um lado, e de colocar de forma incisiva, o governo na parede por outro. Isto é, agora são 251 casos bem concretos, uma cifra fundamentada que vai para as ruas, nas campanhas dos diversos movimentos regionais pela anistia.

Neste particular é delicada a situação do ministro Golberi do Couto e Silva, chefe da casa civil do general Ernesto Geisel, que embora seja um dos militares que mais tem fama de democrata e humanista, deve à nação uma resposta há nada menos que quatro anos e cinco meses, quando foi procurado por um grupo numeroso de familiares de 26 desaparecidos. Até hoje, Golberi não esclareceu nada a ninguém. O episódio foi relatado pela esposa de David Capistrano, um dos 56 desaparecidos, dona Maria Augusta de Oliveira.

Segundo ela, em 1974, quando começou a desaparecer um contingente de nove membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro — conforme entrevista de Luiz Carlos Prestes recente — juntaram-se vários familiares e pela primeira vez foi feito um trabalho coletivo contra os atos de arbítrio do governo nesta área. Começaram algumas famílias a batalhar e pouco depois, com a repercussão alcançada, aumentou o número.

«Foi com este trabalho que se teve, talvez pela primeira vez, a oportunidade de interpeção de uma maneira mais frontal representantes do governo — lembrou na entrevista coletiva dona Maria Augusta. Nós não chegamos até o presidente Geisel mas chegamos até o Golberi, com quem tivemos um encontro, quando apresentamos um dossiê de cada caso e falamos pessoalmente, explicando caso por caso e das denúncias que poderiam não estar no dossiê».

Golberi ouviu, num encontro qualificado por dona Maria Augusta como «cordial e muito sério», e prometeu dar uma resposta até o dia 20 de agosto de 1974, através da Comissão de Justiça e Paz, na pessoa do professor Cândido Mendes.

A esposa de Capistrano prossegue: «continuamos nosso trabalho e todas as sextas-feiras procurando o professor Cândido Mendes, na esperança daquela resposta que o general Golberi tinha prometido nos dar. Cada vez que nós chegávamos lá, havia sempre uma evasiva. Uma resposta quase sempre de esperança. Uma coisa que muito nos impressionou é que estas respostas faziam-nos crer que muitas dessas pessoas esta-

riam vivas. Houve até um momento em que se falou que elas estariam no hospital-manicômio do Juqueri».

Por outro lado, havia também a notícia de que os nomes dos vivos da lista dos 26 desaparecidos não seriam dados, porque para isso teriam que declinar os que já não viviam mais. Dona Augusta relatou que certa vez, o professor Cândido Mendes foi procurado e «ele nos deixou a impressão de que se isso não era uma verdade inteira, era uma meia verdade». Mas em algumas das visitas ao professor houve diretamente estas afirmações: «seu marido está vivo», «seu pai está vivo».

Quando se aproximavam as eleições de 1974, outra notícia chegou aos familiares daquele núcleo: o general Geisel daria uma entrevista à imprensa estrangeira e colocaria o caso dessas pessoas desaparecidas. Situações semelhantes «nos davam a esperança de que nossos parentes estavam vivos, porque jamais a gente poderia pensar que o general Geisel daria uma entrevista à imprensa para dizer que a maioria delas tinha sido fuziladas ou mortas», recorda dona Augusta.

Passadas as eleições a resposta era de que essa iniciativa da entrevista havia sido alterada, porque o presidente estava muito preocupado

com a situação das eleições. Não era para menos, a derrota eleitoral que o regime militar sofreu em 1974, foi de entortar o patuá...

Omissão do MDB

Também o MDB recebeu crítica no encontro de terça-feira. O jornalista Bernardo Kucinski chamou a atenção para o fato de que será necessário um grande esforço para que se constitua uma CPI específica para investigações sobre a sorte dos desaparecidos», afirmando também que «não tem muita fé na atual bancada do MDB para tomar esta iniciativa». Ele fundamentou seu ponto de vista numa análise do comportamento do partido oposicionista quando das primeiras tentativas para envolver o Congresso Nacional na apuração dos crimes dos órgãos de repressão:

«Em 1974, na primeira reunião da bancada do MDB, os familiares foram a Brasília. Foi quando o deputado Lysaneas Maciel conseguiu um número suficiente de assinaturas para dentro da bancada do MDB já conseguir a aprovação de que o partido levaria a constituição de uma CPI para investigar o caso dos desaparecidos. O líder da bancada oposicionista, o deputado Laerte Vieira, de forma autoritária, ao presidir a reunião, fez com que não fosse discutida aquela questão. No decorrer destes anos se os parlamentares não conseguiram foi porque houve parte do governo uma política de obstrução para não permitir a constituição da CPI e porque o MDB não fez muita força».

Segundo Kucinski, muitas comissões de inquérito importantes existiram neste período porque o governo se dispôs a pagar esse preço, desde que não existisse uma CPI para a área dos direitos humanos — já que só podem existir regimentalmente cinco CPIs em funcionamento ao mesmo tempo. Ele informou, que embora ainda sem confirmação, sabe-se que a Câmara dos Deputados, ao fechar a última sessão, já teria aprovado a constituição de três CPIs, amarrando assim as possibilidades de que se torne viável uma investigação nesta área.

«Talvez se consiga uma CPI um pouco mais genérica, sobre a violação dos direitos humanos em geral, no Brasil, diz Kucinski. Mas é preciso uma mais específica, pois o caso dos desaparecidos é diferente do caso dos já definitivamente mortos, não há existência dos corpos, nem de atestados de óbitos — não se pode conviver com os casos de dúvida se a pessoa morreu ou não».

As listas completas estão nas pág. 6 e 7



Golberi

A seção paulista do Comitê Brasileiro pela Anistia e cerca de 30 familiares de presos políticos mortos e desaparecidos reuniram a imprensa na tarde da última terça-feira, dia 9 para anunciar o início de uma campanha nacional de denúncia de 251 casos concretos de crimes praticados pelos órgãos de repressão do regime militar, desde 1964.

Trata-se do mais completo dossiê de ocorrências formulado até agora, reunindo um pequeno verbete de 56 desaparecidos, 169 mortos comprovados e 26 outros que tombaram em combate na guerrilha do Araguaia (ver a íntegra da relação nas páginas 6 e 7).

Um cartaz com 28 fotografias, a metade dos desaparecidos, começou a ser distribuído esta semana, como instrumento da campanha. Semelhante aos anúncios do velho faroeste — que a própria repressão política utilizou muito para caçar os acusados como «terroristas» — a peça de propaganda traz um apelo patético com relação aos «procurados», manchete visual: «Eles foram presos, sequestrados e torturados. Eram pais de família. Encontram-se desaparecidos e talvez mortos».

«Qualquer informação procure o Comitê Brasileiro pela Anistia mais próximo».

Passado sombrio

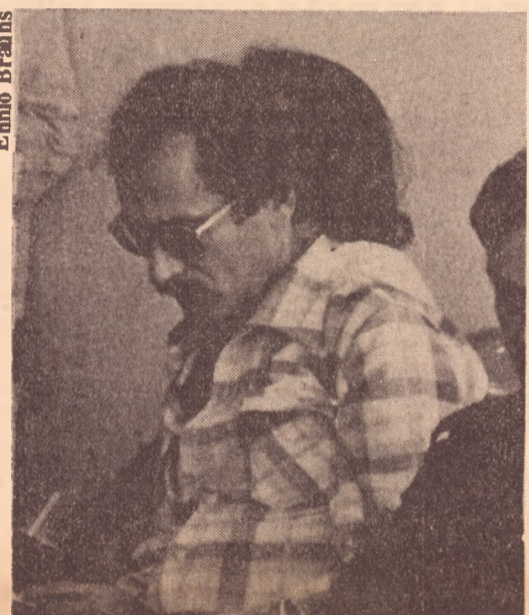
Conforme anunciou-se na entrevista coletiva, três são os níveis de atuação desta campanha específica da anistia. No caso dos desaparecidos, que concentrará maiores esforços ao que tudo indica, os familiares e o CBAs procurarão em cada caso levar o governo a admitir a prisão dos indivíduos, isto é, que manteve sob sua custódia e responsabilidade durante os momentos que precederam o «desaparecimento». Tarefa que exigirá — e para muitas famílias já vem exigindo há anos — esforços imensos, pois como assinalou o jornalista Bernardo Kucinski, que tem uma irmã e um cunhado na lista dos desaparecidos, «as pistas têm que ser encontradas no sub-mundo da repressão, não existe outro lugar para encontrá-las». A seguir, vem a cobrança do paradeiro do cidadão depois de preso, e assim sucessivamente até cercar os responsáveis e comprovar que o «desaparecido» na verdade está incluído noutra categoria, já que as chances de que esteja em rumo «incerto e ignorado» são pequenas e poucos são os que realmente levam fé nelas.

No caso dos mortos, ou melhor, daqueles casos em que há registro de óbito e indícios ou provas de que as circunstâncias partiram da



Dona Augusta

Emilio Braun



Kucinski

Emilio Braun

Sequestro dos uruguaios Oposição cerca repressão

As denúncias sobre o seqüestro dos uruguaios pela polícia gaúcha são cada dia mais inofismáveis e comprometedoras de esferas mais elevadas dos órgãos de repressão. Cercadas numa campanha nacional, as autoridades estaduais e federais entram num jogo de empurra, enquanto não resolvem um bode expiatório para o caso.



As autoridades gaúchas já não sabem a que fazer para negar a participação dos órgãos de segurança e de seus policiais no seqüestro de Lilian Celiberti Casariego, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Rodrigues Diaz, ocorrido no dia 12 de novembro, num tranquilo bairro classe média de Porto Alegre. A insistência em negar este envolvimento aumenta na medida em que avançam as investigações da imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio Grande do Sul dando provas incontestáveis da colaboração entre a polícia uruguaiana e brasileira.

«Este objetivo nós conseguimos», disse Omar Ferri a EM TEMPO. Os contatos que a Comissão pretendia manter, ao nível oficial, no entanto, não foram obtidos. «Portas fechadas foi o que encontramos. Uma má vontade ostensiva», comenta Ferri, acrescentando que no Supremo Tribunal Militar além de baterem com a porta na cara dos integrantes da Comissão, ainda pediram para se retirarem da frente do prédio.

Uruguaios não «sabem» de nada

Impressionante foi como Ferri definiu a atitude dos advogados uruguaios: «sabe o que é o diabo fugir da cruz?». E os que falavam, o faziam no sentido de aconselhar os advogados brasileiros a esquecerem o assunto. «É perda de tempo, foi o que mais escutamos».

O seqüestro do casal de uruguaios é um fato completamente desconhecido pela população daquele país. Além da violenta censura imposta pelo regime militar, não se encontra um único jornal brasileiro nas bancas em Montevideo. A Comissão voltou também com a certeza de que, do lado de lá do Chui, não conseguiu absolutamente nada.

Agora os advogados estão se reunindo para elaborar um relatório completo de todos os fatos apurados, para ser entregue ainda esta semana ao Ministério Público e todas as autoridades competentes para julgar o caso. Imediatamente, Ferri vê a possibilidade de se entrar com uma ação penal contra o delegado Pedro Seelig e o inspetor Orandir Lucas o Didi Pedalado. Possui ainda uma procuração da mãe de Lilian para entrar com uma ação de perdas e danos, por abalo moral e material, contra o estado do Rio Grande do Sul.

Outro nome que já surgiu foi Bevans Correia, também policial do DOPS. Correia seria o irmão de uma

diente do advogado João Antonio Castro, que o procurou no dia 12 de dezembro, para saber o que fazer. Seu irmão, ao saber da repercussão do caso, estava apavorado e tinha preferido se esconder. Castro, alegando o sigilo profissional, não quis revelar a identidade de sua cliente, mas, finalmente, veio à tona o nome de Correia, que teria confessado à irmã ter agido por ordem do delegado Pedro Seelig.

Terrorismo: só psicológico?

«Cafajeste, vou te dizer uma coisa. Te prepara, vou eliminar tu e toda a tua família». Desde o meio dia de domingo o telefone não pára de tocar na casa de Omar Ferri. Duas vezes masculinas, de segundo em segundo ameaçam a vida do advogado e sua família. «Tem um homem que imita muito mal o espanhol fazendo ameaças», comenta Ferri, minutos depois de sua secretária ter recebido um telefonema avisando que ele estava internado no UTL, vítima de atropelamento.

Também o advogado Mariano Beck está sendo ameaçado e vem sendo seguido à distância. Preocupados, os dois advogados denunciaram o fato numa entrevista coletiva na manhã de segunda-feira e no início da tarde, Marcos Helzer, presidente da Comissão, esteve no Palácio Piratini para uma audiência às pressas com o governador Guazzelli, já desconcertado com tantas evidências do envolvimento do DOPS no episódio.

O delegado Pedro Seelig, por sua vez, está muito irritado. Ao saber que fora reconhecido pelo garoto em Montevideo, não conseguiu esconder sua raiva. «Não tenho nada com isso», foi uma de suas únicas declarações, justificando-se com o propósito: «... não posso dar declarações, o estatuto não permite». Enquanto isso, o secretário da Segurança, Moura Jardim, voltava com a ladainha: «O inquérito dirá se Seelig está envolvido».

O jogo do empurra

Na verdade, a Polícia Federal, encarregada de fazer as investigações, até o momento não tomou nenhuma medida que efetivamente demonstrasse suas intenções de descobrir como foi possível dois uruguaios residentes em Porto Alegre aparecerem «magicamente», uma semana mais tarde, nas prisões uruguias. O que está havendo é um jogo de empurra-empurra.

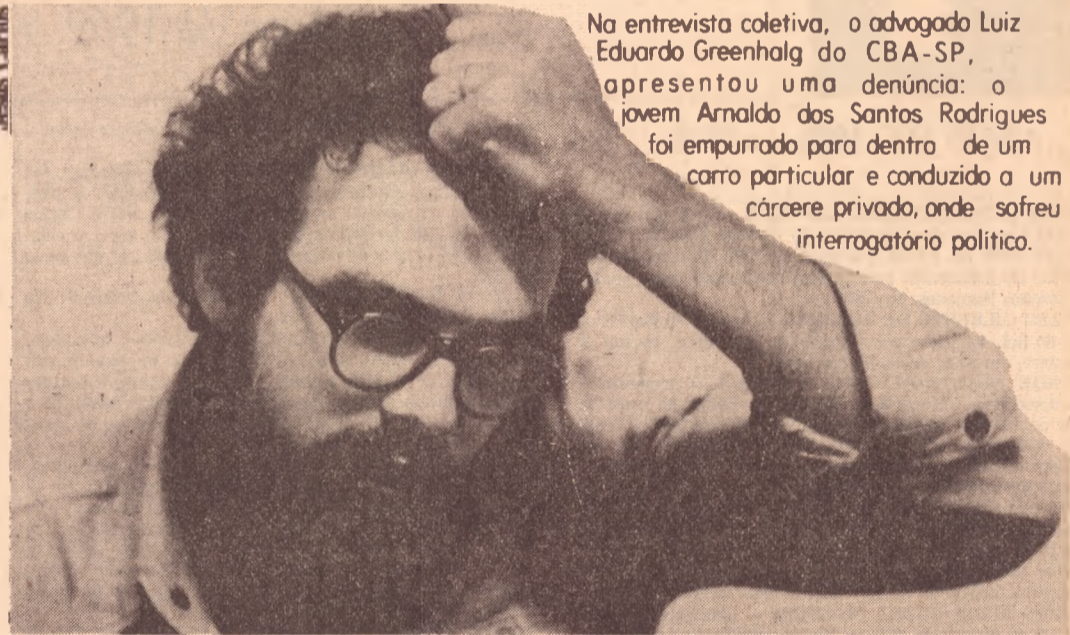
As autoridades estaduais dizem que nada lhes cabe fazer porque as responsabilidades estão a nível federal. E a nível federal os resultados não aparecem. Aliás, no mesmo dia em que Guazzelli declarava que o inquérito é de competência da Polícia Federal o coronel Rubem Ludwig, porta-voz da Presidência da República, argumentava que o governo federal jamais poderá se antecipar ao inquérito que está em desenvolvimento com as autoridades locais». Além do mais, Ludwig acredita que o presidente Geisel não tem um perfeito conhecimento de todo o andamento das investigações, porque «nem todas as informações chegaram ao Palácio».

De fato, informações como as de que um grupo de agentes policiais gaúchos estaria recebendo entre 2 e 3 mil dólares do governo de Montevideo — de acordo com a importância de refugiado político — por cada uruguaio que fosse preso no Rio Grande do Sul e entregue na fronteira daquele país. Esta foi uma denúncia anônima feita à sucursal do jornal Folha de São Paulo.

O certo é que agora, principalmente, Guazzelli não pode mais «ficar de fora». E a proposta de Raimundo Faoro, de constituir uma comissão composta pelo Ministério Público e representantes da Associação Riograndense de Imprensa ganha adesões. Por outro lado, Pedro Simon, já afirmou que «se o caso não for esclarecido até o reinício dos trabalhos legislativos, o MDB será obrigado a requerer uma CPI».

(Olívio Silvestre)

Mais um secundarista seqüestrado e torturado



Arnaldo

Na entrevista coletiva, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh do CBA-SP, apresentou uma denúncia: o jovem Arnaldo dos Santos Rodrigues foi empurrado para dentro de um carro particular e conduzido a um cárcere privado, onde sofreu interrogatório político.

No dia 12 de dezembro, à meia-noite, um jovem estudante secundarista paulistano é empurrado para um carro particular, recebe socos, imobilizado é obrigado a aspirar um algodão com clorofórmio, acordando mais tarde num cárcere privado onde será torturado.

Três dias antes, o mesmo ocorria em Belo Horizonte e sabe-se o que aconteceu no Rio de Janeiro na mesma época, sem que tenha vindo a público, por medo do seqüestrado.

Os dois jovens, João dos Santos Filho (EM Tempo nº 45) e Arnaldo dos Santos Rodrigues têm em comum a mesma preocupação da maioria dos jovens brasileiros: de participar de movimentos e assembleias estudantis e de suas representações. Aos dois, os seqüestradores fizeram o mesmo tipo de interrogatório e utilizaram os mesmos métodos de seqüestro e tortura. Coincidência?

Arnaldo estava na frente do Teatro Municipal à espera de uma amiga, quando foi agarrado e seqüestrado. Sua amiga, que chegava, teve a sorte de não estar no local, e acabou presenciando toda a cena sem nada entender. Desesperada, só teve notícias de Arnaldo no dia seguinte e viveu uma terrível angústia sem poder informar o pai do jovem que é doente e a mãe que está grávida, além de não ter a quem recorrer.

Após descansar e se recuperar das torturas, Arnaldo procurou o Comitê Brasileiro de Anistia e a Comissão de Justiça e Paz, para relatar o ocorrido e tentar através de um inquérito, descobrir os seqüestradores que agiram impunemente.

O advogado de Arnaldo, dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, pediu a abertura de um inquérito policial ao procurador da 1ª auditoria da 2ª CJM tentando chegar aos criminosos.

Os seqüestradores durante todo o tempo, agiram com a maior segurança e com os mesmos hábitos de um policial de plantão. Fotografaram e anotaram o interrogatório que se centrava em questões políticas e no levantamento

de informações sobre os organismos estudantis e seus líderes.

Arnaldo ao acordar, estava numa sala de uma casa e imediatamente teve os seus pulsos enfiados e amarrados com um arame e pendurado ao teto. Nu e imobilizado, ficou à mercê dos torturadores, sendo que um deles atirou os demais: «...Não deixem marcas». Tentando camuflar a violência, os torturadores atingiam regiões sensíveis de Arnaldo, utilizando um rolo de jornal compacto. Quando Arnaldo desmaiava, jogavam água e recomecavam a sessão.

Pelas perguntas feitas, Arnaldo acha que foi seguido pelos seqüestradores durante seis meses, e só consegue se lembrar de um rosto, «cara de funcionário público», pois as torturas eram feitas à luz de vela.

A violência só foi acabar pela manhã, quando pediu água e ao tomá-la, sentiu uma forte sonolência, havia sido drogado. Acordou num banco da praça Roosevelt e foi abordado por um PM que pedia os seus documentos; apavorado, se desembracou logo do policial e tentou seguir para casa, no que foi agarrado novamente pelos seqüestradores. Novamente foi levado para o cárcere secreto, sofreu novas torturas até o meio-dia quando, fraco e drogado pelos repressores, perde os sentidos e acordou no meio de um matagal em São Roque, perto da Capital, sujo e fraco. Segue a pé até a cidade de Cotia onde acaba tomando um taxi, seguindo para casa em São Paulo.

Depois de se recuperar vai ao CBA e Comissão de Justiça e Paz, onde faz as denúncias e é examinado por uma junta médica que, apesar de todo os cuidados dos torturadores, constatou: luxação, inchamento nas pernas e marcas de arame no pulso.

Arnaldo, ainda traumatizado pelas torturas, insiste na denúncia pública «para que isso não volte a acontecer e, para tanto, é necessário que a população saiba do fato».

(O.G.)

«Há, neste momento, no Brasil, sem que sequer se possa citar-lhes os nomes, ao lado de nós, dezenas de lares e neles centenas de corações, que sofrem em silêncio a tragédia da espera, da dúvida sobre a vida ou a morte dos seus entes mais queridos. São pais, irmãos, mulheres, quem sabe maridos, que esperam o ausente, de um momento para outro, sempre que se abre a porta da rua. Ou sonham com a cena, nos intervalos das insônias. Ou pior ainda, quando as portas em que batem os cansados de esperar, se fecham de todo ou mal se entreabrem. Até quando haverá no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas; filhos que não sabem se são órfãos; criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas de um Brasil que julgávamos isento de tais insanas crueldades» (trecho de Tristão de Athayde, retirado do boletim que convoca o culto ecumênico do dia 12).

DOCUMENTO

Aqui, a lista completa do CBA.

«Iniciamos uma grande campanha, visando o esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos. A existência destes crimes contra a humanidade, faz com que seja necessário lutar e exigir a completa elucidação, apuração e responsabilização daqueles que praticaram esses crimes».

O Comitê Brasileiro pela Anistia - São Paulo, em cumprimento às resoluções aprovadas no I Congresso Brasileiro Pela Anistia, realizado em novembro de 1978, em São Paulo, divulga a presente relação de presos políticos mortos e desaparecidos.

Esta relação, ainda parcial, compreende os presos políticos que foram mortos pelos órgãos de segurança, em circunstâncias até hoje não esclarecidas e que foram, em sua grande maioria, noticiados, através de notas oficiais dos órgãos de segurança, distribuídas à imprensa.

Compreende também, uma relação englobando os presos políticos desaparecidos, no período 1969 a 1970. Alguns destes desaparecimentos tiveram características distintas, que permitem diferenciá-los em duas categorias: aqueles dos quais não se tem qualquer indicio de sua morte, embora se tenha a certeza de sua prisão, e aqueles que existem testemunhos de sua morte, sob tortu-

ra embora não se tenha a confirmação oficial dos órgãos de segurança.

O que no entanto é comum a todos os presos políticos desaparecidos é o fato de seus familiares não possuírem atestado de óbito ou qualquer documento oficial que lhes dê o paradeiro e o destino de seu familiar preso. Nesta relação consta também os nomes de pessoas desaparecidas e outras presumivelmente mortas, durante as operações das forças armadas na região do Araguaia, cujos familiares não tem até hoje, nenhuma confirmação oficial de sua prisão ou de sua morte.

Todos os casos citados provêm de denúncias de familiares, amigos, presos políticos, entidades e instituições, que se avolumaram desde 1964. Durante o I Congresso Brasileiro Pela Anistia, a Comissão encarregada de presos políticos mortos e desaparecidos, de posse desses depoimentos e de outros que foram apresentados no Congresso, elaborou a presente relação.

Pela rigorosa censura que foi imposta, após 1968 e pelas medidas de excessão e de terror impostas à nação pelo regime militar e particularmente, pelos órgãos de segurança interna (DOI-CODI, CENIMAR, CISA, CIEIX, DOPS) existem ainda casos com dados incompletos, nos quais a data, o local ou as circunstâncias dos fatos, permanecem ainda inconsistentes. Vários casos ainda estão em estudos, nos vários CBAs, visando a coleta de algumas confirmações de denúncias e indícios, tornando portanto, esta relação parcial.

Acreditamos que iniciamos um grande campanha, visando o esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos. A existência destes crimes, contra a humanidade faz com que seja necessário lutar e exigir a completa elucidação, apuração e responsabilização daqueles que praticaram esses crimes.

Relação dos presos políticos desaparecidos

Anos de 1969 a 1975

ANOS DE 1969 — 1970

- ANTONIO DOS TRES REIS OLIVEIRA** — ex-presidente da União Estadual dos Estudantes do Paraná. Residia em São Paulo, onde foi detido, em maio de 1970. Seu desaparecimento foi denunciado pelo Comitê Londrinese pela Anistia e Direitos Humanos, em 1978.
- CELSON GILBERTO DE OLIVEIRA** — natural do Rio Grande do Sul, foi preso pelos órgãos de segurança, no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1970.
- JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA** — engenheiro, formado pela Universidade Federal da Bahia, foi preso no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1970. A prisão de Jorge foi denunciada em Auditoria Militar, principalmente por Marco Antonio Machado Melo, que presenciou sua prisão.
- MARCOS ANTONIO DIAS BATISTA** — estudante secundarista em Goiânia, foi líder estudantil da UBES — União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Sua prisão ocorreu na zona rural da região norte do estado de Goiás, em janeiro de 1970. Foi visto, pela última vez, na cidade de Porto Nacional, estado de Goiás. Tinha 15 anos na data da prisão. Existem numerosas provas de que é falsa a alegação oficial.
- MARIO ALVES VIEIRA DE SOUZA** — jornalista, preso no dia 16 de janeiro de 1970, no Rio de Janeiro, foi levado para o CODI do 1º Exército, situado no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita. Foi barbaramente torturado e transferido para a enfermaria do quartel, em estado precário de saúde. Sua tortura foi presenciada por vários presos, que denunciaram sua prisão, em Auditoria. Atualmente, as testemunhas deram novas declarações e depoimentos aos jornais e ao CBA.
- VIRGILIO GOMES DA SILVA** — Preso em São Paulo, na avenida Duque de Caxias. Foi torturado na OBAN, localizada à rua Tomaz Carvalho. Seu irmão, Francisco Gomes da Silva, e outros presos viram sua chegada e posteriormente o capitão do Exército Benone de Arruda Albermar, torturador da OBAN, percorreu as celas, afirmando que Virgílio havia «escapado» no dia anterior. A prisão de Virgílio ocorreu em 29 de setembro de 1969.

- res clandestinos dos órgãos de segurança, sempre isolado, desde 1971.**
- JOAQUIM MARIANO DOS SANTOS** — líder camponês, fez parte das ligas camponesas, em Pernambuco, antes de 1964. Foi preso em Recife, no dia 1 de maio de 1971 e trazido para o Rio de Janeiro, onde permaneceu em cárcere clandestino dos órgãos de segurança, sendo visto por um preso político.
- LUIZ DE ALMEIDA ARAUJO** — foi preso na cidade de São Paulo, em 18 de junho de 1971.
- PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA** — advogado, foi preso em 12 de julho de 1971, no Rio de Janeiro, em companhia de ELENI TELES GUARIBA, também desaparecida. Constatou da nota do Ministro Armando Falcão, de 8 de fevereiro de 1975, como «foragido». A nota foi contestada, em carta pública, pelo seu pai.
- RUBENS BEYRODT PAIVA** — ex-deputado pelo PTB de São Paulo, cassado em 1964, advogado e empresário. Preso em sua residência no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1971, foi torturado na 3ª Zona Aérea e transferido para o CODI, na rua Barão de Mesquita. Treze dias após sua prisão, o Exército, em nota oficial, noticiou sua «fuga». Existem numerosas provas de que é falsa a alegação oficial.
- STUART EDGARD ANGEL JONES** — estudante de Economia. Foi preso em 14 de maio de 1971, no Rio de Janeiro. Sua prisão foi presenciada pelo preso político ALEX POLARI DE ALVERGA, que em denúncia pública afirma ter visto STUART ser arrastado pelo pátio da base aérea de Galeão, nas dependências do Centro de Informações de Aeronáutica — CISA, amarrado a um jipe. A denúncia está contida no volume 20 da coleção «Pequena História do Brasil», do historiador Hélio Silva.
- WALTER RIBEIRO NOVAIS** — sequestrado na cidade de São Paulo, em 12 de junho de 1971. Trabalhou como salvavidas no SALVAMAR, no Rio de Janeiro.
- IVAN MOTA DIAS** — formado em História pela UFRRJ. Foi preso no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1971.

ANO DE 1972

- EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA** — Geólogo, preso em Recife, no mês de março, juntamente com sua esposa, Guilhermina Bezerra, que foi posteriormente libertada. Indiciado como revel em processo do PCB, que foi julgado em Recife.
- FREDERICO EDUARDO MAYR** — foi preso em São Paulo, em 25 de fevereiro de 1972, sendo torturado na OBAN, conforme denúncias de presos políticos.
- ISIS DIAS DE OLIVEIRA** — ex-estudante de Ciências Sociais da USP, foi presa no dia 30 de janeiro de 1972, juntamente com PAULO CESAR BOTELHO MASSA, no Rio de Janeiro. Foi considerada foragida na nota do Ministro Armando Falcão, de 06/02/75. Sua mãe, em carta pública, contestou a nota.
- JANA MORONE BARROSO** — presa no mês de abril de 1972.
- LUIZ EURICO TEJERA LISBOA** — preso em São Paulo, em agosto de 1972. Correspondia-se regularmente com a família, até que em agosto de 1972 a mãe recebeu a informação que fora preso em São Paulo. Desde então está desaparecido. Foi presidente da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas em 1968.
- PAULO CESAR BOTELHO MASSA** — ex-estudante e bancário, trabalhou no Banco do Brasil, agência Carioca. Foi preso em 30 de janeiro de 1972 no Rio de Janeiro.
- PAULO COSTA RIBEIRO BASTOS** — engenheiro formado pela Escola Nacional de Engenharia — RJ. Foi preso no Rio de Janeiro, em junho de 1972, juntamente com SERGIO LANDULFO FURTADO.
- SERGIO LANDULFO FURTADO** — ex-estudante de Economia da UFBA, foi preso no Rio de Janeiro em junho de 1972.

ANO DE 1973

- CAUBY ALVES DE CASTRO** — bancário aposentado, foi preso no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1973.

- HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES** — ex-presidente da União Nacional dos Estudantes — UNE, preso na cidade do Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1973.
- HUMBERTO CÂMARA NETO** — ex-estudante de Medicina da UFPE. Foi preso no Rio de Janeiro em 8 de outubro.
- JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA** — banido em 13 de janeiro de 1971, viajou para o Chile em troca da libertação do embaixador da Suíça no Brasil. Preso novamente em dezembro de 1973, em Buenos Aires, juntamente com JOAQUIM PIRES CERVEIRA, foi trazido para o DOI-CODI do Rio de Janeiro.
- JOAQUIM PIRES CERVEIRA** — ex-major do Exército, cassado pelo AI-1. Banido do Brasil em 15 de junho de 1970, indo para a Argélia, em troca da libertação do embaixador alemão no Brasil. Foi preso em dezembro de 1973, em Buenos Aires, por policiais argentinos, comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, conforme depoimentos prestados por pessoas que presenciaram a prisão, depoimentos em poder do Alto Comissário da ONU. Foi trazido para o DOI-CODI do Rio de Janeiro.
- JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA** — líder camponês do estado de Goiás, ex-deputado estadual cassado, fundador das ligas camponesas de Goiás. Cumpriu pena de prisão em Brasília, sendo libertado em 7 de junho de 1973. Esteve depois no escritório de sua advogada, Elizabeth Diniz, em Brasília. Estava retornando para sua casa, em Goiás, quando foi preso.
- PAULO STUART WRIGHT** — ex-deputado estadual por Santa Catarina, cassado em 1964. Sequestrado na cidade de São Paulo, no mês de setembro de 1973. Existem testemunhas de sua prisão, inclusive pessoa que foi acareada com Paulo, no prisão.
- RAMIRES MARIANHÃO DO VALLE** — ex-estudante secundarista em Pernambuco. Foi preso na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1973.

ANO DE 1974

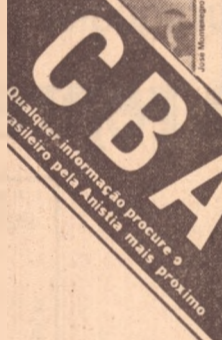
- ANA ROSA KUCINSKI SILVA** — professora do Instituto de Química da USP, foi presa em São Paulo, juntamente com seu marido WILSON SILVA, em 22 de abril, também desaparecida.
- DAVID CAPISTRANO DA COSTA** — ex-deputado estadual em Pernambuco, pelo PCB, ex-combatente da Guerra Civil Espanhola e combatente da Resistência Francesa. Foi preso na cidade de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, quando entrava no país, em 16 de março de 1974, em companhia de JOSE ROMAM, também desaparecido. Foi julgado a revelia pela 2ª Auditoria de Marinha, em 20 de setembro de 1978.
- EDUARDO COLLIER FILHO** — ex-estudante de Direito da UFBA, foi preso no Rio de Janeiro, juntamente com FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, em 23 de fevereiro de 1974. Existe contra ele processo na 1ª Auditoria do 2º Conselho de Justiça Militar, acusado de pertencer à Ação Popular — APML.
- FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA** — estudante da UFF — Universidade Federal Fluminense — e funcionário público do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo. Preso no Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro. Fernando constou da nota oficial expedida em 06/02/75, onde é apontado como militante da Ação Popular — APML — afirmando ainda esta nota que ele se encontrava na clandestinidade. A nota foi contestada em carta pública, por sua mãe.
- IEDA SANTOS DELGADO** — advogada, sequestrada no percurso Rio de Janeiro e São Paulo, em 1 de abril de 1974.
- ISSAMI NAKAMURA OKANO** — estudante de Química da USP, preso em São Paulo, em 14 de maio de 1974.
- JAYME AMORIM DE MIRANDA** — advogado, preso no Rio de Janeiro, em junho de 1974, foi julgado no processo do PCB, de 20 de setembro de 1978, na 2ª Auditoria de Marinha, como revel, sendo absolvido.
- JOÃO MASSENA MELO** — líder sindical metalúrgico e ex-deputado pela Guanabara. Preso em São Paulo em 15 de março de 1974. Julgado a revelia em 20 de setembro de 1978, foi absolvido.
- JOSE ROMAM** — corretor de imóveis, preso juntamente

PROCURADOS ANISTIA

Eles foram presos, sequestrados e torturados. Eram pais de família. Encontram-se desaparecidos e talvez mortos.



Com este cartaz, começa em todo o País a campanha do movimento pela anistia em favor dos desaparecidos.



ANO DE 1975

- ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO** — líder sindical, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Light. Preso no Rio de Janeiro, em junho de 1975. Conforme denúncias de pessoas presas na ocasião, foi torturado no DOPS e DOI-CODI, do Rio e DOI de São Paulo. Entre as denúncias destacam-se as efetuadas publicamente por Gildasio Westin Cozena e Delzir Antonio Mathias.
- ELSON COSTA** — desapareceu em 1975, segundo depoimento de MARCO ANTONIO COELHO, prestado junto à 2ª Auditoria de Marinha.
- HIRAM PEREIRA DE LIMA** — preso no Rio de Janeiro em fevereiro de 1975. Julgado a revelia em 20 de setembro de 1978, pela 2ª Auditoria da Marinha, absolvido.
- ITHAIR JOSÉ VELOSO** — líder sindical da construção civil, foi preso em 22 de maio de 1975, no Rio de Janeiro. Julgado como revel e absolvido no processo do PCB, julgado em 20 de setembro de 1978.
- JOSE MONTENEGRO DE LIMA** — ex-residente da União Nacional de Estudantes Técnicos Industriais. Preso em São Paulo, em 29 de setembro de 1975.
- ORLANDO ROSA BONFIM JUNIOR** — advogado, jornalista, foi diretor dos jornais «Imprensa Popular» e «Novos Rumos». Preso no Rio de Janeiro, em 8 de outubro. Julgado como revel no processo do PCB, de 20 de setembro de 1978, foi absolvido.

Relação de desaparecidos na Região da Araguaia

(onde foram travados combates com as Forças Armadas)



- Adriano Fonseca
- André Grabois
- Antonio Guilherme Ribeiro
- Ribas
- Antonio Monteiro Teixeira
- Bergson Gurjão Farias
- Ciro Flávio Salazar
- Dinalva Conceição Teixeira
- Helenira Rezende de Souza
- Nazaré
- Idalício Aranha Filho
- Jaime Petit da Silva
- José Francisco Chaves
- José Humberto Bronca
- José Toledo de Oliveira
- João Carlos Haas Sobrinho
- Kleber Gomes
- Lourival Paulino
- Lucio Petit da Silva
- Maria Lucia Petit da Silva
- Manuel José Nurchis
- Mauricio Grabois
- Nelson Dourado
- Oswaldo Orlando Costa
- Paulo Rodrigues
- Paulo Norberto Pereira Marques
- Suely Yomiko Kanayama
- Walquiria Aranha

Na semana em que o assassinato do dirigente comunista Mário Alves completava nove anos, sua esposa, dona Dilma Alves, anuncia:

Vou processar o governo pela morte do meu marido!

No mesmo apartamento pequeno e simples onde recebeu a reportagem do EM TEMPO, em julho do ano passado, dona Dilma Borges Vieira declarou, agora, que pretende reabrir o «caso» Mário Alves, seu marido, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, assassinado, sob tortura, no DOI-CODI do 1º Exército, na época sob o comando do general Syzno Sarmento. «Acuso e responsabilizo o DOI-CODI do 1º Exército pela morte de Mário. Acuso e responsabilizo o coronel Alcyone Portela, comandante do CODI naquela ocasião: ele é o maior responsável direto pelo assassinato de Mário».

Os advogados já estão estudando as possibilidades do processo, reconhecendo as testemunhas indicadas por dona Dilma. O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/Rio) pagará as custas necessárias. No dia 16, próxima terça-feira, a morte de Mário Alves completa 10 anos.



Mário Alves de Souza

Vivemos a angústia do silêncio imposto pelos militares

Eis as declarações de Dilma Alves sobre a reabertura do caso e as acusações sobre a responsabilidade pelo assassinato de um dirigente comunista:

Sim, eu já constitui advogado, já conversamos e os papéis terão andamento a qualquer hora: depois de nove anos vou reabrir o «caso» Mário Alves. Tem algumas coisas menores que ainda faltavam esclarecer, mas que eu vou reabrir o caso é certo. Quero o reconhecimento oficial de sua morte, quero saber onde está seu corpo. Há nove anos eu venho batalhando por isso.

Meu marido, Mário Alves, foi preso no dia 16 de janeiro de 1970, pelo 1º Exército, e levado para o Quartel da PE, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca (Rio). Espancado durante toda a noite, o corpo todo esfolado, ele ainda foi empalado com

um cassete denteado; alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e nariz, arquejante, pedindo água, e os militares em volta, os torturadores rindo, impedindo que lhe fosse prestado qualquer socorro.

A prisão de Mário foi negada pelas autoridades militares. Mas os depoimentos se sucederam, em Auditorias, durante vários julgamentos. Houve testemunhas, os fatos se tornaram públicos e notórios. Mário foi torturado e executado sem julgamento, «desaparecido», nós ficamos sem saber o destino dado a seu corpo. Vivemos a angústia desse silêncio imposto pelos chefes militares.

Brasileiro, jornalista, de caráter inte-

gro e perfeitamente coerente com o que pregava e praticava, Mário era querido e respeitado por todos os que com ele lutaram e viveram. Foi marido e pai dedicado e amado. É uma perda irreparável para todos nós.

Esse processo que vou reabrir agora tem para mim um sentido político e histórico. Há nove anos era impossível, mas agora eu espero que ele tenha uma repercussão nacional. Politicamente é que me interessa o reconhecimento da morte sob tortura de Mário. Ele foi, desde os 16 anos, um combatente pela liberdade de todos os oprimidos e explorados.

Acuso e responsabilizo o DOI-CODI do 1º Exército pela tortura, assassinato e «desaparecimento» de meu marido, Mário Alves de Souza Vieira.

Sucursal do Rio

Eu vi seu corpo esfolado

O pacto das testemunhas

«Ferido, no chão, Mário Alves balbuciou e pediu água», confirma o vereador Antonio Carlos Carvalho, do MDB-RJ.

Até hoje o governo não reconheceu a morte do jornalista Mário Alves. Sempre que foi obrigado a se pronunciar, disse que o jornalista encontra-se foragido. Mas a verdade é bem outra: Mário Alves foi morto na prisão. Morreu depois de ter sido violentamente torturado, sequestrado e levado para o Hospital Central do Exército.

Entre os dias 15 e 16 de janeiro de 1970, estávamos presos em uma mesma cela eu, o advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes, Augusto Henrique Maria D'Aurèle Olivier, tenente da Revolução de 1930 e morto recentemente em um acidente de trânsito no Rio; Manoel João da Silva, líder ferroviário, camponês e operário, na época com 75 anos de idade e mais uma pessoa (motorista de Apolônio de Carvalho) presa no dia 12 do mesmo mês, mas que omito o nome por não ter sido consultado. Nesta noite fomos acordados por um grande alvoroço na Polícia do Exército da Rua Barão de Mesquita no Rio, logo subimos, tinha sido preso uma pessoa muito importante. Igual à noite quando Apolônio foi preso. Soldados nos informaram tratar-se de «peixe grande».

Nessa época a tortura era feita sem nenhuma cerimônia, não havia ainda as salas especiais que foram construídas dois meses depois. Como Mário Alves, assistimos também à tortura de Apolônio, Salatiel e vários outros que tiveram a infelicidade de ser presos naqueles meses que lá estivemos.

Nossa cela era no segundo andar, uma cela grande, bem em frente ao corpo da guarda. Ao lado pela direita existia uma outra sala que dava tanto para a nossa, quanto para uma outra, ao lado da nossa onde na época encontrava-se preso o cidadão Newton Leão Duarte, de quem nunca mais tive qualquer notícia. Nossa porta tinha grade de ferro e dava para a sala, além disso nossa cela era colada (parede com parede), com esta sala onde as pessoas eram supliciadas, além do que a parede não ia até o teto, (meia parede). A certeza de impunidade faz dessas coisas.

Não demorou muito a termos certeza de que se tratava, Manoel João e Augusto conheciam muito bem Mário Alves, identificaram

sua voz e pelos dados de sua vida real que os torturadores foram arguindo. Não dormíamos acompanhando os interrogatórios e sofrendo com cada uma das torturas que sabíamos estar sendo aplicada e que cada um de nós já conhecia de perto.

Diante de sua recusa de atender as exigências dos torturadores, e pelas formas cada vez mais violentas que apareciam as novas torturas, afogamento, empalamento, temi pela sua vida, pois tinha sido dito por alguém ali que ele já estava com 56 anos e tinha pouca saúde. Os torturadores insistiam em saber onde morava, ele respondia que na sua casa estava sua mulher e sua filha e que preferiria a morte a vê-las passando por aquilo tudo a que estava sendo submetido.

De manhã bem cedo o cabo da guarda chamou a mim, ao Manoel João e ao Augusto para fazermos faxina na sala ao lado, nos vestimos e fomos. A sala estava enlameada, cheia de água e no chão deitado estava uma pessoa, toda machucada com a pele bem ferida cheio de hematomas, e sem se mexer, apenas balbuciava pedindo, «água, água». Tentamos dar-lhe água, mas foi difícil, não conseguia beber. O capuz estava levantado bem acima dos olhos, era um rosto magro com um pequeno bigode. Manuel João e Augusto confirmaram, era Mário Alves. Depois disso vieram algumas pessoas lhe retirar da sala e o levaram embora, ainda vivo. Nós continuamos presos.

A única coisa que fizemos no momento foi acertar entre nós o compromisso de que se um dia fosse exigido de nós o testemunho daquele fato, nós não negariamos e autorizávamos os outros a incluir os nossos nomes como testemunha. Foi o que aconteceu no Congresso da Anistia em São Paulo, fui citado como testemunha e aqui estou confirmando as denúncias que foram feitas.

Quando saí da prisão, sua mulher me procurou e fez este relato, ela disse que seu marido tinha sido esfolado com uma escova de aço e eu lhe afirmo que não. As feridas se deviam ao acóite a que lhe submeteram com uma borracha oca, de mais ou menos 8 centímetros de diâmetro e um metro de comprimento.

Eu ouvi o diálogo com os carrascos

Testemunha, o advogado Raimundo Teixeira Mendes,

Cerca das 20h30m do dia 16 de janeiro de 1970 sexta-feira, encontramos-nos presos no 2º andar do PIC - Pelotão de Investigações Criminais, da Polícia do Exército do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Mesquita na Tijuca, quando duas horas após havermos juntado no rancho dos soldados, ouvimos a algazarra que caracterizava a chegada de um preso considerado importante.

O DOI-CODI do Rio de Janeiro, fundado solenemente, salvo lapso de memória, no dia 13 de janeiro de 1970, acabava de prender o jornalista Mário Alves de Souza Vieira, ex-diretor do Jornal Novos Rumos, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro, de onde saiu para fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

No momento em que Mário Alves foi introduzido em uma sala ao lado da cela em que nos encontramos, foi estabelecido o seguinte diálogo entre o preso e seus algazares:

- Teu nome completo é Mário Alves de Souza Vieira?
- Vocês sabem
- Você é o secretário-geral do Comitê Central do PCB?
- Vocês já sabem.
- Será que você vai querer dar uma de herói? (silêncio)
- Herói foi Guevara, que morreu na Bolívia com uma metralhadora na mão, você caiu e não tem nem um canivete no bolso, disse o torturador.

A partir deste momento iniciou-se uma sessão de tortura que só acabou às 5h da manhã. Depois de ser violentamente espancado, sofrer choques elé-

tricos, pau-de-arara, afogamentos etc. Mário Alves, manteve-se na posição de não responder absolutamente nada aos seus torturadores. Coisa que considero ter aumentado a ira dos torturadores, por se verem impotentes diante de um indivíduo desarmado, sem defesa, a não ser sua vontade férrea de não prestar informações daqueles que considerava seus inimigos. O lance final entre Mário Alves e seus torturadores, foi a introdução de cassete de madeira com estrias de aço que provocou a perfuração de seus intestinos, causando-lhe depois uma hemorragia interna que determinou a sua morte.

Durante os oito horas de torturas sofridas por Mário Alves, interrompidas pelo ato brutal que provocou sua morte, a monotonia angustiante e desesperadora, para nós que ouvíamos os seus gritos e gemidos, só foi quebrada uma vez:

- Onde está tua filha?
- (A resposta veio rápida e agressiva):
- Na Bahia, disse Alves.
- (Pareceu-nos que Mário se sobressaltou com a pergunta, que veio em meio a insistentes inquirições sobre uma suposta área de guerrilha que estaria sendo levantada no Interior de Goiás)
- Nós já sabemos que ela está em Minas Gerais, prosseguiu o interrogador.
- Então vá buscá-la.

Esta resposta, num misto de sarcasmo e segurança, significou um desafio dito, no desafio permanente que representou o comportamento de mistério e resistência do torturado-assassinado diante de seus torturadores, que afinal, lhe tiraram a vida mas perderam o desafio.

UMA CARTA DE DONA DILMA ALVES PARA A MULHER DO CONSUL SEQUESTRADO

O drama em 1970: choro sozinha

No Uruguai os Tupamaros haviam sequestrado o policial Dan Mitrione e, de cambulhada, um agrônomo norte-americano e o cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloísio Gomide. No Brasil, Dilma Borges ainda esperava encontrar o corpo de Mário Alves. Os jornais faziam estardalhaço com o «caso» Gomide, abrindo espaços para declarações de sua esposa. Eis a carta que dona Dilma lhe escreveu por esta época: setembro de 1970, oito meses após a morte de seu marido.

«Sra. Aparecida Gomide:

Todos conhecemos o seu sofrimento e a sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza, diariamente, o seu drama. Seu marido, um funcionário em serviço fora do País, foi sequestrado, envolvido em acontecimentos de natureza política. A sra. não chora sozinha.

Mas do meu sofrimento, da minha angústia ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para também dizer que «tenho o coração partido», que «quero o meu marido de volta». O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura pelo 1º Exército, foi executado sem processo e sem julgamento. Reclamo seu corpo. Nem a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana me atende. Não sei o que fizeram com ele, onde o jogaram.

Sei que a sra. não tem condições de avaliar meu sofrimento porque a dor de cada um é

sempre maior que a dos outros. Mas espero que compreenda que as condições que levaram meu marido a ser torturado até a morte, e o seu a ser sequestrado, ainda são as mesmas. Que é importante saber que a violência-fome, que a violência-miséria, a violência-pressão, a violência-atraso, a violência-tortura levam à violência-sequestro, à violência-guerrilha, e que é muito importante saber quem é que pratica a violência: os que criam a miséria ou os que lutam contra ela?

O seu desespero e sofrimento demonstram que seu marido era bom chefe de família, que faz falta, é muito importante em sua vida. Mário Alves também foi bom chefe de família, faz falta, tinha uma filha que ele adorava, era inteligente, culto, pessoalmente nunca magoua ninguém. Morreu pelos oprimidos e injustiçados, os sem voz e sem vez».

Dilma Alves

Relação dos presos políticos mortos

3

- ANO DE 1964**
Alfeu de Alcântara Monteiro — Porto Alegre, 4 de abril
- ANO DE 1966**
Manoel Raimundo Soares — Porto Alegre, agosto
- ANO DE 1967**
Milton Palmeira de Castro — Juiz de Fora, MG, setembro
- ANO DE 1968**
Edson Luiz de Lima Souto — Rio de Janeiro, 28 de março
- ANO DE 1969**
Carlos Mariguela — São Paulo, 4 de novembro
- ANO DE 1970**
Abelardo Rauch Alcântara — Brasília, 13 de dezembro
- ANO DE 1971**
Aderval Alves Coqueiro — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro
- ANO DE 1972**
Amaro Luiz de Carvalho — Recife, 22 de agosto
- ANO DE 1973**
Alex de Paula Xavier Pereira — São Paulo, 29 de janeiro
- ANO DE 1974**
Angelo Arroyo — São Paulo, 16 de dezembro
- ANO DE 1975**
José Ferreira de Almeida — São Paulo, 28 de agosto
- ANO DE 1976**
Maria Auxiliadora Lara Barcelos — suicidou-se no exílio
- ANO DE 1977**
Manoel Fiel Filho — São Paulo, 17 de janeiro

- ANO DE 1964**
Ishiro Nagami — São Paulo, setembro
- ANO DE 1965**
Jodo Domingos da Silva — São Paulo, 19 de setembro
- ANO DE 1966**
João Antonio Abi-Eqab — Vassouras, RJ, outubro
- ANO DE 1967**
Jodo Roberto Soares de Souza — Recife, outubro
- ANO DE 1968**
Jodo Lucas Alves — Belo Horizonte, abril
- ANO DE 1969**
José Wilson Lessa Sabag — São Paulo, 3 de setembro
- ANO DE 1970**
Luiz Fogaça Balboni — São Paulo, 24 de setembro
- ANO DE 1971**
Marco Antonio Brás de Carvalho — São Paulo, 21 de janeiro
- ANO DE 1972**
Nelson José de Almeida — Recife, 26 de maio
- ANO DE 1973**
Reinaldo Silveira Pimenta — 27 de junho
- ANO DE 1974**
Roberto Cieto — Rio de Janeiro, 4 de setembro
- ANO DE 1975**
Sergio Correia — São Paulo, setembro
- ANO DE 1976**
Severiano Viana Colon — Rio de Janeiro, abril
- ANO DE 1977**
Sebastião Gomes da Silva — Cachoeira de Macacá, RJ, abril

- ANO DE 1964**
José Roberto Spigner — Rio de Janeiro, 17 de dezembro
- ANO DE 1965**
José Idésio Briahesi — São Paulo, 14 de abril
- ANO DE 1966**
Joaquim Camara Ferreira — São Paulo, 23 de outubro
- ANO DE 1967**
Yoshitami Fujimoro — São Paulo, 5 de dezembro
- ANO DE 1968**
Juarez Guimarães Brito — Rio de Janeiro, 18 de abril
- ANO DE 1969**
Luciano Brandão Guimarães — Minas Gerais, 31 de julho
- ANO DE 1970**
Luís Afonso Miranda da Costa Rego — Rio de Janeiro, 10 de janeiro
- ANO DE 1971**
Carlos Eduardo Silva Lima — Rio de Janeiro, 13 de janeiro
- ANO DE 1972**
Norberto Nehring — São Paulo, 24 de abril
- ANO DE 1973**
Olavo Hansen — São Paulo, 8 de maio
- ANO DE 1974**
Roberto Macarini — São Paulo, 28 de abril
- ANO DE 1975**
Aderval Alves Coqueiro — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro
- ANO DE 1976**
Aldo Sá Brito de Souza Neto — Belo Horizonte, 10 de janeiro
- ANO DE 1977**
Amaro Luiz de Carvalho — Recife, 22 de agosto
- ANO DE 1978**
Antonio Sérgio de Mattos — São Paulo, 23 de setembro
- ANO DE 1979**
Carlos Eduardo Pires Fleury — Rio de Janeiro, 10 de dezembro
- ANO DE 1980**
Carlos Lamarcia — Bahia, 28 de agosto
- ANO DE 1981**
Cleide Dall'Ojo — Recife
- ANO DE 1982**
Denis Antonio Casemiro — São Paulo, abril
- ANO DE 1983**
Devanir José de Carvalho — São Paulo, 7 de abril
- ANO DE 1984**
Dimas Antonio Casemiro — São Paulo, 17 de abril
- ANO DE 1985**
Eduardo Antonio da Fonseca — São Paulo, 23 de setembro
- ANO DE 1986**
Flávio de Carvalho Molina — São Paulo, 5 de novembro
- ANO DE 1987**
Francisco José Oliveira — São Paulo, 5 de novembro

- ANO DE 1964**
Gerson Teodoro de Oliveira — Rio de Janeiro, 15 de março
- ANO DE 1965**
Joaquim Alencar de Seixas — São Paulo, 17 de abril
- ANO DE 1966**
José Campos Barreto — Bahia, 28 de agosto
- ANO DE 1967**
José Gomes Teixeira — Rio de Janeiro
- ANO DE 1968**
José Manuel Mendes de Abreu — São Paulo, 23 de setembro
- ANO DE 1969**
José Milton Barbosa — São Paulo, 5 de dezembro
- ANO DE 1970**
José Raimundo da Costa — Rio de Janeiro, 5 de agosto
- ANO DE 1971**
José Roberto Arantes de Almeida — São Paulo, 5 de novembro
- ANO DE 1972**
Luís Antonio Santa Bárbara — fazenda Burtiti, Bahia, 28 de agosto
- ANO DE 1973**
Luís Eduardo da Rocha Merlino — São Paulo, 15 de julho
- ANO DE 1974**
Luís Hirata — São Paulo, dezembro
- ANO DE 1975**
Marilena Villas Boas Pinto — Rio de Janeiro, 5 de abril
- ANO DE 1976**
Mário de Souza Prata — Rio de Janeiro, 3 de abril
- ANO DE 1977**
Maurício Guilherme da Silveira — Rio de Janeiro, 15 de março
- ANO DE 1978**
Nilda Carvalho Cunha — Bahia, 14 de novembro
- ANO DE 1979**
Odáias Carvalho de Souza — Pernambuco, fevereiro
- ANO DE 1980**
Osniel Campos Barreto — Bahia, 28 de agosto
- ANO DE 1981**
Raimundo Eduardo da Silva — São Paulo, 10 de janeiro
- ANO DE 1982**
Raimundo Gonçalves Figueiredo — Recife, 24 de abril
- ANO DE 1983**
Raul Amaro Nin Ferreira — Rio de Janeiro, 12 de agosto
- ANO DE 1984**
Valdeir Silva — outubro
- ANO DE 1985**
Yara Iavelberg — Bahia, 6 de agosto
- ANO DE 1986**
Alex de Paula Xavier Pereira — São Paulo, 29 de janeiro
- ANO DE 1987**
Alexandre José Ibsen Voerres — São Paulo, 27 de fevereiro
- ANO DE 1988**
Ana Maria Nacinovic Correia — São Paulo, 14 de junho
- ANO DE 1989**
Antonio Benetazzo — São Paulo, 30 de outubro
- ANO DE 1990**
Antonio Carlos Nogueira Cabral — São Paulo, 1º de abril
- ANO DE 1991**
Arno Freis — Goiás, 15 de fevereiro
- ANO DE 1992**
Aurora Maria Nascimento Furtado — Rio de Janeiro, 11 de novembro
- ANO DE 1993**
Carlos Nicolau Danielli — São Paulo, 31 de dezembro

- ANO DE 1964**
Fernando Augusto da Fonseca — Rio de Janeiro, 15 de dezembro
- ANO DE 1965**
Gastoni Lucia Beltrão — São Paulo, janeiro
- ANO DE 1966**
Gelson Reicher — São Paulo, 29 de janeiro
- ANO DE 1967**
Getulio de Oliveira Cabral — Rio de Janeiro, 29 de dezembro
- ANO DE 1968**
Helcio Pereira Fortes — Rio de Janeiro, 28 de janeiro
- ANO DE 1969**
Hiroaki Torigoi — São Paulo, 5 de janeiro
- ANO DE 1970**
Ismael Silva Jesus — Goiás, 9 de agosto
- ANO DE 1971**
Jeová Assis Gomes — Goiás, 9 de janeiro
- ANO DE 1972**
James Allen Luz — Rio Grande do Sul
- ANO DE 1973**
João Carlos Cavalcanti Reis — São Paulo, 30 de outubro
- ANO DE 1974**
João Mendes Araújo — Olinda, PE, 24 de janeiro
- ANO DE 1975**
José Bartolomeu Rodrigues de Souza — Rio de Janeiro, 29 de dezembro
- ANO DE 1976**
José Julio Araújo — São Paulo, 22 de agosto
- ANO DE 1977**
José Milton Pinheiro — Rio de Janeiro, 29 de dezembro
- ANO DE 1978**
Lauriberto José Reyes — São Paulo, 27 de dezembro
- ANO DE 1979**
Ligia Maria Salgado Nobrega — Rio de Janeiro, 29 de dezembro
- ANO DE 1980**
Lincoln Cordeiro Oest — Rio de Janeiro, 25 de dezembro
- ANO DE 1981**
Luciana Ribeiro da Silva — Rio de Janeiro, 29 de dezembro
- ANO DE 1982**
Luís Alberto de Sá e Benevides — Pernambuco, março
- ANO DE 1983**
Luís Guillardini — Rio de Janeiro, 25 de dezembro
- ANO DE 1984**
Marcos Nonato da Fonseca — São Paulo, 14 de junho
- ANO DE 1985**
Marco Antonio Pinto de Oliveira — Rio de Janeiro, 29 de março
- ANO DE 1986**
Miriam Lopes Verbeena — Pernambuco, março
- ANO DE 1987**
Maria Regina Lobo Leite Figueiredo — Rio de Janeiro, 29 de março
- ANO DE 1988**
Ruy Oswaldo Pfizenreuter — São Paulo
- ANO DE 1989**
Valdir Sales Sabóia — 29 de dezembro
- ANO DE 1990**
Wilson Ferreira — Rio de Janeiro, 30 de março
- ANO DE 1991**
Yuri Xavier Pereira — São Paulo, 14 de junho
- ANO DE 1992**
Almir Custódio de Lima — Rio de Janeiro, 16 de outubro
- ANO DE 1993**
Alcir Gomes da Silva — agosto
- ANO DE 1994**
Alexandre Vancuechi Leme — São Paulo, 17 de março
- ANO DE 1995**
Anastácia Alves de Melo — Recife, 22 de janeiro
- ANO DE 1996**
Antonio Carlos Bicalho Lana — São Paulo, 30 de novembro

- ANO DE 1964**
Arnaldo Cardoso Rocha — São Paulo, 15 de março
- ANO DE 1965**
Euzébio Gomes da Silva — Recife, 8 de janeiro
- ANO DE 1966**
Evaldo Luis Ferreira de Souza — Recife, 9 de janeiro
- ANO DE 1967**
Francisco Emanuel Penteado — 15 de março
- ANO DE 1968**
Francisco Seiko Okamoto — 15 de março
- ANO DE 1969**
Gildo Macedo Lacerda — 28 de outubro
- ANO DE 1970**
Helder José Gomes Goulart — São Paulo, 16 de julho
- ANO DE 1971**
Jarbas Pereira Marques — Recife, 8 de janeiro
- ANO DE 1972**
José Manuel da Silva — Recife, 8 de janeiro
- ANO DE 1973**
José Mendes de Sá Roris — Rio de Janeiro
- ANO DE 1974**
José Carlos Novaes Mata Machado — 28 de outubro
- ANO DE 1975**
Lincoln Bicalho Roque — Rio de Janeiro, março
- ANO DE 1976**
Luís José da Cunha — São Paulo, 13 de julho
- ANO DE 1977**
Manoel Aleixo da Silva — Ribeirão, PE, 29 de agosto
- ANO DE 1978**
Manoel Lisboa de Moura — São Paulo, 4 de setembro
- ANO DE 1979**
Emanuel Bezerra dos Santos — São Paulo, 4 de setembro
- ANO DE 1980**
Marco Beck Machado — Goiás, maio
- ANO DE 1981**
Maria Augusta Thomaz — Goiás, maio
- ANO DE 1982**
Murivaldo Araújo — Rio de Janeiro, 7 de maio
- ANO DE 1983**
Pauline Reichstul — Recife, 8 de janeiro
- ANO DE 1984**
Ranúsia Alves Rodrigues — Rio de Janeiro, 16 de outubro
- ANO DE 1985**
Ronald Mourth Queiroz — São Paulo, 6 de abril
- ANO DE 1986**
Sônia Maria Moraes Rego — São Paulo, 30 de novembro
- ANO DE 1987**
Soledad Barret Viedma — Recife, 8 de janeiro
- ANO DE 1988**
Irei Tito de Alencar Lima — suicidou-se no exílio
- ANO DE 1989**
José Ferreira de Almeida — São Paulo, 28 de agosto
- ANO DE 1990**
José Maximiliano de Andrade Neto — Campinas, SP, setembro
- ANO DE 1991**
Pedro Jerônimo de Souza — Fortaleza, 18 de setembro
- ANO DE 1992**
Wladimir Herzog — São Paulo, 25 de outubro
- ANO DE 1993**
Maria Auxiliadora Lara Barcelos — suicidou-se no exílio
- ANO DE 1994**
Angelo Arroyo — São Paulo, 16 de dezembro
- ANO DE 1995**
João Batista Franco Drummond — São Paulo, 16 de dezembro
- ANO DE 1996**
Pedro Pomar — São Paulo, 16 de dezembro
- ANO DE 1997**
Manoel Fiel Filho — São Paulo, 17 de janeiro

No manicômio do Juqueri:

«Espero que Deus não me tenha colocado aqui apenas para dar entrevistas», desabafou Aparecido Galdino Jacinto, há seis anos preso no Manicômio Judiciário de São Paulo, por decisão da Auditoria Militar, que viu nas práticas religiosas um perigo para a segurança nacional. Ele defendia os lavradores de Rubinéia e Santa Fé do Sul, interior do estado, contra a violência dos latifundiários. A medida que a repressão aos trabalhadores foi acentuada, e a sua luta não produzia resultados, Galdino passou por um processo de transformação representado pela sua conversão à prática religiosa, à meditação, ao jejum. Virou benzedor e profeta. Nessa situação é que foi preso. O caso de Galdino só se resolverá incluindo-o em nosso protesto político.

José de Souza Martins

O que é efetivamente um preso político? Essa pergunta começa a ser feita somente agora em face da denúncia de que o Manicômio Judiciário de São Paulo - Juqueri - há seis anos um homem está preso só porque a Auditoria Militar, achou que suas práticas religiosas e messiânicas constituíam um perigo para a segurança nacional.

Com isso, Aparecido Galdino Jacinto, um boia-deiro, sertanejo da antiga frente pioneira paulista, já completou oito anos de cadeia, (desde 1º de outubro de 1970), depois que um contingente da Polícia Militar tomou de assalto a igreja rústica de roça onde ele orava junto com seu povo.

Galdino já percorreu várias prisões do interior, passou pelo presídio Tiradentes e pela Casa de Detenção (onde esteve junto com outros presos políticos) para terminar por um longo período no hospício, um presídio de segurança máxima.

Tensão no campo

Galdino procede de uma das mais tensas regiões de São Paulo, nas décadas de cinquenta e sessenta, a região de Rubinéia e Santa Fé do Sul, na Alta Araraquarense. Fazendeiros recrutavam arrendatários para, em troca do direito de fazer culturas próprias, sob pagamento de renda, plantarem capim e formarem o pasto no meio das plantações.

«E o capim matou as roças. Muitos colhidos ficaram sem recursos pra comer. Crianças morreram em mingua. Sem remédios pra beber.».

conforme a narrativa de um dos arrendatários, Olímpio Pereira Machado, escrita em versos durante o período em que estava na prisão.

É que diante da ameaça dos latifundiários, de despejar os trabalhadores antes que pudessem colher suas roças, estes resolveram agir por conta própria, arrancando o capim, já que medidas legais e judiciais não produziam efeitos, pois os contratos com os fazendeiros eram verbais.

«A agitação que fizemos. Foi de tudo denunciar. Essas grandes injustiças».

Que os pobres vinha esmagar Com tamanha crueldade. Que dava horror, presenciar.».

completa Olímpio no seu «Poema da Terra», de 1961. No intuito de expulsar os lavradores, casas foram incendiadas pelos jagunços, perseguições de toda ordem foram praticadas. Embora não fosse arrendatário, Galdino estava entre os lavradores que reivindicavam justiça para os arrendatários de Rubinéia. Já nessa altura ele entendia, como tantos outros brasileiros de muitas regiões do país, que a terra não podia ser utilizada para que o homem explorasse o homem, para que o rico subjugasse o pobre. A medida em que a repressão se tornou violenta contra os trabalhadores e à medida em que a sua luta não produzia resultados, diante da obstinação e da intransigência dos que podiam resolver o problema, Galdino foi passando por um processo de transformação representado pela sua conversão à prática religiosa, à meditação, ao jejum.

Galdino reviveu um processo comum no Brasil, em situações semelhantes. Ele se transformou em benzedor e profeta - reconvertido para um código religioso as propostas aprendidas na dura realidade do seu povo. Nessa situação é que foi preso, alguns anos depois, na fase mais aguda da repressão policial e militar.

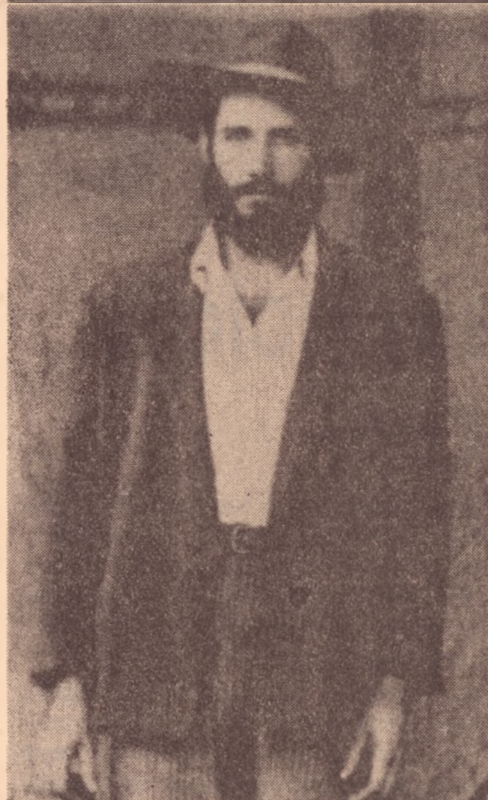
Protesto social

Há duas questões a considerar. Em primeiro lugar a nossa atitude diante dessas formas toscas de protesto social. Pode-se tomar o caso de Aparecido como eloquente expressão das nossas próprias distorções interpretativas. Quase todas as vezes em que os meios de comunicação, acadêmicos e não acadêmicos se referiram a esse caso, encararam-no como um acontecimento folclórico, uma espécie de aberração.

Não estamos muito longe dos julgamentos racistas de Euclides da Cunha, no final do século passado, diante da tragédia de Canudos. A única transformação havida nos nossos julgamentos, seguramente fruto do cinema épico que abordou o cangaço e o messianismo, é a de que agora somos mais tolerantes, conseguimos ver um certo romantismo quixotesco nos messias e bandidos.

Galdino, um preso político.

O autor deste artigo é sociólogo e foi quem reabriu o «caso Galdino», no mês de dezembro, ao fazer uma denúncia pública. Na última sexta-feira, ele entrevistou o boia-deiro, sertanejo, benzedor, profeta, e antes de tudo, defensor dos lavradores.



Galdino...



...8 anos depois

Folclorizamos o protesto social, como coisa artística, que pouco ou nada tem a ver conosco. Assim como concedemos ao estético a piedade da autonomia relativa, concedemos aos muitos místicos deste país, aos seus crentes e seguidores a mesma autonomia, abrimos um abismo entre esse mundo e o nosso, entre a superioridade do nosso conhecer estético e científico, e a inferioridade do romantismo popular e do conhecimento de senso comum. Essas pessoas estão longe de nós e fora do nosso mundo. Apenas servem para decorar as paredes de nossa ordem social preconceituosa. E nós nos esquecemos que servem também para lotar os nossos manicômios e prisões, bem no âmago da nossa sociedade.

Uma frase lúcida de Galdino, durante a visita que lhe fiz na semana passada, expressa bem essa situação: «Espero que Deus não me tenha colocado aqui apenas para dar entrevistas».

Em um dos entrevistadores, que com ele conversara há alguns anos, depois de enquadrá-lo em todos os estereótipos cinematográficos sobre o homem do campo, cultivadas em áureos tempos por setores festivos, concluiu sem maior abalo um relatório acadêmico com esta

constatação: «...é certo que nunca mais voltará à liberdade.»

Há aí o grave esquecimento de que o caso de Galdino só se resolverá se o incluímos no nosso protesto político, se conseguirmos compreender que, apesar das distâncias que nos separam, estamos juntos no mesmo processo social e político, ainda que expressando-o de formas distintas. Galdino só não recobrar a liberdade de viver e de ser se nós nos omitirmos.

A folclorização do protesto social do pobre, como ocorreu várias vezes em relação a Galdino, constitui uma prática de exclusão política tão grave quanto a decisão que o levou ao Manicômio. Porque na verdade, assim agindo, estamos julgando e decidindo segundo os mesmos critérios que norteariam o tribunal que decretou a sua segregação. No meu modo de ver, Galdino foi atingido por duas condenações: a do juiz militar e a nossa.

Condenado na absolvição

A segunda questão a considerar é que Galdino foi julgado e submetido a medida de segurança

detentiva, renovável a critério médico, por um tribunal que julga crimes políticos e toma decisões tendo em vista a segurança do Estado. Ele já havia sido absolvido na justiça comum. E a justiça militar encontrou para ele uma classificação e um enquadramento que, absolvendo-o, na verdade condenou-o a um período ilimitado de prisão.

É significativo que nos pareceres médicos que tem sustentado a renovação da medida detentiva, os psiquiatras falem em defesa da sociedade, falem no perigo que Aparecido representaria para a sociedade, decidam por mantê-lo na prisão para «segurança da sociedade». A concepção de sociedade que aí se utiliza não deve ser confundida com a nossa noção de senso comum. Fluindo para a decisão do médico a partir de uma decisão de um tribunal de ordem política, a noção de sociedade é aí aquela que consta definida nos códigos, na aceção burguesa de contrato social. A sociedade a que se referem os médicos é a boa sociedade concebida pela classe dominante e consagrada a partir da Revolução Francesa.

A forma religiosa do protesto social de Galdino e seus seguidores, a sua interpretação da vida e do mundo, contrapõe-se à sociedade, isto é, à forma contratual burguesa da vida social.

Por isso, o procurador militar que requisitou o seu exame de sanidade mental podia dizer, em 1971, que «a Justiça Militar de São Paulo não deseja criar mártires, nenhum novo Padre Cícero, Arigó ou Antonio Conselheiro, que levem a inquietação às populações rurais do interior do Estado».

O que se revela aí, na verdade, é a dissimulação do caráter político de qualquer medida que viesse a ser tomada em relação a Galdino. Se ele sofresse uma condenação com base na Lei de Segurança Nacional e fosse oficial e abertamente definido como preso político, o Estado estaria reconhecendo que ele representava uma contestação ao regime. Aparecido e seus seguidores poderiam ampliar, em decorrência, a sua interpretação dos fatos até a dimensão política propriamente dita. Porque o próprio tribunal estaria lhes mostrando o caráter político das suas práticas religiosas.

A solução do manicômio, no entanto, não faz com que Galdino deixe de ser um preso político, um homem que podia levar a inquietação às populações rurais, como entendeu o promotor, sem ter em conta que toda a história da região de Aparecido é uma história de tensões, conflitos e injustiças praticadas por latifundiários e jagunços.

A dimensão política das atividades de Galdino e seus seguidores já estava abertamente presente nas práticas proféticas, na recusa da prática religiosa e política institucional, na recusa em separar política e religião, no intento de preservar o todo da ação humana, de não aceitar a alienação que decorre da sua fragmentação na sociedade capitalista. A decretação da medida de segurança detentiva no manicômio judiciário, feita por um tribunal militar, constitui apenas o reconhecimento final de que o seu confinamento impunha-se por razões de Estado, isto é, por razões políticas.

O preso político Aparecido Galdino Jacinto abre, com seu caso, o caminho para averiguarmos o caráter político de prisões semelhantes

Com base nas ricas experiências de 78.

Popularização, o desafio da anistia em 79.

Por Joviniano S. de C. Neto, presidente da CBA-Bahia

A partir do balanço de 1978 e da análise das perspectivas que se abrem em 1979 torna-se fácil, ao nosso ver, reconhecer e explicitar a estratégia que se impõe aos movimentos de anistia este ano. Esta estratégia comportaria:

• A transformação do movimento pela anistia em movimento de massa a partir das reivindicações pela anistia que surgiram em 1978, dos mais variados segmentos da sociedade civil.

• A implementação de uma estrutura e de uma programação nacional que emerge, a partir das tentativas que surgiram em 1978 - de organizações voltadas prioritariamente para a defesa da anistia e dos direitos humanos.

• A manutenção da bandeira de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e a vinculação da luta pela anistia à luta pelos direitos humanos, liberdades democráticas, desmantelamento do aparelho de repressão política, fim do regime de exceção e estabelecimento de um Estado de Direito Democrático.

Em síntese trata-se de fortalecer as condições sociais que permitam defender o caráter amplo da anistia e a sua vinculação a outras lutas democráticas num momento em que os governantes, através de porta-vozes mais ou menos autorizados como os senadores Dinarte Mariz e Jarbas Passarinho, começam a admitir pagar o preço da anistia pela obtenção de um mínimo de legitimidade através de uma institucionalização e liberalização controladas, participação popular e a alternância de poder. Para a oposição essa é uma das etapas de um processo de democratização. A outra é a Constituinte Soberana e Livremente Eleita.

Nesta linha, os movimentos de anistia enfrentam esse ano o retorno de exilados e banidos a partir de janeiro; as Reformas Políticas e a nova lei de «Segurança Nacional»; os esforços de políticos governistas para encontrar uma anistia «salvaguardada» menos dos «terroristas»; o retorno de políticos como Brizola e Arraes; a colocação, pela própria direção moderada do MDB da Anistia como preliminar a qualquer possível entendimento com o Governo Figueiredo, a discussão dos projetos de devolução ao Congresso Nacional da competência para legislar

sobre Anistia e de modificação da lei de Segurança Nacional tornada ainda menos legítima pela aprovação por decurso de prazo. O prosseguimento da reconstituição da história nacional recente, as denúncias e o julgamento pela opinião pública e até pelos tribunais das violações dos direitos humanos praticados à sombra ou em nome do regime de exceção deverão transformar a Anistia em um dos temas políticos centrais do ano que se inicia e colocar os movimentos de anistia diante da necessidade de aprofundar sua capacidade de iniciativa e resposta política, inclusive, para enfrentar as tentativas de esvaziamento como as anistias parciais e condicionadas.

Um balanço - ainda que sumário e incompleto - de 1978 ajuda a perceber o crescimento e a situação atual do movimento pela anistia. A difusão da bandeira da Anistia e a sua aceitação por setores cada vez mais amplos da sociedade civil são uma das características de 1978 - ano em que o AI-5 completou 10 anos e teve seu fim (ou «domesticação») decretado. O lançamento, em fevereiro, no Rio, do primeiro núcleo do Comitê Brasileiro pela Anistia terá um duplo impacto nacional - deflagra, por exemplo, a criação de comitês similares e contribui para a aceleração do processo de revisão histórica do arbítrio do qual o caso PARA-SAR, levantado no lançamento pelo gen. Pery Bevilacqua, era exemplo incômodo. Os números de 1º de março de Veja (matéria de Capa) e «Isto É» refletem o impacto do caso e a sua ligação com a necessidade da anistia.

Durante o ano há outros índices da difusão da ideia da Anistia. A reiteração do apoio dos advogados (Declaração de Curitiba da VI Conferência Nacional da OAB - maio); dos jornalistas em manifestações da ABI e na Carta de Maceió do 17º Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais (agosto); da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Julho); da Comissão Pró-UNE e outras organizações estudantis. Uma explicitação do apoio dos bispos reunidos na CNBB (Apelo de Itaici - abril), a incorporação à luta pela Anistia dos maçons,

formalmente comprometidos pela Declaração de Alagoas da III Assembleia Extraordinária da Maçonaria (junho). A tomada de posição do XI Congresso Nacional de Servidores Públicos (agosto), do Conselho Federal dos Arquitetos na Carta de Natal, dos sindicatos mais combativos presentes no Congresso dos Trabalhadores na Indústria (julho). O apoio dos militares favoráveis a candidatura EULER que se consubstanciou no compromisso do general em remeter projeto propondo a anistia como primeira medida após eleito. Durante o ano multiplicaram-se apoios à Anistia provenientes de associações de nível nacional, regional e local. Alguns fatos dos últimos dois meses do ano demonstram a amplitude do apoio obtido pela Anistia. No Congresso Nacional da Anistia (S. Paulo, novembro) além das comissões por tipo de atingidos pelos atos de exceção, cerca de 1.400 inscritos distribuíram-se por comissões que reúnem profissionais de saúde, advogados, professores, jornalistas, outros profissionais liberais, estudantes, artistas, religiosos e engajados, em movimentos femininos. Durante a Campanha eleitoral que se encerrou em novembro e em reunião promovida em dezembro pelo Centro Brasil Democrático ficou claro que as duas principais bandeiras políticas da oposição são Anistia e Constituinte tendo, acrescentado-se, a primeira até então demonstrado maior poder motivador. As declarações ambíguas do senador Passarinho apoiando a anistia para os que não cometeram «crime contra a pessoa humana» e desabaçadas do senador Dinarte Mariz aceitando a anistia para todos que pegaram em armas por motivos políticos se, na forma, são coerentes com a personalidade pública dos autores, revelam a consciência da amplitude da reivindicação. Finalmente, o Natal se comemora com a Mensagem de Paz ao povo Brasileiro subscrita pelo Presidente da CNBB, pelo bispo primaz da Igreja Episcopal e pelos dirigentes máximos das Igrejas Metodista, Luterana e Cristã Reformada em que, além da reivindicação dos direitos humanos e do pronto estabelecimento do Estado de

Direito, reivindicam uma anistia geral aos atingidos pelos atos de exceção.

A Anistia e os Temas relacionados com as vítimas da repressão política conquistaram também, mais espaço na imprensa e no debate político. Esta conquista está bastante relacionada com a multiplicação dos movimentos pela anistia cuja instalação oficial deu origem a atos públicos e passou a gerar fatos políticos; com o julgamento do regime perante o Tribunal de opinião pública que se acelerou com o próprio processo de liberalização e institucionalização deflagrado pelo governo e que tolera um maior debate político e permite o acontecimento e a cobertura jornalística de fatos com o retorno de exilados e banidos, julgamento e greve de fome de presos políticos etc. Não se pode falar em difusão da bandeira de Anistia em 1978 sem referência ao lançamento do livro «Liberdade para os Brasileiros - Anistia, ontem e hoje», sucesso editorial, objeto de resenhas em periódicos de circulação nacional, além de fundamentar histórica e politicamente a Anistia foi objeto de lançamento em atos públicos com a presença dos autores em cerca de 20 cidades - a maioria das capitais brasileiras inclusive.

Multiplicação dos movimentos especializados, explicitação de linha política, criação de estrutura e programação nacional são os resultados organizacionais de 1978.

Após a criação do primeiro núcleo do Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio, surgiram de fevereiro a dezembro, organizações na Bahia (CBA), R.G. do Sul (Comitê Unitário e depois CBA), Goiás (CBA), Mato Grosso do Sul (Mov. Mato Grosso pela Anistia e Dir. Humanos), Pará (Comitê de Anistia da Soc. Paraense de Defesa Direitos Humanos), Distrito Federal (CBA), Minas Gerais (CBA), Rio. G. Norte (Comitê Norte Rio Grandense pela Anistia), Pernambuco (CBA), Paraíba (CBA - Camp. Grande), Paraná (CBA - Londrina, Sergipe (MEPA) na capital e interior de S. Paulo (CBA), interior da Bahia (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana).

Reunião preparatória em agosto (Brasília), Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia em setembro (Salvador) o Congresso Nacional pela Anistia em novembro (S. Paulo) explicitaram uma linha política nacional do qual são marcos a Carta de Salvador e a Carta de Princípios de S. Paulo, promoveram grande levantamento sobre a situação dos atingidos pelos atos de exceção (demitidos, reformados, aposentados, cassados, presos, torturados, mortos e desaparecidos).

Em termos de estrutura ocorreram avanços significativos ainda que não consolidados:

• a participação no Congresso e a inclusão em Conselho Consultivo nele



aprovado de entidades nacionais que apoiam luta pela Anistia (OAB, ABI, CNBB, IAB, com. Pro. NE, SBPC, ANCS, MDB, CJP)

• a constituição de Comissão Executiva Nacional (CBA) da Bahia, S. Paulo e Rio, MFPA Nacional e de Minas. Mov. Mato Grossense e Comitê SDDH do Pará), que se vem reunindo periodicamente.

• definição de programa mínimo de atividades a nível nacional cuja implementação se tem procurado fazer e que incluía - ainda em 1978 - Manifestações contra a Lei de Segurança Nacional, comemoração do aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, mobilização nos julgamentos políticos e campanha de solidariedade a Flavio Kutz e Flavia Schilling.

Os movimentos pela anistia se fortaleceram em cada análise dos motivos e denúncia da violência das punições por motivos políticos. Ao mesmo tempo é na ação destes movimentos que se vai encontrar parte ponderável da iniciativa destas denúncias e da sua repercussão.

Boa parte do trabalho dos movimentos de anistia foi a denúncia dos atos de exceção e o apoio às suas vítimas. A divulgação da situação e posição dos exilados brasileiros, objeto, inclusive, de documento em que os comitês de exilados concluem que «somente uma anistia geral e irrestrita para todos os presos, perseguidos, exilados e banidos permitirá a volta de todos...». O apoio a banidos e exilados que retornaram ao País. O levantamento de listas e casos de mortos e desaparecidos, a denúncia da situação carcerária e o apoio à greve de fome (vitoriosa) dos presos políticos brasileiros em solidariedade a presos de Itamaracá, o apoio a jornal que sofreu atentado após publicar lista de torturadores, a assistência pessoal e política no cotidiano das prisões, e nos julgamentos dos presos políticos, a reação a prisões por motivos políticos, a divulgação da situação de brasileiros presos no exterior, são parte do «dois» da violência e da luta pelos direitos humanos dos perseguidos políticos. Luta que obteve, em 1978, duas vitórias históricas nas quais os movimentos pela anistia não tiveram interferência decisiva e que interferem na sua ação posterior: o reconhecimento da respon-

sabilidade da União na morte de VLADIMIR HERZOG e a condenação e início de pagamento pelo Estado do Paraná da indenização (12 milhões) devida ao ex-deputado WALTER PECOITS, torturado em 1964.

Mas, o apoio à luta dos posseiros de Alagamar (Paraíba) ou Várzea do Boi (Ceará), a defesa de manifestações ou greves operárias no Rio e S. Paulo, a promoção de conferências de Helio Bicudo sobre Direitos Humanos, são exemplos de vinculação crescente com a luta pelos direitos humanos em geral.

A comemoração do aniversário da declaração dos direitos humanos na Paraíba (dramatização dos desrespeitos cotidianos aos pobres na cidade e no campo), Bahia (distribuição e debate de mensagens em bairros periféricos) e Pernambuco (cânticos, jograis e manifestações em bairro proletário) mostra os movimentos de anistia em promoções conjuntas e apontam para uma linha de atuação cujo símbolo pode ter sido dado pelo MFPA de Minas Gerais quando assume despesas de enterro de menino assassinado em delegacia de B. Horizonte

O fortalecimento da estrutura existente, a multiplicação dos comitês por cidades e setores ocupacionais, a vinculação com a luta pelos direitos humanos especialmente a liberdade de manifestação e organização de todos os setores da população; a execução da programação nacional já esboçada até o Dia Nacional da Anistia em abril, devem ser entendidos, dentro de uma estratégia de popularização da luta pela anistia, através da explicitação do seu sentido social e político e da vinculação com a história e as reivindicações populares.

A luta pela Anistia não visa apenas defender os atingidos pelos atos de exceção, mas evitar que a arbitrariedade se desencadeie sobre os que estão expressando as reivindicações populares. Parte fundamental da estratégia de popularização é, em cada região ou grupo social, mostrar como as punições estão vinculadas a luta que os punidos - com maior ou menor correção - procuraram desenvolver em defesa dos interesses nacionais e populares. Tornar claro - ANISTIA PARA OS QUE REIVINDICARAM E LIBERDADE PARA REIVINDICAR.

Greve geral no Peru, novo capítulo de uma velha crise.

Soldados autorizados a «atirar para matar» nos operários em greve, suspensão e inúmeros jornais e revistas ligados a partidos de esquerda, representados na Constituinte, decretação do estado de emergência em todo o território — eis a crítica situação peruana, no momento em que mais um «Paro Nacional» vitorioso põe a nu a impopularidade crescente do regime militar. E a crise peruana assume formas novas, a que não estão alheias as divisões entre militares e as «gestões desinteressadas» de seu sangrento vizinho, o Chile de Pinochet.

Um dos mais recentes desdobramentos da crise peruana — que obrigou as organizações que sempre dialogaram com o governo, como a Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos, ligada ao PCP, a convocar os trabalhadores para a greve geral dos dias 9, 10 e 11 de janeiro — foi o grande aumento dos preços de produtos de consumo básico: passagens e fretes. Só a gasolina (cujo aumento se reflete em todos os setores da economia) subiu 20%. O aumento do preço da gasolina foi divulgado a 4 de janeiro, logo após o governo Bermudez ter proclamado a altos brados um aumento salarial de apenas 200 cruzeiros mensais.

Estas medidas, tomadas sob recomendação direta do Fundo Monetário Internacional, não poderiam deixar de acelerar a mobilização de um povo que desde a greve geral de 1978 e a campanha para a Constituinte vem se colocando no primeiro escalão da luta política na América Latina. Já em outubro de 1978, diante do aumento do preço das passagens no transporte por terra, foram principalmente os estudantes secundários que se encarregaram de fazer uma pública expressão de rechaço e protesto. Aquele episódio foi apagado por uma violenta repressão que redundou na morte de um estudante na cidade de Lima e de uma mãe de família, igualmente vítima da brutalidade policial.

No dia 21 de dezembro de 1978, a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru,

CGTP, fez uma convocação pública para uma nova greve geral, e para os dias 9, 10 e 11 de janeiro de 1979. Esta atitude combativa chamou a atenção de outros setores trabalhistas organizados à margem da CGTP, já que esta central apresentava tradicionalmente uma conduta conciliatória com o Governo e de abandono de acordos conjuntamente assumidos com outras organizações operárias. Isto ocorreu, por exemplo, em janeiro de 1978, quando poucos dias antes que se levasse a cabo uma greve nacional de 48 horas, convocada para os dias 22 e 23 daquele mês, sem nenhuma consulta e unilateralmente a CCTP decidiu suspendê-la. Ou como se passou por ocasião da histórica greve de 19 de julho de 1977, quando, abandonando os acordos da coordenação, a CGTP se autodelegou a função de interlocutor do movimento sindical com o governo e passou a negociar com ele.

Agora, a CGTP assumiu por sua conta a iniciativa e, com o apoio de quatro organizações, anunciou a realização da greve, certamente calculando que outras forças sindicais, organizadas no Comando Unitário de Luta (aglutinação de importantes organizações da classe operária à margem da CGTP), não teria outra alternativa senão que a de aderir. Isto efetivamente ocorreu e — acompanhando o sentimento unitário dos trabalhadores — nos últimos dias produziu-se uma coordenação entre a central, que convocou o «Povo» e o Comando Unitário de Luta, a fim de programar em conjunto o desenrolar do movimento.

As regras do jogo

A crescente mobilização popular contra o regime de Bermudez (posto em cheque pela própria existência de uma Assembleia Constituinte e abertamente contestado pelos deputados mais combativos desta Assembleia, como os da FOCEP e UDP) deverão somar-se as próximas alterações no interior da equipe militar. A menos, como é prática habitual entre os regimes militares do continente, que não sejam respeitadas as regras do jogo...

No final de janeiro, o atual Premier, general Molina Palochia, deverá passar para a reserva. Em princípio, será substituído pelo general Pedro Richter Prada, que foi ministro do Interior de Velasco durante cinco anos. Por sua vez, o posto de Chefe do Estado Maior do Exército, que Richter vinha desempenhando, deverá ser preenchido pelo general de Divisão Rafael Hoyos Rubio o qual, juntamente com Velasco Alvarado, foi um dos coronéis que planejou o Golpe Militar de

1968, iniciando a chamada «Revolução Peruana».

Esta situação de retorno de conotadas figuras com clara trajetória velasquista aos postos mais altos do Governo Militar se expressa também em outros níveis do exército, onde militares com ativa participação no governo reformista do general Juan Velasco passarão a ocupar, a partir de primeiro de fevereiro, postos-chaves dentro da hierarquia militar. Os velasquistas retomam posições como chefaturas de regiões militares — as mesmas que, longe de terem uma significação estritamente castrense, desempenharam no passado, em mais de uma ocasião ativos papéis políticos. Coisa semelhante ocorrerá com a chefatura do Estado Maior da Força Aérea, que permanecerá sob a responsabilidade do tenente general Luis Arias Graziani, ministro do Comércio de Velasco e uma das poucas figuras de aberta filiação reformista dentro da Força Aérea.

REVOLUCION CUBANA: 20 AÑOS VICTORIOSOS
PRIMICIA:
DISCURSO DE FERNANDEZ MALDONADO

9-10-11 ENERO:

YA VIENE EL PARO

Unidad — semanário do P.C. Peruano



A volta ao passado

Esta situação de retorno à atividade política de homens de comprometida militância durante a chamada «fase progressista» do governo militar, despertou um enorme entusiasmo em diversas forças civis extremamente desejosas de ver, nestas mudanças, a «ocasião histórica» do renascimento da já extinta Revolução Peruana. Deste entusiasmo participam de modo mais destacado o Partido Comunista Peruano, ex-ministros de Velasco que já estão na reserva, grupos de intelectuais e dirigentes que tiveram participação direta no processo político inaugurado em 68, além do setor do PSR (Partido Socialista Revolucionário) liderado pelo ex-general Leonidas Rodríguez Figueroa.

Em seu alvo de acumular forças e montar um movimento de massas que eventualmente

pudesse servir de suporte aos militares da «primeira fase», todas essas forças convocaram uma romaria ao túmulo de Velasco para o dia 24 de dezembro, primeiro aniversário da morte do dirigente da Revolução. O ato preparado com grande antecipação, e se esperava a reedição da mobilização popular ocorrida no enterro de Alvarado. Ao contrário, foi um completo fracasso. Estiveram presentes somente umas mil pessoas, a maior parte militantes das organizações políticas que a convocaram — o Partido Comunista e o PSR de Leonidas Rodríguez. As massas mudaram suas lealdades, mas a direita peruana, esta, não muda jamais: pela voz de seus dirigentes ou por meio de seus órgãos de imprensa, manifestou historicamente sua preocupação por esta ameaça de «ressurreição da Primeira Fase».

Os espões de Pinochet

Como se não bastasse, as relações políticas entre o Peru e o Chile chegaram a um ponto de elevada tensão a partir da divulgação pública de atividades de espionagem por parte do Chile. No último dia 20 de dezembro, El Tiempo, periódico de ultra-direita vinculado à Marinha peruana, anunciou que dois oficiais da armada chilena haviam sido detidos em Talara, cidade próxima à fronteira com o Equador. Segundo El Tiempo, o capitão e o segundo homem do petroleiro chileno Beagle foram capturados quando fotografavam as instalações de El Pato, importante base aérea situada naquela cidade, utilizando-se de um veículo da Embaixada e contando com a colaboração do motorista do veículo oficial. Posteriormente descobriu-se que as ações de espionagem chilena no Peru contavam com a cumplicidade de um membro da Força Armada Peruana, o sub-oficial Julio Vargas. Este, ao ser descoberto, foi submetido a juízo militar e sentenciado por traição à Pátria.

Diante destes graves acontecimentos que se tornaram públicos, com um evidente mal estar das autoridades, o Governo peruano teve um comportamento extremamente débil. Em primeira instância, emitiu um comunicado advertindo o Chile a manter o espírito de distensão, quando era de uma clareza meridiana que as «questões» de Pinochet cumpriam atividades de violação da soberania interna do

país. Posteriormente, devolveu os dois oficiais e o motorista do veículo a seu país, quando estes não gozavam de qualquer imunidade diplomática e, portanto, deveriam ser julgados por seu trabalho de espionagem.

A tudo isto, Pinochet respondeu com seu cinismo habitual. Sua situação era sumamente incômoda e optou por enviar os generais Herman Brady e Juan Pablo Gonzales, do Exército e da Força Aérea, para que «dessem satisfações» sobre o caso. Desde logo, não reconheceram os trabalhos de espionagem que os chilenos capturados exerciam, apresentando o inconsistente argumento de que foram efetuados «por iniciativa pessoal», explicação claramente contrária aos acontecimentos.

Assim, o acirramento do conflito entre o Peru e o Chile é um assunto que deve ser necessariamente referido ao estado das relações entre Chile e Argentina, já que seu processo de desenvolvimento estará determinado pela evolução das cadentes relações chileno-argentinas. Sem dúvida, o ponto a que chegou a rivalidade no cone sul, favorece uma aproximação mais íntima entre o Peru e a Argentina, elemento que, para os estrategistas da política chilena, deve significar mais um motivo de preocupação.

M. Monrique

Vietnã-Kampuchea O que foi a queda de

Phnom Penh?

Os rumores se avolumam, e ante os olhos

incrédulos do Ocidente, cai a capital do Kampuchea.

Tem sentido falar de uma vitória simplesmente militar do Vietnã sobre o Cambodja? Ou estaríamos diante de uma explosão interna do povo cambodjano, apenas auxiliado pelos vietnamitas?



Soldados do Vietnã

Há alguns meses, a grande imprensa internacional noticiava com insistência os choques entre tropas regulares do Vietnã e do Cambodja. Depois, veio a notícia da formação de guerrilhas contrárias ao regime do «Kampuchea Democrático»; finalmente, a grande manchete desta semana era a conquista da capital do país, atribuída às divisões vietnamitas. O que, na realidade, estaria se passando entre os dois países «socialistas»? Velhas rivalidades nacionais encontravam novas formas para se exprimir, como admitem algumas análises um pouco mais sofisticadas? Ou então, como quer a imprensa mais reacionária, o imperialismo vietnamita fazia sua primeira aparição pública?

As opiniões divergiam. Nos dois casos, porém, a imprensa diária retomava os desgastados chavões que já vêm da guerra fria, vendo os dois países como «lacaio» de Moscou e de Pequim. Tratar-se-ia de uma guerra, por procuração, entre o urso soviético e o dragão chinês. A tomada de Phnom Penh, dentro dessa perspectiva, seria a contrapartida soviética ao restabelecimento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a China Continental.

Na realidade, só pode se contentar com semelhante «análise» quem realmente não estiver disposto a pensar concretamente a realidade indochinesa. Mas os fatos resistem aos preconceitos. Por exemplo, como encaixar a evidência do Vietnã, mesmo durante o negro período dos bombardeios maciços norte-americanos, nunca ter se dobrado às pretensões soviéticas ou chinesas quanto à sua adesão a um dos setores em luta ideológica? Se não aderiu a nenhum dos grandes contendores naquele momento, porque iria aderir logo agora? A operação típica, efetuada de longa data pela imprensa burguesa, é simplesmente esquecer o que não interessa. Assim, cai no limbo a firme tomada de posição contrária a todo alinhamento que o Vietnã tomou durante os 40 anos de luta anti-imperialista, juntamente com todo o heroísmo demonstrado no período.

Uma das poucas notícias frescas que chegam ao Ocidente é a de que a Frente Nacional Unificada de Salvação do Kampuchea, que acaba de tomar a capital cambodjana, é formada a partir de uma divisão do Exército do Khmer Vermelho, que se rebelou contra os desmandos do regime capitaneado por Pol Pot. Depende-se que a política seguida por esse último seja uma estratégia de ruralização forçada da economia cambodjana. Do seu caráter brutal e burocrático surgiu a onda de protesto que teria culminado com a revolta de setores do Exército.

IRÃ: QUEM É A OPOSIÇÃO?

Quando começaram os distúrbios no Irã falava-se numa reação popular contra a modernização que estaria sendo imposta pelo regime do xá, comandada pelos reacionários chefes muçulmanos, mas com o desdobramento da situação, ficou difícil sustentar essa hipótese. O filisteu pode continuar atribuindo ao fanatismo religioso a obstinação com que os iranianos lançam-se às ruas, nas manifestações contra o xá e os Estados Unidos; afinal só acreditando na vida além túmulo é que o povo lança-se desarmado contra um dos exércitos mais bem armados do mundo. Mas transparece, que o Irã vive uma situação pré-revolucionária: o povo deu-se conta de que não mais pode prosseguir vivendo nas condições atuais, e a obstinação popular é o reconhecimento prático e operacional da situação. Ninguém mais quer conviver com o xá e sua famigerada SAVAK — polícia secreta, que personificam toda a situação de miséria do povo iraniano num dos países mais ricos do mundo. Daí ser impossível a atual tentativa de gabinete de conciliação:

Os líderes muçulmanos xiitas, que lideram a revolta têm uma história bem particular no seio da religião de Maomé. Eles surgiram de uma dissidência à subordinação da religião ao Estado, que data

do começo da expansão árabe. São 95% da população iraniana, mas são minoria perseguida na maioria dos países árabes. Seus líderes apresentam traços de radicalismo plebeu: constituiram na verdade, a única maneira de encaminhar as reivindicações populares num Estado submetido às mais diversas alternativas ao longo dos séculos, e no qual, nos últimos anos, a repressão destruiu fisicamente a oposição popular de caráter leigo. E, sobretudo, não nos deixemos enganar pelas vestes tradicionais do Ayatolá Kholmeini: a interpretação que os atuais xiitas dão ao Alcorão nada fica a desejar à teologia de libertação dos nossos padres progressistas. E a liderança de Kholmeini também não surgiu do acaso: o homem foi exilado pelo Xá em 1963, e de lá em diante seu prestígio como opositor ao regime não parou de crescer.

Em confronto com a oposição liberal leiga, que tenta formar um governo «civilizado» de procedimentos previsíveis pela burocracia do Pentágono torna-se clara a força de Kholmeini. Os líderes xiitas capitaneados por ele vivem o dia-a-dia da população, agindo como professores, juizes e canalizadores das necessidades (inclusive econômicas) do homem comum. Em suma, estão colados ao povo, mais ou

menos como o baixo clero da Idade Média européia, e desta situação aparece uma teologia cada vez mais radical, no sentido de se realizar o conteúdo igualitário da religião.

Ao contrário, a oposição liberal é formada por probos indivíduos, formados em sua maioria nas respeitáveis escolas da Europa e EUA. Apesar de resolutamente contrários ao xá, são também inimigos de um eventual governo que tenha preponderância dos líderes religiosos e nem falemos da oposição leiga mais consequente. Não tendo linguagem comum a falar com a população em revolta, tentam alguma composição com o xá, embora o repúdio popular a esta composição seja cada vez mais flagrante.

Na verdade, a situação só se decidirá quando a coesão do Exército for quebrada. E isto não é difícil de conseguir: o corpo de oficiais é formado por minorias nacionais, que não enxergam o alcance das reivindicações populares. Enquanto isso, o Xá continuará a hesitar entre suas «férias européias» e a permanência num trono. Cada vez mais abalado, a produção de petróleo continuará a cair e os nossos darão, a cada dia, novas provas de heroísmo frente aos exércitos bem armados de Rhexa Pahlevi.

R. O.

Revista Quincenal do Centro de Estudos Econômicos - Ano 1 - Nº 2 - Julho e Setembro de 1978

CARA A CARA

Sindicalismo de Base, Comissões de Fábrica e Democracia
A Greve dos 700.000
A Herança de Vargas
As Lutas Operárias na República Velha
Gramsci e os Conselhos de Fábrica

Os Operários Tomam a Palavra

Trabalhistas reorganizam PTB no sul do País

Acaba de se realizar em Esteio, no Rio Grande do Sul, um encontro de 200 trabalhadores, que manifestaram a firme disposição de lutar pela reorganização do PTB, com caráter nacional, popular e democrático, cujo objetivo seria a transformação da sociedade brasileira, estimulados por uma mensagem telefônica do ex-governador Leonel Brizola, do exílio. Entre as informações veiculadas no seminário, está a dos contatos internacionais da futura agremiação, que já tem programada a criação de cinco institutos de assessoria, através de acertos com Olaf Palmer, da social democracia sueca.

Cobertura de Wladimir Ungaretti

Depois de um mês de intensos preparativos, com a coordenação do deputado cassado Matheus Schmidt, os trabalhistas da Grande Porto Alegre estiveram reunidos durante dois dias, 6 e 7 de janeiro, na cidade de Esteio, no I Seminário de Estudos Políticos, que contou com a participação tanto dos chamados «trabalhistas históricos», bem como do «novo PTB». Análise da conjuntura nacional, aspectos legais da criação de novos partidos e reorganização do PTB, foram os temas debatidos.

Ao final foi apresentada ao plenário um documento conclusivo, elaborado por uma comissão integrada por Matheus Schmidt, deputado cassado, Joaquim Felizardo, professor universitário, Carlos Araújo, advogado trabalhista, Mila Cauduro, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Wladimir Ungaretti, jornalista, e Getúlio Dias, deputado federal. O documento, em suas linhas gerais, aponta as diretrizes a serem seguidas pelos trabalhistas, até a realização de um grande encontro estadual onde serão aprofundados os principais temas relacionados com a reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro. O documento, debatido amplamente no plenário, sofreu apenas pequenas alterações, tendo sido aprovado por aclamação. (Abaixo).

SOCIAL DEMOCRACIA

A intervenção de Clóvis Bregajão, assessor para assuntos internacionais de Leonel Brizola e professor do Instituto Superior de Economia de Lisboa, sem dúvida surpreendeu o plenário pela soma de informações transmitidas, entre as quais a de que «O PTB já é um partido reconhecido internacionalmente, após longos contatos que foram mantidos nos Estados Unidos e Europa, além dos frequentes debates travados com os partidos pertencentes à Internacional Socialista que, se caracteriza antes de mais nada por ser um fórum de debates e não uma associação normativa».

Além disso, o assessor de Brizola destacou que hoje, a social democracia, é uma das mais importantes forças democráticas na Europa.

sendo que após contatos com Olaf Palmer presidente do Partido Socialista Sueco, e discussões entre os membros da assessoria de Brizola, foram acertadas algumas propostas concretas, entre as quais a criação de cinco institutos de assessoria ao PTB, para o estudo de problemas

sindicais, cooperativismo, problemas de relações de trabalho, cultura e projetos de organização.

Clóvis Bregajão, além do relato dos contatos internacionais, destacou que «o capital acumulado», que representa o trabalho é indiscutível, sendo até uma surpresa a polémica criada pela proposta de seu ressurgimento. Também, é claro, que vivemos uma situação de expectativa, mas isso não pode significar que a sociedade deva ficar parada, esperando que os senhores que ocupam o poder decidam por ela. Nessa expectativa se criam coisas, se ocupa espaço.

Por isso mesmo sou otimista quando à modernidade do PTB, que se organiza em bases sociais novas e tem os seus olhos voltados não apenas para o novo movimento sindical de São Paulo, mas para todos os segmentos importantes da sociedade brasileira».

As informações prestadas, pela primeira vez aos trabalhistas, despertou a curiosidade, principalmente do «novo PTB», obrigando a que o assessor de Brizola mantivesse várias reuniões paralelas com os jovens que participavam do encontro.

As conclusões do encontro

«Trabalhistas da Grande Porto Alegre, reunidos nos dias 6 e 7 do corrente, no I Seminário de Estudos Políticos, prestaram respeito homenagem póstuma aos líderes João Goulart e João Caruso, estendendo a mesma a todos os companheiros que foram assassinados, presos, torturados, banidos, exilados, cassados e demais atingidos pelo regime de arbítrio que se implantou no País

Após ouvirem a mensagem especialmente elaborada pelo ex-governador Leonel Brizola e transmitida diretamente de Paris, onde o líder do trabalho nacional consigna seu aplauso à iniciativa e, entre outras afirmativas, chama a atenção de que o ressurgimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) dever-se-á dar «como água de chaleira do chimarrão que começa a aquecer de baixo para cima».

Os integrantes do Seminário, através de amplos debates nas sessões plenárias e de comissões especiais, chegaram a conclusões que, em grandes linhas, podem ser assim sumariadas:

1. O trabalho é uma realidade social e política do País, verdade esta inclusive recentemente confirmada por pesquisas recentes.

2. A necessidade de manutenção da frente de oposições, cabendo ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) mobilizar-se de maneira dinâmica pela anistia, geral e irrestrita, bem como pela reorganização pluripartidária, pontos fundamentais de seu programa.

3. A reorganização partidária e a formação de novos partidos, além da discussão destes temas, dentro do MDB, não virá a cindir a frente de oposição ao regime, mas sim reforçá-la.

4. Propugnar permanentemente pelos ideais trabalhistas expressos nos termos da Carta contra o capital explorativo e pela defesa intransigente dos oprimidos.

5. Os participantes deste Seminário manifestam, acima de tudo, sua firme disposição de lutar pela reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro, com caráter nacional, popular e democrático, cujo objetivo seja a transformação da sociedade brasileira.

Finalmente, foi aprovada a realização de um seminário de caráter estadual, tendo sido eleita uma comissão para organizá-la.

Esteio, 7 de janeiro de 1979».

Mensagem de Brizola aos trabalhistas

Após a abertura dos trabalhos do Encontro, Carlos Franco, secretário da Mesa leu uma mensagem de Leonel Brizola, gravada em conversa telefônica, diretamente de Paris, ocasião em que o ex-governador, além da saudação aos que tiveram a iniciativa da organização do Seminário, fez questão de apontar algumas de suas preocupações no momento. Em cima da mensagem travaram-se os primeiros debates, quando foi aberta a palavra ao plenário, momento em que também ficou evidente uma certa euforia por parte dos participantes por estarem reunidos, pela primeira vez, após quinze anos de repressão.

O ex-governador também frisou aos companheiros que a sua contribuição se fazia de maneira precária por ter sido gravada em uma conversa telefônica, entrecortada por perguntas, motivo pelo qual poderiam ocorrer repetições, ou mesmo afirmações pouco explicitadas. Eis a mensagem de Brizola

«Eu louvo a todos os companheiros pela iniciativa que tomaram de debater, de discutir o problema da reorganização partidária. Nós precisamos, daqui por diante, encarar de frente esse problema. Em primeiro lugar, discutindo as bases, as indicações de como será o PTB nessa sua nova fase histórica e também, desde agora, começando a saber quem é quem.

Neste momento, eu consideraria, justamente, muito oportuno que os companheiros pudessem debater algumas questões que se colocam, na atualidade, como da maior importância para o ressurgimento de nosso partido. Eu me permitiria aqui sugerir aos companheiros algumas destas questões para o debate.

A primeira delas seria a que situasse os trabalhistas face aos grandes problemas referentes à nação, à nacionalidade, à nossa soberania, à nossa integridade territorial, à nossa autodeterminação, bem como a visão que temos do Brasil como Estado soberano e do seu papel no mundo. O conceito que temos de nosso povo, de sua existência, de seu desenvolvimento, e sobretudo, do máximo valor que atribuímos à nossa população. Tudo isso dentro de uma visão que nos é dada pela Carta Testamento do nosso presidente Getúlio Vargas.

Em segundo lugar, gostaria muito que debatêssemos a questão da liberdade, da democracia, pela importância deste tema face a natureza essencialmente democrática do trabalho, porque a democratização de nosso País, quando levada aos limites que nós sonhamos, irá transformar a nação brasileira numa sociedade justa e humana. Como sempre aspiramos. Do mesmo modo, a nossa concepção do Estado, como nós concebemos um Estado democrático, a nossa visão de democracia em nosso País, dos direitos humanos, enfim desta sociedade brasileira pluralista e igualitária. Acho muito importante, falando assim improvisadamente que os companheiros pudessem debater este grande tema — da liberdade e da Democracia.

Outra questão será a do Partido, o PTB, como concebemos esse partido — o seu conteúdo popular, o seu sentido nacional, dado que o que queremos como uma organização e um instrumento das grandes maiorias, dos homens e mulheres de nosso País, porque justamente se destina esse instrumento à realização das aspirações de nosso povo. E mais ainda, de como nós imaginamos esse partido — no sentido de que contingente de nossa população ela pretende abranger. Eu diria, por exemplo, que nós poderíamos imaginar um grande arco social, desde as grandes massas marginalizadas, dos assalariados em geral aos trabalhadores sindicalizados, aos camponeses, aos produtores do interior, funcionalismo, profissionais, intelectuais, professores, estudantes, classe média, até setores do empresariado nacional que se integrem nesse novo programa.

Enfim, qual a concepção que os companheiros fariam de nosso partido nessa nova fase.

Eu sugeriria também, e aqui tem a característica de uma sugestão muito pessoal minha, penso que nosso partido teria dois grandes

compromissos, que eu chamo de incondicionais, compromissos unilaterais — que seriam de uma parte com as populações e áreas marginais do País que nós consideramos essencial a sua integração na comunhão nacional. Nós não poderíamos aceitar nenhuma concepção de desenvolvimento sem a integração desses enormes contingentes de nossa população. Desenvolvimento econômico e social que consagre o crescimento das favelas, da pobreza em nosso País é uma concepção inaceitável para nós trabalhistas.

O segundo grande compromisso é com as crianças, com a juventude e com a velhice. O nosso grande compromisso de escolarizar, de instruir, de alimentar as nossas crianças, de não permitir esse quadro que vem crescendo dia a dia, inaceitável, como é a realidade de hoje com, cerca de 14 ou 16 milhões de menores carentes, com quase dois milhões de menores abandonados em nosso País.

Diria mais ainda, que uma grande característica que eu gostaria que os companheiros debatêssemos seria que os trabalhadores — embora nosso partido não sendo um partido de classe mas um partido pluriclassista — a presença majoritária da classe trabalhadora em nossa população — com essa característica, teria as classes trabalhadoras como uma espécie de espinha dorsal, uma área reitora, para as decisões e a orientação do partido.

Uma outra questão também que seria importante debater nessa nova fase é a da democracia interna, de como deveria ser a estrutura democrática interna do partido, consagrando a oportunidade de todos participarem, atuarem permanentemente, não apenas nos momentos de agressões.

Uma outra questão, ainda, seria a postura, o posicionamento do futuro PTB em relação aos sindicatos e as organizações sociais e populares que possam existir ou que venham a existir em nosso País. O partido como expressão política desses movimentos sociais, nunca transformando os sindicatos e as organizações sociais e populares em correntes de transmissão do partido, mas tendo as organizações sindicais e populares como fonte de inspiração e de orientação. Justamente ao contrário do que muita gente pode imaginar, o partido deveria ter nessas organizações fontes de inspiração e de orientação, e nunca a ideia de pretender acambarcar, influir, orientar essas organizações, ao contrário, ser orientado por elas.

Uma outra questão seria a nossa visão de desenvolvimento — para quem queremos o desenvolvimento e como queremos. Evidentemente que nossa visão do desenvolvimento é a de que esse desenvolvimento tem que servir ao ser humano essencialmente, e não a megalomanias e ufanismos de grandeza, etc.

Gostaria muito que os companheiros debatêssem algo sobre o modelo de sociedade que nós pretenderíamos construir. E como deveria ser — um outro item — o nosso relacionamento internacional, o que é que nós desejamos para o nosso País.

Enfim, ai tem os companheiros algumas sugestões. Teremos pela frente um imenso trabalho. Eu gostaria de expressar aos companheiros que estou convencido de que o trabalho tem uma identidade muito profunda com o nosso povo e com os seus destinos e, sobretudo, tem um grande papel a realizar. Eu não sou um otimista, mas tenho uma fé muito grande, uma crença de que todo o futuro estará aberto a essas grandes oportunidades e que esse período agora, em que viremos a assistir ao desenvolvimento político no sentido da democratização do País — passo a passo com esse desenvolvimento democrático nós iremos assistir também ao desenvolvimento cada dia mais concreto e efetivo desse esforço nacional, em todos os recantos de nossa pátria, em torno do ressurgimento do trabalho.

Desejo que os companheiros realmente consigam alcançar o objetivo que se traçaram e alcancem a maior eficiência nesse dia de trabalho que vão realizar.

Um grande abraço a todos»

Quem é quem no trabalhismo gaúcho

Além do Seminário de Esteio, de onde estiveram ausentes vários trabalhistas históricos, ocorreu também na semana passada em Porto Alegre a fundação de um Centro Trabalhista por um político que até recentemente defendia o golpe de 64. Tais fatos vêm demonstrar que a recriação do PTB nos pampas está ainda longe de seu desfecho.

Apesar do recesso parlamentar e das férias de verão, a semana política em Porto Alegre foi intensa. Especialmente nas hostes oposicionistas. Com o fim da vigência do AI-5, vários ex-cassados procuraram o presidente em exercício do MDB gaúcho, deputado Carlos Giacomazzi, para discutir seu retorno à atividade político-partidária e seu ingresso no MDB, partido que muitos já vêm apoiando e do qual participam, ainda que informalmente e sem poder assumir cargos eletivos.

Na quarta-feira, 3/1, o controverso deputado federal Magnus Guimarães sultou o manifesto público lançando o Centro Trabalhista do MDB/RS. Ao lançar o manifesto, Magnus Guimarães afirmou à imprensa que esse ato era fruto direto de sua participação no seminário de Estocolmo, na Suécia, onde conversara longamente com Leonel Brizola, de quem se diz um dos porta-voz no Brasil.

Diz o manifesto de lançamento do Centro Trabalhista: «A semelhança de outras correntes proscritas, o PTB existe dentro do MDB. A sua reorganização é hoje ditada pelo avanço da luta pela conquista de democracia e pela aspiração das suas bases, antigas e novas, que desejam a reconstrução do maior partido popular existente antes de 1964...»

O MDB não pode ser apenas um instrumento de mobilização eleitoral e de ação parlamentar. Deve apoiar e criar espaços legais para a mobilização dos trabalhadores, da sociedade civil e dos movimentos de base da população em geral.

A vertente trabalhista do MDB, núcleo do futuro PTB, está disposta a lutar por esta perspectiva. Deverá congregiar um conjunto de correntes internas mais amplo que no passado — além dos trabalhistas históricos, o PTB estará aberto as novas gerações, aos socialistas, aos cristãos e aos marxistas sem partido — e dotar-se de uma política adequada aos novos tempos que supere as carências e deficiências do passado».

Causou surpresa nos meios o lançamento principalmente pelo fato de Magnus Guimarães ainda em 1978, quando do lançamento da proposta da formação de uma Tendência Socialista no

MDB gaúcho, ter sido o mais radical opositor da formação de tendências no interior do MDB.

Na mesma época, esse mesmo deputado federal foi acusado pelo Setor Jovem de Porto Alegre, através de nota pública à imprensa em 10 de fevereiro de 1978, de ser um dos mais ardorosos defensores do golpe militar de 1964 até poucos meses antes de sua eleição em 1974. Como prova disso, os jovens empedebistas distribuíram à imprensa um facímile de um artigo do deputado federal Magnus Guimarães, publicado no jornal «Integração», da cidade de Três de Maio, onde o autor realiza uma vibrante apologia do golpe militar, das cassações.

«Corrompida, diluída e estiolada pela incuria, a inépcia, o desmando e a irresponsabilidade, a República Brasileira antes de 31 de março de 1964, tomava rumos imprevisíveis, nefastos para todos, atentórios aos costumes, às tradições mais caras de respeito e de dignidade. Trafegava em nau sem leme, sem rota, sem comandantes». Este trecho do artigo do deputado Magnus Guimarães, de março de 1963, deve estar na lembrança de muita gente pois o apelo do deputado federal não teve muito eco entre os trabalhistas e oposicionistas em geral. Apenas contribuiu para colocar mais dúvidas em torno de quem são os atuais articuladores do «novo PTB» e quem, realmente, fala por Brizola.

No fim de semana, outro fato movimentou os trabalhistas gaúchos. Reunidos no convento das irmãs do Coração de Jesus, em Esteio, cidade operária próxima a Porto Alegre, sábado e domingo, os trabalhistas realizaram o I Seminário de Estudos Políticos do Trabalhismo (ver matéria nesta edição).

Sob a coordenação de Matheus Schmidt, que dirigiu os trabalhos, velhos e novos trabalhistas debateram a articulação do Partido Trabalhista. Entre os presentes encontravam-se vários ex-partidários cassados, como Nadir Rossetti, Mozart Rocha, Índio Vargas, os atuais deputados Getúlio Dias e Aldo Pinto, bem como velhas lideranças populares e ex-assessores de Brizola, como Hamilton Chaves, Trajano Ribeiro, Joaquim Felizardo, José Guimarães e outros. Entre os novos trabalhistas presentes estavam Elgato Morelli, Calino Pacheco Filho do Setor

Jovem do MDB, o jornalista Wladimir Ungaretti e Carlos Araújo, advogado trabalhista.

A reunião, que reafirmou o objetivo de reorganização imediata do PTB, ainda que esta ocorra, durante um certo período, no interior do MDB, foi bastante representativa do trabalhismo gaúcho e, principalmente, de seus setores mais combativos e avançados.

Em que pese o caráter genérico e ainda difuso das conclusões, o I Seminário já definiu novos encontros e estabeleceu uma Coordenação para organização dos próximos encontros que já garante uma continuidade na articulação e o estabelecimento dos primeiros critérios orgânicos para o grupo.

A ausência notada de «trabalhistas históricos» como Ajadil de Lemos, Wilson Vargas e Sereno Chaise, ao que tudo indica, não reflete apenas uma divergência secundária sobre a oportunidade ou não de rearticular o PTB neste momento. Essas discordâncias refletem, seguramente, a ação de direção atual do MDB que tem feito os maiores esforços no sentido de sustentar a unidade do MDB. Não só sua unidade mas, também, a não formação de lideranças paralelas na oposição gaúcha que viessem pôr em risco a hegemonia de Pedro Simon, por exemplo.

Certamente não é nenhuma coincidência que a notícia do I Seminário tenha sido estampada na grande imprensa de Porto Alegre, ao lado de outra, que indica o sr. Sereno Chaise, agora livre de sanções institucionais, para o cargo de Diretor Geral da Câmara de Vereadores da capital a partir do dia 1º de fevereiro. Ou seja, a primeira nomeação de um ex-cassado para um cargo de confiança do MDB recaí em cima do último prefeito eleito de Porto Alegre e, sabidamente, um dos «trabalhistas históricos» mais afinados com o sr. Pedro Simon.

Assim, apesar do significado expressivo do I Seminário, as querelas internas nos arraiais trabalhistas estão longe de encontrar um denominador comum. Isto se considerarmos apenas o Rio Grande do Sul, pois no centro do país, as dificuldades serão ainda maiores para que seus setores mais combativos estabeleçam uma nítida hegemonia nesse processo de rearticulação. (Sucursal Porto Alegre)

RÉGIS DEBRAY

A NEVE QUEIMA romance



Pedidos pelo Reembolso Postal à Editora Vega S/A — rua Guajajaras, 178 Belo Horizonte — MG — CEP 30.000 — C. P. 2663. (Preço Cr\$ 120,00)

Incrível...

Não quero brocha sem escada

Revelação: as transas de uma das rearticuladoras do PTB, com o Poder. O repórter surpreende um telefonema com Rafael Baldacci do outro lado da linha. Ele é um dos ministeriáveis de Figueiredo para a pasta do trabalho. Aqui, a história. E a entrevista concedida, em seguida.

Por Flávio Andrade

São três horas da tarde de terça-feira. O repórter chega à residência de d. Ivete Vargas, fundadora do PTB e deputada federal de 1950 a 1969, para entrevistá-la sobre a volta dos cassados à política. Num prédio de classe média, próximo ao centro de São Paulo, vive a sobrinha de Getúlio Vargas, uma articuladora audaz, dentre muitos outros, do ressurgimento do antigo PTB.

No entanto a aparência interna do apartamento é de uma escritório político. Uma secretária de d. Ivete introduz o visitante a uma sala decorada com poltronas e bôns antigos e surrados, várias pilhas de papel e até mesmo um pouco de sujeira. Aparelhos também, alguns poucos populares, sentados nos sofás, aguardam d. Ivete. O ambiente relembra muito os escritórios dos velhos políticos populistas ao estilo de Ademar de Barros ou Jânio Quadros, onde, pelo desarranjo, tentava-se dar um tom e um apelo popular ao local.

No cômodo ao lado da secretária, depara-se com um portento busto de Getúlio postado no centro de uma mesa, e rodeado de uma enorme bagunça de papéis de todo tipo. Enquanto que na sala de entrada, em meio a secretárias e populares, ao fundo, ficava d. Ivete falando ao telefone, aparentemente sem dar pela nossa presença.

Mas a antiga presidente do PTB de São Paulo conversa bem alto, talvez desinibidamente como o estilo recomenda, e nosso repórter escuta e anota o seguinte diálogo de Ivete com um dos ministeriáveis de Figueiredo, Rafael Baldacci, para a pasta do trabalho:

— Sim, Baldacci. Eu vou ligar hoje ainda para Brasília e dizer lá, é claro, oficialmente, que você tem boas relações aqui com o meio sindical.

— Eu acho muito bom se der certo sua escolha. E você sabe que pode contar comigo. Você terá em mim sempre uma companheira, você sabe disso. Se você for mesmo para lá, eu fico aqui na retaguarda, e a gente monta um esquema bom, para então fazermos algo novo de verdade. Eu sei o que eles querem de mim. Uma oposição, porém aberta ao diálogo.

Mas aí é que está o problema. A situação atual está muito confusa. Hoje qualquer menino de rua sabe que o atual governador de São Paulo não está apitando nada; não está dando palpite em coisa alguma. Então é que eu me pergunto: as coisas estão mudando, vai haver mais abertura, mais diálogo?

«Acho simpáticas (as propostas de conciliação nacional de Figueiredo); se ele estiver realmente disposto a caminhar em direção à democratização, então a oposição deve aceitar o diálogo».

— Ainda outro dia o Delfim me telefonou para dar boas entradas e eu lhe dizia: você pode contar comigo; mas será que alguma coisa vai mudar mesmo. Mesmo que seja a fachada. Vai haver alguma melhoria para o povo? Porque você sabe, né Delfim, eu não quero brocha sem escada... eu tenho um patrimônio político por zelar.

— Portanto Baldacci a situação ainda não está clara. Mas de toda forma você pode contar comigo. Eu vou ligar para Brasília ainda hoje, está bom?

No entanto, logo na primeira pergunta da entrevista d. Ivete nega fogo, e diz que não tem nada a ver com Baldacci. Maluly e outros que, com o apoio e sob orientação de Golberri, vêm tentando articular algum partido trabalhista.

Ela própria, em alguma medida também em conchavos com Brasília, no entanto, tenta levar a entrevista num tom mais oposicionista. Mas o talento de d. Ivete não consegue muito. Sua oposição é uma mística do pai Getúlio levada ao paroxismo, e regada com um nacionalismo quase regilioso — «o dogma da intocabilidade da Petrobrás» — e que termina com uma postura maternal que chega às raias da pieguice na sua relação com os trabalhadores — «vocês são lindos». Enfim, nada mais que um populismo muito peculiar, porém velho, no fundo, tentando desajeitadamente se adaptar aos novos tempos.

Ufanista nas suas articulações petebistas — ela diz já ter mais de sete senadores — no entanto a verdade é que até agora Leonel Brizola não tem dado bola para d. Ivete. Pelo contrário, o estilo dela parece até lhe desagradar. Mas enfim, são os ossos do ofício da articulação trabalhista... Vários petebistas no entanto, dizem que ela não será nada dentro do novo partido, se é que encontrará lá um lugar. Pode ser que ela acabe compondo mesmo com as articulações diretas de Golberri por um trabalhismo mais oficial.



Enfim, do Getúlio que se dizia ser o pai dos pobres e a mãe dos ricos, parece que não restou nada mais que o lado maternal. Vamos à entrevista.

— Dizem que o Maluly e o Baldacci querem com o apoio do regime, um Trabalhismo. Até que ponto podem caber na sua articulação?

— Ah, não, de maneira alguma. Este interesse simplesmente reflete o valor que a legenda do PTB tem. A minha articulação é em termos de companheiros antigos, com atestado de bom comportamento ao longo destes anos, e gente nova. Aqueles que você menciona estão comprometidos com outros esquemas.

— Como ficariam as antigas alas direita, centro e esquerda do PTB agora na sua recriação?

— Ora, estas diferenças eram mais pessoais do que ideológicas. Você nunca viu ninguém dentro do PTB por exemplo tocar no dogma da intocabilidade da Petrobrás, da lei de remessas de lucros etc. Era mais uma questão de temperamentos mais afoitos ou mais calmos.

— Qual a força do PT hoje?

— Eu vejo muita. Na medida em que voltam tantos cassados e nós reagrupamos em torno daquela memória que simbolizamos, e que traduz em duas palavras — nacionalismo e trabalhismo — e nós nos unimos aos dirigentes sindicais, indo às portas de fábricas, e nós apresentamos uma opção política não apenas contestatória de um governo, mas uma alternativa válida, então poderemos sem dúvida sensibilizar o eleitorado. E isto não é divisionismo, mas novos canais para somar com o MDB.

«Nós já temos 21 deputados dentro do MDB, dispostos a sair tão logo o PTB seja criado. Já o Senado não é problema: temos garantidos mais de 7 senadores... Se não conseguirmos (mais deputados) dentro do MDB, é o caso então de até ver se não conseguimos na Arena».

— Em termos parlamentares, qual a força do PTB?

— Nós já temos 21 deputados dentro do MDB, inclusive dispostos a sair tão logo o PTB seja criado. Mas por enquanto, como não temos o partido eles vão ficar atuando no MDB. Temos portanto metade dos 42 necessários. Já o Senado não é problema; temos garantidos mais de 7 senadores.

Agora dentro daquela metade dos 42 deputados necessários, que já temos, não está incluída a bancada gaúcha, cujas negociações não foram conduzidas por mim. Lá como o caso é quase uma troca de tabuleta da porta, eles ainda estão debatendo o assunto. Se eles viessem, são 18, e pelas informações que tenho somente um não viria, então faríamos 38 deputados. Ficariam portanto faltando 4. Eu acho que aí se a gente não conseguir dentro do MDB é o caso então de até ver se não conseguimos na Arena.

— Poderia citar alguns?

— Não, nós concluímos que pelo momento não se deveria anunciar nomes.

— E as forças extra-parlamentares?

— Nós estamos como os líderes sindicais; apoiamos o MDB mas não entramos nele. Os líderes querem um partido dos trabalhadores e é isto que queremos também. Entendido por trabalhadores todos que vivem de seu salário, dos operários industriais aos profissionais liberais.

«O fato é que os autênticos têm um certo preconceito em relação ao PTB enquanto que para nós a legenda é um patrimônio sagrado... Honestamente, a proposta socialista vai além da nossa».

O PTB no passado, continua, só teve dois compromissos históricos: com o Brasil e com os trabalhadores, e a nossa tendência é juntarmos os dirigentes sindicais dentro deste esforço comum.

— Mas como andam os contatos sindicais?

— Recentemente refiz contato com os antigos dirigentes sindicais do PTB que sofreram muito todo este tempo: Dante Pelacani, Leté Martinelli, Sanchez Molina, Cleaudsmith Rianni, Mário Lima etc. Todos continuam inteiramente fiéis. Outro dia tivemos um encontro juntamente com os novos dirigentes sindicais, Lula, Jacó Bittar, e Arnaldo etc e foi lindo. Os antigos disseram para os novos: nós temos a maior admiração por vocês; vocês preencheram perfeitamente o espaço. E nós queremos não disputar com vocês, mas colaborar.

E foi lindo, os novos de volta olhando para os antigos e dizendo: vocês são ótimos, vocês foram perseguidos, merecem todo o nosso respeito, são patrimônio do sindicalismo. Por isto vocês vão ser nossos conselheiros e não nossos auxiliares.

Eu até disse o seguinte neste encontro: Vocês, novos, tinham autoridade para, em nome dos trabalhadores, chegarem para os políticos e dizerem de repente: vai juntar todo mundo que pensa igual, e assim como nós estamos com este pensamento, vocês também têm obrigação de agir

assim. E o primeiro que sair da linha, vamos denunciar junto ao povo.

Vocês, novos, podem ser uma espécie de fiscais do mundo político.

O PTB pode ser contestado em alguns erros, mas foi Getúlio quem transformou a questão social de caso de polícia em questão de governo, e foi Jânio quem propiciou o Comando Geral dos Trabalhadores. Assim, não há porque não somar esforços.

Eu até disse para o Lula: quando falo em PTB não falo em criar um partido para mim; quando falo em PTB é uma trincheira de luta para os trabalhadores e contra o imperialismo. Eu não sou forçosamente a presidente do PTB. Faça você o PTB e eu vou atrás de você. Eu me coloco com muita humildade diante de vocês; vocês são autênticos e bons.

«Eu até disse para o Lula: quando falo em PTB não falo em criar um partido para mim... eu não sou forçosamente a presidente do PTB. Faça você o PTB e eu vou atrás de você. Eu me coloco com muita humildade diante de vocês; vocês são autênticos e bons».

— Como você viu a atuação da direção sindical durante as greves do ano passado?

— Demonstraram a grande maturidade em saberem conduzir as reivindicações da classe com muito respeito e propriedade, sem excessos, exigindo respeito dos patrões e do governo.

— Inclusive o Joaquim, dos Metalúrgicos de São Paulo?

— Ah, eu estou falando dos bons, né. Furar as reivindicações da categoria é lamentável. Mas no futuro, creio que não haverá pelegos como Joaquim ou Ari Campista. Eles são hoje uma maioria encurralada.

— Como você vê as reformas políticas que agora entram em vigor?

— Bom, é uma brecha estreita. Foi criado um mínimo de condições. Agora resta a nós que somos oposição, não agirmos com provocação, não darmos margem a pretextos, mas acreditarmos nesta perspectiva democrática e atuarmos como tal, não ficando esperando que a democracia venha. Sem desafios inúteis, iniciarmos um exercício democrático.

— Como você vê as propostas de conciliação nacional de Figueiredo?

— Acho simpáticas; se ele estiver realmente disposto a caminhar em direção à democratização, então a oposição deve aceitar o diálogo.

— E sobre os ministeriáveis para a pasta de Trabalho, Maluly de novo, entre outros, o que você acha?

— Eu prefiro não opinar, até porque ainda está muito indefinido.

— E no plano estadual o que acha do Maluf?

— Quando ele era presidente da Caixa, eu estive com ele e fui tratada com muita cortesia. Mas nunca mais o vi. Contudo, há certas características do Maluf, que é incrível como que a Revolução o aceita. Numa situação de normalidade democrática o Maluf não venceria, pois houve má administração e falta de respeito pelos recursos públicos.

— Os cassados estão aí de volta. Quais são seus planos para agora?

— De fato minha cassação termina agora dia 16 de janeiro. Eu fui incluída no listão político, o segundo que saiu logo no começo de 1969. Com o fim das punições eternas — um verdadeiro absurdo — eu readquiri meus direitos políticos. Em termos políticos imediatos eu pretendo lutar pelo ressurgimento do PTB. E para isso usaremos o esquema anterior à atual reforma partidária, através da coleta de assinaturas de eleitores pelo País. O que alia já estamos fazendo, só que de maneira ainda não formal, não uma campanha pública, o que ficará para um momento posterior.

— Mas imediatamente você entraria para o MDB?

— Não, pelo momento luto pelo PTB. Se mais adiante contudo viermos a verificar que o PTB não é possível, aí sim, eu estaria disposta a entrar para o MDB e criar lá dentro uma força trabalhista.

— Que futuro você vê para o MDB?

— Eu acho que a legenda vai sobreviver e eu tenho a impressão que a direção moderada tende a ser superada, e os autênticos é que, tendo crescido expressivamente, ficariam com a legenda. Não em termos de luta e de briga, mas seria reconhecer uma realidade.

— O que diferiria este MDB dos autênticos com relação ao PTB que você pretende recriar?

— Eu não sei bem... o PTB tem em meta a defesa intransigente do patrimônio do País em luta contra o imperialismo, e de maneira mais agressiva do que o MDB tem demonstrado. O MDB tem tido mais uma contotação de luta social e nós achamos que prioritariamente é preciso lutar pela libertação econômica e pela emancipação nacional para se obter aquilo que é preciso para o povo brasileiro.

Agora, teremos juntos que lutar pelo direito de greve, horizontalidade e liberdade da organização sindical, revisão da CLT etc. Nisto poderemos somar, e até mesmo com a Arena. Hoje eu vi o Maluf declarar que o direito de greve é sagrado... O fato é que os autênticos têm um certo preconceito com relação ao PTB, enquanto que para nós a legenda é um patrimônio sagrado. Agora, pode ser que somemos, quem sabe?

— E com relação aos socialistas? Onde estarão?

— Honestamente a proposta socialista vai além da nossa. Não propomos estalar todos os meios de produção. Propomos participação nos lucros, a redistribuição de renda... mais justiça. Para os socialistas também estamos quem do que queremos. Agora, se não conseguirmos formar seu partido, não sei para onde irão.

— E as declarações de Moniz Bandeira falando do horizonte socialista para o PTB?

— Em primeiro lugar o Moniz nunca foi trabalhista, e eu acho que só pode pretender atuar dando entrevista de cúpula quem tem expressão eleitoral ou política. Numa entrevista na Tribuna da Imprensa eu li que o governo, quando o deteve no aeroporto, não perguntou nada sobre o Brizola para ele. E o governo é muito bem informado, e se não lhe perguntou nada sobre Brizola creio que é porque julga que o Moniz não sabe nada disto. Agora, perguntou-lhe sobre seu pensamento político e ele disse que era marxista. Ora, no PTB nós não... adotemos a filosofia marxista.

«A Internacional Socialista atual não é necessariamente a 2ª Internacional. E pelo que sei a Internacional hoje exige que seus membros sejam socialistas. Assim, pode ser que venhamos a ter um intercâmbio político com outros partidos».

— E o Brizola quando vem?

— Ele não vem para ser preso; mártires nós já temos. Tão pronto os processos sejam anulados, ele virá.

— Que relação este PTB terá com a Internacional Socialista?

— Eu acho que as posições atuais do Brizola são até mesmo de boa educação, dado o acolhimento que vários países filiados lhe ofereceram. Pelo menos ele não nos comunicou nada que vá além disto, até agora. No entanto, a Internacional Socialista hoje não é necessariamente a Segunda Internacional. E pelo que sei, a Internacional Socialista não exige que seus membros sejam socialistas. Assim, pode ser que venhamos a ter um intercâmbio político com outros partidos. Mas isto não é minha preocupação no momento.

Ponto de vista

A volta das ilusões perdidas

Getúlio Vargas, Willy Brandt e Lenin têm sido lembrados por numerosos articuladores de um novo PTB, cuja base social seria a aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional.

Ultimamente, as notícias envolvendo a recriação do PTB, resultante num primeiro momento de um trabalho no interior do próprio MDB, têm crescido, principalmente sob a iminência da volta de Brizola. E chegam a ser desconcertantes as contradições e desacertos contidos nas declarações das principais personalidades que participam da articulação.

A direita, temos Ivete Vargas, herdeira do nome e se propondo a ser fiel continuadora do pensamento de Getúlio (ver entrevista acima).

À esquerda, está o professor Moniz Bandeira, que em alto e bom som evoca Marx e Lenin para, estranhamente, defender o argumento de que a criação de um partido reformista é a melhor maneira de lutar pelo socialismo. E que propõe, a um só tempo, defender «os trabalhadores contra o capital, o pequeno capital contra o grande capital, os camponeses contra os grandes latifundiários, a empresa nacional contra a empresa estrangeira».

No centro da articulação, servindo de ponto de unidade entre as várias correntes está Leonel Brizola, — agora moderado —

despido de qualquer radicalismo e multiplicando os seus contatos com as estrelas da II Internacional como Mário Soares e Willy Brandt, além de assumir a proposta de um programa de lutas por melhorias dentro do capitalismo.

As dubiedades sempre presentes, as contradições nas várias declarações, a vagueza com relação às definições programáticas, não são propriamente um problema para o novo PTB. Elas são o preço inevitável de um partido que se propõe a conciliar classes basicamente antagônicas. E mais, por isso mesmo, permitem uma influência maior em vários meios, gerando acomodações, alianças e toda sorte de manobras que certamente estarão no caminho do novo partido já na fase da sua criação. Apesar de toda essa confusão, a unidade está alicerçada em pilares firmes: a conciliação com a dominação burguesa.

A postura do governo: sem hostilidades

De início falava-se muito de uma articulação governista visando a criação de

um partido trabalhista através da união de várias lideranças pelegas, mas essa ideia parece ter esfriado nos últimos tempos.

Por outro lado não têm havido gestos ou declarações hostis do regime frente à articulação trabalhista. Sem demonstrar a costumeira irritação que o nome de Brizola sempre provocou nos meios militares, o cel. Ludwig respondeu negativamente aos boatos de que a revogação do banimento não teria os mesmos efeitos para vários nomes, entre os quais o do ex-governador do Rio Grande do Sul.

E nesta altura, ninguém pode negar que Brizola tem feito jus a essa atitude do governo com suas declarações sobre a possibilidade de que Figueiredo se transforme no Adolfo Suarez brasileiro.

Além disso, em várias declarações de líderes arenistas e de personalidades influentes ligadas ao regime está presente a possibilidade de haver um espaço para correntes social-democratas ou trabalhistas, no leque permitido da articulação partidária.

Se por um lado estes indícios são insuficientes para confirmar uma postura definitiva do regime neste campo — pois a fase é de ensaios, de tentativa e erro — é significativa a repressão desencadeada contra uma articulação como a da Convergência Socialista.

Decerto o profundo desgaste político acumulado em todos estes anos de arrocho

e opressão, colocam a ditadura em uma posição bastante incômoda para assumir publicamente a paternidade de um partido «popular», destinado a servir de amortecedor da radicalização do movimento operário. Nesse sentido, Figueiredo não conta sequer com o carisma que possibilitou a Vargas estrear esse tipo de jogada. O mais provável é que entre a identificação pública e um combate encarniçado haja lugar para uma tática de controle e pressão para que esse partido, se for criado, seja o mais à direita possível.

A classe operária não vai ao paraíso

Não há que tecer ilusões: a provável articulação do PTB não significaria a retirada do peso do aparato repressivo sobre a classe operária. Pelo contrário, a implantação do PTB no meio popular recriaria um contexto de cerceamento das liberdades fundamentais da classe e a constituição de eficazes mecanismos de controle. Foi assim com o antigo PTB e foi assim com a maioria dos partidos social-democratas.

Com efeito, altera-se a qualidade e seus métodos do regime, isto é, a repressão passa a ser mais seletiva caindo sobre as lideranças mais combativas da classe, passando a utilizar métodos menos ostensivos, calçados inclusive no poder econômico. A silenciosa, mas brutal, campanha de

desemprego, de «listas negras», desencadeada pelos patrões contra a oposição sindical logo após a grande greve dos 250 mil mostra a eficácia de uma tal estratégia. Outro indicio que alicerça tal perspectiva é o «pacote sindical» que já se anuncia.

Por isso não se pode aceitar a afirmação de alguns defensores do antigo PTB, de que ele, apesar dos seus erros teria sido o melhor que a classe operária brasileira pode dar. Embora possa ter abrigado em seu seio lideranças mais autênticas e bem intencionadas, no conjunto, esse partido foi imposto à classe operária pelas classes dominantes através do atrelamento à camisa de força da estrutura sindical fascista, através da repressão às suas lideranças mais combativas, através da exploração do atraso político de suas camadas menos experientes.

Contraopondo-se à visão de que a solução radical dos problemas fundamentais da população só pode encontrar seu termo no socialismo, pregando uma via de conquistas parciais dentro da ordem capitalista, o trabalhismo pode contribuir para dificultar bastante o crescimento da consciência revolucionária do movimento de massas, para levar a confusão à concretização de uma política de alianças antiburguesas, para amortecer as conquistas organizativas independentes da classe.

Sandra Starling e Juarez Guimarães



“Pensam que o AI-5 acabou? Estão muito enganados!”

Um delegado mineiro faz ameaças contra dois detidos que participavam da campanha pela anistia nas ruas de Belo Horizonte.

No dia seguinte, a demonstração de que não estava brincando: bombas, pancadarias, tropas na rua e oito prisões.

«A polícia da ditadura transformou a Praça 7 numa praça de guerra contra o povo», denuncia a nota distribuída pelos movimentos pró-Anistia em Belo Horizonte, se referindo aos acontecimentos que marcaram o encerramento da campanha de arrecadação de fundos para a libertação de Flávia Schilling, presa no Uruguai. «Mais uma vez ficou demonstrado que o fim do AI-5 anunciado pelo governo não é mais que a institucionalização do mesmo», continua.

Essas demonstrações ficaram evidentes por volta das 18 horas do dia 5 de janeiro, quando cerca de 80 integrantes do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia se concentraram num dos quarteirões fechados da praça principal, no centro da cidade. Ali pretendiam distribuir notas e denunciar à população as condições em que se encontram os presos políticos brasileiros, no exterior. Nas imediações, era fácil se notar, agentes do DOPS portando mochilas com bombas aguardavam o sinal para começar. E isso aconteceu cinco minutos após. Mal as faixas foram abertas, uma saravada de bombas, que cobriu a praça com uma nuvem azulada de fumaça, começaram a ser lançadas

indiscriminadamente, sem mira certa. O alvo era a população.

Oito presos

Um pouco a distância, tropas da Polícia Militar, comandadas pelo Coronel Walfrido de Oliveira, esperavam o sinal de pedestres abrir, levavam cacetadas ou eram vítimas de bombas atiradas contra eles. Um rapaz e uma senhora que passavam pelo local, de volta do trabalho, tiveram ferimentos graves, em decorrência de queimaduras provocadas pelas bombas, ditas de «feito moral». Oito pessoas foram colocadas nos camburões e levadas para o DOPS, onde permaneceram presas até as duas horas da madrugada.

Impressionado com a violência dos policiais o ex-deputado federal pelo MDB, cassado, Marcos Tito, exclamava com insistência: «o regime está no seu exterior!». No entanto, 100 homens mobilizados pelo Delegado David Hazan estavam

querendo demonstrar justamente o contrário, e nem os repórteres escaparam. Um fotógrafo do jornal O Globo teve o filme de sua máquina apreendido e velado, e vários repórteres foram atingidos pelas cacetadas. Depois de algum tempo os jornalistas foram procurados para um «acordo de cavalheiros», que se resumia no seguinte: «Vocês não nos fotografam e nós não atiramos em vocês».

A alternativa encontrada pelos movimentos de anistia, para cumprirem a programação de encerramento da campanha, foi transferir a manifestação para as escadarias da Igreja São José, na Av. Afonso Pena e, continuar a distribuição das notas em filas de ônibus de bairros da periferia. Ao mesmo tempo, os agentes do DOPS continuavam ocupados com as violências contra os populares, na praça, até as 20h.

O começo da campanha

A campanha que vinha sendo desenvolvida pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, iniciou-se no dia 27 de dezembro e objetivava, fundamentalmente, denunciar a situação dos brasileiros que se encontram presos no exterior — Flávio Koutizki, Jorge Basso e Haroldo Collares — além da coleta de fundos para a libertação de Flávia Schilling.

A preocupação dos movimentos, segundo o presidente da seção mineira do CBA, Alberto Carlos Dias Duarte, é a de se levar adiante a idéia retirada do Congresso Nacional pela Anistia, realizado em São Paulo, em novembro do ano passado, no sentido da popularização da bandeira da Anistia: «Essa campanha cumpriu em todos os aspectos o nosso propósito — explicou Alberto Duarte. Concretamente esse tipo de trabalho se iniciou com as denúncias feitas em

torno do assassinato do menino Cosme Vieira, em uma das delegacias da cidade. Com relação à campanha da Flávia, ela foi também, essencialmente, de caráter popular».

Durante mais de uma semana foram feitas denúncias nas ruas, em filas de ônibus, em bairros da periferia. O número de publicações distribuídas sobre o assassinato do menino, durante a campanha para Flávia e denunciando as «bombas contra a Anistia», chegou a completar um total de 100 mil notas: «Nós acabamos conseguindo levantar uma quantia de 20 mil cruzeiros. Aparentemente isso não significa muita coisa. Mas se considerarmos que a maior parte do dinheiro veio em notas de um cruzeiro, podemos constatar que quem foi sensibilizado a colaborar foram populares. Era justamente isso o que pretendíamos, ou seja, mostrar que a questão da Anistia e da violação dos Direitos Humanos se coloca para todo o povo brasileiro. E isso nós estamos conseguindo, haja visto as demonstrações de solidariedade e apoio por parte da população todas as vezes que travamos um contato mais direto com ela».

Se por um lado a atuação dos movimentos tem conseguido arrancar aplausos da população, por outro, pelo lado da polícia, a resposta tem sido a de sempre: violências, intimidações e prisões. Dois dias antes, na quarta-feira, enquanto eram distribuídas notas e se arrecadava o dinheiro, dois integrantes do CBA e MFPA tiveram suas faixas e publicações apreendidas. Enquanto tentavam dialogar com os guardas, dizendo que agiam legalmente (em nenhum momento as entidades receberam qualquer notificação de que a campanha estava proibida), os dois foram presos: a professora da UFMG e integrante do MFPA/MG Maria Dirlene Pinto Marques e o presidente do CBA mineiro. Ambos foram levados para a delegacia do 2º Distrito Policial, taxados pelo delegado de subversivos e alertados de que «Se vocês pensam que o AI-5 acabou estão muito enganados». Da delegacia foram levados para o DOPS, onde permaneceram detidos por duas horas.

As pressões continuaram no DOPS

Na sexta-feira, os oito presos levados para o DOPS, apesar de não terem sofrido violências físicas, foram submetidos a pressões morais e

psicológicas, durante as oito horas em que permaneceram presos. Diversas vezes os policiais se referiam às moças como «piranhas subversivas», reclamando que «poderíamos estar dando uma paquerada nas boates e, no entanto, temos que ficar aqui com esses filhos da p... moleques, vagabundos». Os interrogatórios duraram cerca de três horas para cada um e as perguntas mais frequentes eram: o que é o CBA; por que querem uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; para onde vai ser enviado o dinheiro; acham que existe repressão em Minas; existe violência policial em Minas; existe liberdade no país: é favorável às Liberdades democráticas, por quê?

Do lado de fora, uma Comissão formada por padres, membros do DCE/UFMG; Helena Greco (presidente do MFPA), Alberto Dias Raimundo Cândido, presidente da OAB, Geraldo Maglia, advogado de presos políticos e secretário do CBA/MG; o deputado do MDB Genival Tourinho; e o diretor da Faculdade de Direito da UFMG, tentavam interferir a favor dos presos. A primeira dificuldade que encontraram foi constatar a presença dos mesmos naquela Delegacia, uma vez que as informações eram songadas. Todas as tentativas feitas pela Comissão foram respondidas de forma desrespeitosa, levando os advogados, inclusive, a protestar contra o impedimento ao exercício do seu trabalho: «Se querem esperar vão ficar lá do outro lado da rua!», foi a resposta que um deles recebeu ao insistir em permanecer ali até que o último preso fosse colocado em liberdade.

Segundo o presidente do CBA mineiro, o que se pretende agora é mover uma ação no sentido de se apurar as responsabilidades pelas violências cometidas pela repressão policial, que além de espancaram, prenderem e ferirem populares, desrespeitaram várias autoridades, impediram advogados e jornalistas de exercer a profissão, apreenderam faixas, megafones e dinheiro: «O que aconteceu hoje é mais uma demonstração de que as declarações do governador Ozanan Coelho de que não existe violência policial em Minas não passam de um engodo. Ele, que se encontrava a quarteirões de distância, se não teve a curiosidade de chegar à janela para ver o que ocorria com certeza pôde ouvir o barulho e sentir o cheiro das dezenas de bombas atiradas contra a população que voltava do trabalho».

(Sucursal de Minas)



Dez dias que não abalaram o Brasil

E, não deu para comemorar o fim do AI-5 com champagne. E, a bem da verdade, este período posterior à aposentadoria do — perdoem o palavrão — famigerado ato pode ser entendido como os 10 dias que não abalaram o Brasil. Afinal, por mais que alguns editorialistas da grande imprensa tentem provar o contrário, o regime não mudou nem converteu-se numa democracia. E a provar isto estão aí as bombas jogadas numa manifestação em Minas Gerais que visava arrecadar dinheiro para libertar a brasileira Flávia Schilling, presa no Uruguai.

Tampouco dá para ficar penhoradamente agradecido ao Rei, que numa canetada extinguiu a figura do banido, restituindo a cidadania a mais de 120 banidos. Estes, se voltarem, já sabem: vão para o xilindrô, pois o regime já esclareceu que os que tiveram pena vão cumpri-la e os que tiverem processos arquivados vão enfrentar a Justiça Militar, pois os processos serão desarquivados. Assim, se o fim do AI-5 — e as reformas que o substituíram — tiver como subproduto o retorno à política dos cassados há mais de 10 anos, e se a extinção e revogação dos banimentos ao menos abriu a possibilidade de os banidos conseguirem documentos no exterior, tais consequências não mudam em profundidade a realidade das coisas.

O AI-5 foi embora, é verdade. Mas deixou no seu lugar o «Estado de Emergência», as «Medidas de Emergência», uma nova Lei de Segurança Nacional tão ou mais draconiana do que a anterior, conta com uma lei anti-greve mais ferrenha, permanece incólume o «Pacote de Abril» e outros dispositivos discricionários. No fundo dá tudo na mesma: o regime continua com

instrumentos que possibilitam intervenções em sindicatos, repressão aos movimentos de massas, prisão de opositores populares e até mesmo de cassação de mandatos. Com a vantagem de que estes instrumentos agora são constitucionais e, portanto, menos traumáticos, podendo provocar um menor desgaste na imagem interna e externa do Governo. Isto para não falar que todos os órgãos de repressão e de tortura continuam intactos para serem acionados quando necessário.

No caso da revogação dos banimentos, a jogada é descarada. As voltas com um movimento pela conquista de uma anistia ampla, geral e irrestrita, o governo tenta esvaziar tal movimento com medidas deste tipo ou com espécie de esvaziamento das cadeias sob o controle. E vai mais longe: estabelece uma divisão entre os exilados que podem voltar e os que fazem parte da lista negra. Em síntese: insiste em continuar dando as cartas do baralho e quer que a sociedade, mais particularmente as camadas populares, compreendam suas medidas, dádivas concedidas pelo poder que a qualquer momento podem ser retiradas, a depender do humor do Rei ou dos burburinhos existentes nos quartéis.

Incrementando mudanças que não alteram a sua essência, o regime parte para o engodo, procurando criar a imagem de que, paulatinamente, leva o País à democracia. E o faz, no atual momento, apelando para outro expediente, que à primeira vista pode aparecer como simpático: estende as mãos e propõe a conciliação nacional. Como se fosse possível conciliar a ditadura com a democracia, como que fosse possível conciliar os interesses das camadas populares

com os do regime militar e de todos que dele se locupletam.

Se pouca coisa mudou, se na essência o regime continua o mesmo de antes, cabem às camadas opositoras seguirem a trilha que já seguiam antes: aprofundar a luta contra o regime militar e combater toda e qualquer tendência de composição com o Governo. De imediato se colocam lutas importantes como a reintegração plena dos cientistas e professores cassados nas universidades, e pela integridade física e política de todos os exilados e banidos que voltarem para o País, pois é inadmissível que eles voltem para ser presos ou para sofrer interrogatórios.

Sem negar estes objetivos imediatos, coloca-se hoje a necessidade de mais do que nunca se lutar pelo fim do regime militar, ou seja, o que nos interessa não é que o futuro Congresso abra as chamadas salvaguardas do regime ou que o atual parlamento seja transformado numa Assembléia Constituinte. E é preciso estar atento para tais tentativas, pois não faltará quem, no MDB, proponha que se siga tais caminhos. Cabe, isto sim, lutar contra as reformas do Governo e pelo fim do próprio regime militar. O que vale dizer, pela convocação de uma Assembléia Constituinte com todos os seus pré-requisitos que se fazem necessários: plena liberdade de organização partidária, liberdade de expressão, direito de greve, liberdade sindical e anistia ampla, geral e irrestrita. E só com uma anistia deste tipo é que se poderá resolver o problema de milhares e milhares de brasileiros, que estão marginalizados da vida política nacional ou de quem foi forçado a exilar-se para não padecer nos cárceres do regime militar.

O LIVRO NEGRO DA USP Cumplicidade da omissão

Perseu Abramo

No dia 9 de abril de 1964, oito dias depois do golpe, as tropas da Polícia Militar de Minas que haviam ocupado a capital federal iniciaram, desde as primeiras horas da manhã, uma operação bélica destinada a conquistar a Universidade de Brasília. As sete horas, centenas de soldados fortemente armados, conduzidos em caminhões de transporte e carros de assalto, se aproximaram e circundaram o campus da UnB, situado na confluência do Eixo Monumental com o início da Asa Norte, às margens do lago; os soldados cercaram o campus, e, rastejando, de diversas direções, foram se aproximando dos edifícios da Reitoria e da Secretaria.

Portavam fuzis, metralhadoras de mão (INA) e metralhadoras de tripé; havia barraca de comando, barracas de transmissão por rádio e telefone, equipamentos para trincheiras; circulando o campus, postavam-se, além dos carros de assalto e carros de transporte, carros com munições e ambulâncias. Os professores, alunos e funcionários, olhavam, atônitos. Não encontrando resistência, os oficiais acompanharam autoridades policiais que, na sede central da Reitoria, procederam à prisão de uma vintena de pessoas, a maioria professores, alguns estudantes. Os presos foram levados ao Teatro de Brasília, e, posteriormente, entregues ao Exército Nacional, que os manteve prisioneiros nos quartéis da Área Militar de Brasília; as tropas da Polícia Militar de Minas continuaram ocupando o campus por semanas, dedicando-se à revista de todas as dependências e ao exame de livros, publicações e papéis da Biblioteca e dos Departamentos de Ensino e Pesquisa.

No dia 9, a Universidade de São Paulo não condenou a invasão e a ocupação da Universidade de Brasília. Nem por seu reitor, nem por sua Congregação, nem por seus outros órgãos colegiados, a USP não protestou contra a violência, nem se solidarizou com as vítimas. Nem no dia 9, nem no dia 10, nem depois, nem nunca. Nem a USP nem qualquer outra Universidade do País. Desde o primeiro minuto, é claro, numerosos professores e estudantes, em Brasília, em São Paulo, e no

resto do País, individualmente, se solidarizaram com os presos e se insurgiram contra a repressão. Mas nenhum órgão universitário, como tal, após a menor restrição ao que havia ocorrido.

No dia 9 de abril de 1964, portanto, a comunidade universitária brasileira, ao aceitar como normal o atentado moral e físico à sua autonomia, selou a sua sorte, que perdura há 15 anos. De omissão em omissão, de precaução em precaução, de inércia em inércia, a comunidade universitária brasileira — com as raras exceções de sempre — foi permitindo toda sorte de abusos, arbitrios e violências. A partir da primeira invasão e ocupação de campus universitário, feita sem protestos nem espanto, foi fácil ao sistema ir invadindo outras, prendendo estudantes, expulsando professores, fiscalizando contratos e vigiando salas de aula. Hoje, a Universidade brasileira, incapaz, inoperante, desmoralizada e entremeada de pequenas corrupções, paga o preço de sua omissão, de seu silêncio, de sua cumplicidade.

Os crimes

Por isso é que mais enfático se torna o significado moral e político do «Livro Negro» que a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) acaba de publicar. Na linguagem diplomática internacional, usa-se a expressão «livro branco» para designar um documento em que um Governo ou uma instituição se defende de acusações ou de suspeitas; e «livro negro» — e, às vezes, «livro vermelho» — para indicar um documento pelo qual se denunciam os crimes de um Governo ou de uma instituição. É este, exatamente, o significado do opúsculo da Adusp: a denúncia dos crimes que a Universidade de São Paulo — ou, nela — os prepostos do regime cometeram durante esses 15 anos: a delação, a perseguição, a prisão, a expulsão, a coerção, enfim, toda sorte de violências e arbitrios.

O «Livro Negro» não poupa a figura dos reitores que, de modo próprio ou cumprindo Prazerosamente os desejos e as aspirações do regime militar, investiram contra professores e estu-

dantes e assim tornaram possível que muitos deles fossem afastados compulsoriamente pelo AI-5, outros deixassem de ser contratados; que muitos estudantes e docentes fossem perseguidos e presos; e, nesse sentido, esses reitores não ficam imunes, portanto, a uma grande parcela de responsabilidade nas violências maiores que também se cometeram contra estudantes e professores nestes 15 anos: a tortura e o assassinato.

Mas, da leitura atenta do «Livro Negro» resalta outro crime, tão grave quanto o dos que, pela ação direta, levaram professores e estudantes à expulsão, à cadeia ou à morte: é o crime dos que se omitiram; dos que, com sua precatada cegueira moral, não viram ou não quiseram ver o que estava acontecendo à sua volta; dos que, com seu silêncio cúmplice e oportunista, não protestaram contra os algozes nem consolaram as vítimas. E esses, infelizmente, constituem a maioria. Talvez seja por essa razão que, no lançamento público do «Livro Negro», em meados de dezembro, no campus da USP, não estava presente mais que uma centena de professores. Os outros — ou, pelo menos, muitos dos outros — talvez ainda estejam precavidamente silenciosos e abrigados, aguardando para ver de que lado os ventos vão soprar. Só que, se a cautela for excessiva, poderá tornar-se inútil: virá um momento em que não haverá mais tempo de fingir de democrata.

A iniciativa da Adusp, portanto, tem dois méritos políticos indiscutíveis: o primeiro é o de passar a limpo a memória das pessoas, recuperando para a História do Brasil os fatos de um passado tão próximo e tão oneroso; o segundo é o de estimular iniciativas semelhantes, a serem desenvolvidas por outras universidades. Muitas já têm associações de professores, que deveriam empreender imediatamente o trabalho de reconstrução desses anos e das violências cometidas; em outras, a necessidade de documentos semelhantes é um bom ensejo para se criarem as indispensáveis associações profissionais.